

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 300,00

cadernos do

terceiro
mundo

50

Nov./Dez. - Cr\$ 300,00 - Ano V - nº 50

EDIÇÃO ESPECIAL


Coletânea de reportagens históricas

Entrevistas:

Agostinho Neto, Arafat,
Omar Torrijos, Samora
Machel, José Eduardo dos
Santos, Salvador Allende,
Nyerere.

Análises:

A morte de Pratts, O
pensamento de Quiroga
Santa Cruz, A política
externa brasileira, A
atuação do Instituto
Linguístico de Verão



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee cherries from a tree in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

MABOR DE MOÇAMBIQUE



tipos de pneus para exportação:			
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY	
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "	
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "	
6.00 - 16 " "	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100	
6.50 - 16 " "	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC	
7.50 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "	
9.00 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente	
7.50 - 18 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "	
8.25 - 20 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER	
	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.	
	165 SR 15 " "		

Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
teleg. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

Uma edição retrospectiva

Ao completarmos 50 números editados em língua portuguesa (que correspondem aos 57 números editados em espanhol, além dos sete em inglês), oferecemos aos nossos leitores uma retrospectiva das matérias (que, por falta de espaço, não podemos publicar na íntegra) mais representativas desses anos todos de luta por uma Nova Ordem Informativa Internacional, luta essa que vem pautando as atividades da Editora desde a sua criação em Buenos Aires, há oito anos. No editorial, nosso diretor e um dos iniciadores desta empreitada, Neiva Moreira, faz um relato de como nasceram estes cadernos, da batalha que tivemos que travar — e continuamos travando, apesar das dificuldades que os esquemas reacionários da comunicação colocam no nosso caminho — além de explicitar aquilo que nos move quando nos lançamos à realização deste projeto informativo dirigido ao Terceiro Mundo, aos povos que tentam se libertar da opressão e do imperialismo. Assim, nesta edição, procuramos acompanhar *cronologicamente* o processo de libertação dos países que compõem esse vasto contingente de seres (2/3 da população total do planeta), através da palavra consequente de alguns líderes que são — ou foram, pois alguns já não existem mais, porém suas idéias permanecem —, sem dúvida alguma, porta-vozes não só de seu próprio povo como de todos os que se dedicaram à tarefa da construção de uma nova sociedade, do surgimento de um homem novo. Sentimos, portanto, uma grande alegria ao perceber, hoje, o quanto crescemos, o quanto lutamos e o quanto temos ainda a crescer e lutar. Sentimos que essa alegria é compartilhada por todos os que, no México, em Portugal, no Peru, em Angola e Moçambique, trabalham na realização deste nosso projeto. Temos certeza, também, que nossos leitores poderão avaliar nossa tarefa e o sentimento que temos do dever a ser cumprido.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavía,
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 50
dezembro – 1982
Preço de capa: Cr\$ 300,00
Números atrasados: Cr\$ 300,00

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor)
Sonia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Homero Souza
Iára Chagas

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th. Street ap. 3E
Nova York – NY 10003
Tels.: (212) – 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos

Capa: Equipe de cadernos. Nações Unidas – p. 8; Beatriz Bissio – pp. 14, 15, 16, 18, 23, 53, 61, 63, 76; Carlos Calado – p. 20; Roberto Remo – p. 34; Sebastião Salgado – p. 37; Agência INA (Irã) – pp. 61, 62; AF4/Juca Martins – p. 66; MPLA – p. 71; e fotos do nosso Arquivo.

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/1º
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200

Birô Africano

Angola
Eduardo Segui – Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito – João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 – Maputo

• *Edições em espanhol*
MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Telephone: 724-712

• *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BÉLIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jararillito Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria “José Trinidad Reyes”, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicaragua. PANAMA: Librería Cultural Paraméa, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 66th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngrén-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

4 Editorial

1974

- 7 Bolívia: Sem gás, nem pátria, *Marcelo Quiroga Santa Cruz*

1975

- 10 Chile: Por que morreu o general Pratts?, *Pablo Piacentini*
14 Agostinho Neto — “Não aceitaremos nenhum tipo de colonialismo”, *Neiva Moreira*
18 Samora Machel — “O imperialismo está sendo estrangulado”, *Neiva Moreira e Beatriz Bissio*
23 Julius Nyerere — “Devemos entender as causas do subdesenvolvimento”

1976

- 26 Os que não cumpriram as promessas, trechos de entrevistas com Morales Bermúdez e Siad Barre

1977

- 28 Cuba: A institucionalização da Revolução, *Daniel W. Schinca*
31 Instituto Linguístico de Verão — Missionários ou colonizadores?

1978

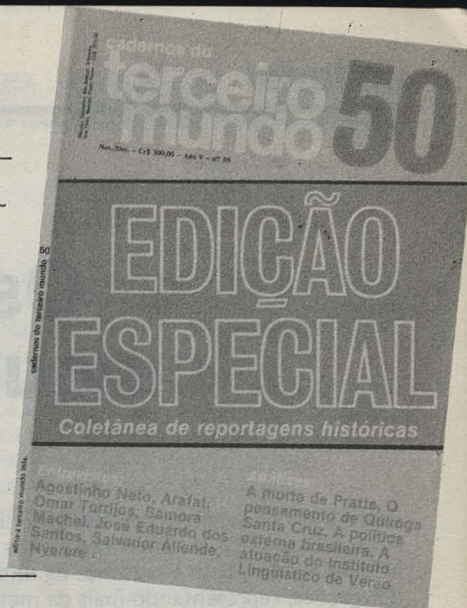
- 34 A estratégia imperialista no sudeste asiático, entrevista com Malcolm Caldwell, *Roberto Remo*
37 D. Leonidas Proaño — “Estender a mão ao índio”, *José Steinsleger*
40 Francisco Julião — “A libertação é a minha meta”, *Vânia Bambirra*

1979

- 43 Salvador Allende — “Conheço a morte e amo a vida”, *Roberto Rosselini*
47 Nicarágua: Dezoito anos na guerrilha sandinista, entrevista com Germán Pomares, *Diego Achard*
53 Fattah Ismail — “A força de nossa revolução está no povo”
55 Não-Alinhados — A 6ª Conferência de Cúpula
60 América Latina — Adesão definitiva aos não-alinhados, *Luís Maira*
61 Saddam Hussein — A unidade dos povos em luta
63 Seychelles: Um socialismo com projeto próprio, entrevista com o presidente Albert René

1980

- 66 Yasser Arafat — “A história nunca mente”
68 Nicarágua: Um ano depois da vitória
70 A insurreição cultural, *Cristina Canoura*
71 José Eduardo dos Santos — Por uma África livre, *Altair L. Campos*
74 Saraiva Guerreiro — “Nem paternalismos, nem hegemonias”, *Clóvis Sena*
76 Torrijos — “A revolução nicaraguense é um exemplo”



Yasser Arafat



Samora Machel

Os primeiros cinquenta números

Entre 5 e 9 de setembro de 1973 reuniu-se em Argel a Quarta Conferência dos Países Não-Alinhados, com a presença de uma centena de delegações, representando mais da metade da humanidade. Para cobrir esse imenso acontecimento, éramos mais de 1.400 jornalistas, circulando pelos corredores e os gabinetes do Palácio das Nações, a uns vinte quilômetros da capital argelina.

Fui enviado de Montevidéu, como correspondente do diário oposicionista *Ahora* ("Agora"), onde trabalhava. Na reunião, encontrei outros brasileiros, também exilados, como Paulo Cannabrava Filho, do diário *Expresso*, de Lima e João Quartim, de *Afrique & Asie*, de Paris. A cimeira (este termo é mais usado em Portugal e África) de Argel foi de transcendental importância para o Movimento, ainda mais pela circunstância de que a crise do Chile, com o assassinio do presidente Allende, ocorreu quando a Conferência se realizava.

Poucos dias depois, os egípcios, apoiados por outros exércitos árabes, atravessavam o Canal de Suez, quebrando o mito da invencibilidade de Israel. Apesar da discreção com que os árabes manejam os seus assuntos, era sensível, naqueles dias, que algo se gestava no Mundo Árabe. Sentia-se também, mesmo com as cautelas tomadas, que um fato importante estava sendo articulado em Argel com relação à guerra em Guiné-Bissau. De fato, iria ocorrer poucos dias depois, a 24 de setembro, nas florestas de Medina do Boé, zona libertada do país, então em guerra, a proclamação da independência dessa ex-colônia portuguesa. Muitos convidados ao ato histórico saíram diretamente de Argel para aquela região. A conferência foi das mais importantes e, em certo sentido, marcou a consolidação institucional do Movimento dos Não-Alinhados. Apesar disso, era

frustrante a cobertura das agências internacionais mais poderosas — United Press, Associated Press, Reuters e France Press — e dos grandes diários do mundo capitalista. Os seus editores se preocupavam mais com os turbantes dos árabes e a escassez dos sanduíches nos bares do Palácio das Nações do que com os fundamentais temas e deliberações do plenário. Quando, de volta ao Prata, passei pela Europa, verifiquei que muitas pessoas, desinformadas pelos meios de comunicação de massa, sabiam mais das discrepâncias entre Fidel e Kadhafi, das medidas para proteger a vida do rei do Marrocos ou de aspectos anedóticos do grande conclave, do que da Conferência em si mesma. Sem falar da América Latina, onde o campo informativo era ainda mais restrito e as notícias mais deturpadas. Já em Argel havia conversado com jornalistas africanos, árabes e asiáticos sobre essa situação. Discutimos, fundamentalmente, a nossa apatia — dos profissionais da comunicação — frente ao desafio de articular meios para oferecer aos nossos povos uma informação alternativa que fosse verdadeira e confiável.

Ao retornar à América Latina, verifiquei que a ditadura uruguaia já não permitia qualquer atividade jornalística independente, de cunho progressista. Permaneci, assim, em Buenos Aires, onde durante um ano colaborei em jornais e revistas populares, principalmente no diário "Notícias".

Nesse matutino de grande tiragem encontrei Pablo Piacentini, seu diretor de informação internacional e um excelente jornalista. Foi fácil descobrir que Pablo "curtia" um projeto semelhante ao nosso e decidimos, assim, atuar em conjunto. Duas colegas se juntaram à nossa "empresa": a uruguaia Beatriz Bissio, que trocara a engenharia química pelo jornalismo e se

especializara na problemática do Terceiro Mundo e a argentina Júlia Constenla.

Lançamos *Terceiro Mundo* em setembro de 1974, em Buenos Aires. Dirigentes operários, embaixadores, intelectuais, jornalistas, políticos, deram seu apoio àquela aventura quixotesca de um pequeno grupo de jornalistas que pretendia enfrentar, com uma publicação alternativa, o poder das multinacionais da comunicação.

Nossa presença na Argentina foi, no entanto, curta. No Brasil, se diz que alegria de pobre dura pouco. A ditadura endureceu sua repressão. Pablo e Constenla foram forçados a deixar Buenos Aires e, depois deles, não tardou que chegasse nossa vez, sob a incômoda pontaria das metralhadoras.

Desde fevereiro de 1977 estamos no México, onde até 1980 funcionou a edição básica da revista.

Ali, já alcançamos o número 58 (a partir do nono de Buenos Aires) e desse país acolhedor e sensível às causas progressistas lançamos três edições internacionais: em português, publicada em Lisboa, a edição em inglês, feita no México e a segunda no idioma espanhol que, a partir de Lima, cobre países do Pacto Andino. Em conjunto, a revista circula em toda a América Latina.

Cadernos foi um êxito em Portugal, alcançando tiragens recordes nos países africanos que falam nosso idioma: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Nosso objetivo, além da luta comum que nos irmana com esses países, é estabelecer entre nós, de um lado e outro do Atlântico, novos vínculos de unidade. Naturalmente que não é a unidade colonial nem a neocolonial, mas aquela que resulta do conhecimento mútuo, da defesa dos valores culturais comuns, mas, sobretudo, da identidade de aspirações e dos propósitos dos nossos povos de transformar sociedades herdadas ou ainda dominadas pelo sistema capitalista.

Globalmente, com esta edição no Brasil, atingimos mais de 100 mil exemplares, circulando — comercialmente ou por assinatura — em 68 países. É importante assinalar o caráter totalmente independente de nosso projeto editorial. Não estamos submetidos a governos, partidos, grupos ou entidades nacionais ou internacionais. Nossos aliados são aqueles que lutam pela emancipação dos povos, por uma sociedade sem opressores

e que enfrentam e resistem ao imperialismo, cuja vanguarda operacional, as empresas multinacionais, são bem conhecidas não só no Brasil, como em todo o Terceiro Mundo. Nossos adversários, estejam em qualquer partido, grupo ou associação, seja qual for a sua cor, condição social ou religião, são os que servem a esse sistema e, portanto, se opõem ao desenvolvimento independente a que aspiramos e a uma transformação das estruturas injustas que o capitalismo criou e agora explora.

No caso brasileiro, como de qualquer outro país do Terceiro Mundo, esperamos ter liberdade de discordar e de aplaudir. Discordar, por exemplo, do apoio que as multinacionais encontram no regime e aplaudir, se for o caso, um voto que, na ONU, apóie a independência da República Saarauí ou a evacuação dos territórios palestinos ocupados por Israel.

Nesse contexto, esperamos sobreviver às dificuldades e avançar. Seria gratificante se pudéssemos atrair a atenção dos jovens para o grande debate dos nossos dias, em torno de uma Nova Ordem Internacional da Informação. Trocando em miúdos, isso não é outra coisa senão a própria comunicação alternativa. No Brasil, diríamos que é o caminho que o notável esforço da imprensa nanica está abrindo, não sem dificuldades e riscos.

Quando analisamos o panorama dos nossos dias, não temos dúvida de que a proposta das forças progressistas é melhor e tem a seu favor o futuro. É mais atrativa e desperta muito apoio. Está, no entanto, bloqueada, perdendo a batalha da comunicação. E esse é, sobretudo, para os que trabalham nessa área, o grande desafio da nossa época.

No que nos concerne, vamos continuar dando nossa colaboração ao esforço que, em muitos países de todos os continentes, outras pessoas realizam em favor de uma informação séria e oportuna. Esse trabalho de tantos será o grande instrumento criador de uma consciência contra todo tipo de opressão e em favor da transformação, para melhor, do mundo em que vivemos. Vamos lutar para que os próximos 50 números cumpram ainda com maior eficiência a tarefa até aqui realizada.

Neiva Moreira

EDICIÓN ESPECIAL

tercer mundo

Buenos Aires
\$ 15

1

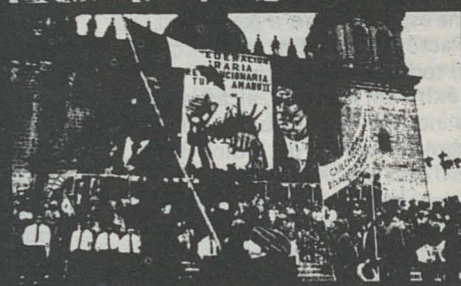
erón: tercer gobierno. El futuro

roque de cuatro
aunistas argentinos



El cine en la batalla de la liberación

Debaten en
Buenos Aires
cinéastas de
los tres
continentes



Descolonización en Africa

Documento
Samora
Inchell, presidente
Frante
Liberación
Mozambique



Los militares y la revolución

Por el general
Fernández
Maldonado,
ministro peruano

rcelo Quiroga Santa Cruz: Banzer capitula ante Brasil Luis Guagnini: la guerra del
anano Neiva Moreira: Argelia, doce años de revolución Angel Ruoco: fútbol, el show
ás grande del mundo Jawdat El Atassi: árabes y judíos ante la Reunión de Ginebra

Reprodução da capa do nº 1 de "Cuadernos del tercer mundo", editado em Buenos Aires (1974)

Sem gás, nem pátria

Uma análise do convênio de venda de gás boliviano ao Brasil, feita pelo ex-ministro do Petróleo, jornalista e máximo dirigente do Partido Socialista da Bolívia, assassinado em La Paz a 17 de junho de 1980, durante o golpe de Estado de García Meza. Marcelo Quiroga Santa Cruz foi um colaborador e amigo permanente de *cadernos do terceiro mundo*

Marcelo Quiroga Santa Cruz



Marcelo Quiroga Santa Cruz

“Daqui a uma década, se não intensificarmos a exploração (de hidrocarbonetos) podemos ficar com o petróleo — debaixo da terra. Isso não deve acontecer em nosso país”. O autor dessa surpreendente e inquietante advertência ou, melhor dizendo, dessa palavra-de-ordem de esvaziar de hidrocarbonetos o subsolo boliviano, é o gerente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Segundo ele, após esse prazo, a energia atômica fará com que nossos hidrocarbonetos se tornem inúteis. De forma que daqui a dez anos o carvão e o petróleo que os brasileiros e os argentinos estão empenhados em comprar carecerá de utilidade para todos. E os brasileiros e os argentinos não sabiam disso.

Três meses depois, e somente dois dias antes de formalizar com seu colega Geisel o convênio de venda de gás, Bánzer, contagiado por essa pressa em liquidar nossas reservas de hidrocarbonetos, adverte solenemente: “As nações industrializadas estão dedicando recursos e esforços consideráveis visando encontrar substitutos dos hidrocarbonetos. No momento em que esses esforços se tornarem concretos...

nossos recursos naturais se transformarão na denúncia da inépcia”.

Graças a esse conhecimento que os presidentes dos países semicoloniais adquirem em seu trato confidencial com os executivos das empresas petrolíferas ou minerais norte-americanas, Bánzer identificou o perigo que nos ameaça e nos indica a forma de evitá-los: é preciso dar de presente nossos hidrocarbonetos que se encontram às vésperas de perder todo o valor ou, amanhã, seremos chamados de tolos.

E essa lúcida advertência nos permitirá agora dar uma olhada no que está acontecendo em torno de nós.

Perspectivas futuras

A demanda total de energia no mundo aumenta a um ritmo anual de 5%. Mas por volta do ano 2.000 a população mundial terá duplicado, e a demanda de energia, nessa mesma data, terá triplicado tanto pelo incremento demográfico como pelo aumento do consumo por habitante. As necessidades totais do mundo duplicam cada 15 anos, embora a demanda de energia, com fins especificamente industriais, du-

plique cada dez anos. Os países em desenvolvimento, entre 1970 e o ano 2.000 terão sua demanda multiplicada por 8,5. Todas as reservas de gás do mundo poderiam se esgotar em 1994, apenas alguns dias antes da caducidade do contrato de venda de gás ao Brasil.

Em outras latitudes, onde os povos não dispõem de governantes tão sábios e prudentes como os nossos, a maior preocupação é não se desfazer, apressadamente e em qualquer condição, dos hidrocarbonetos que possuem, mas regulamentar sua exploração para conservá-los o maior tempo possível. É o caso do Oriente Médio, por exemplo, onde esse imenso mar de petróleo subjacente — que compensa com vantagem a infertilidade do solo — esgotar-se-á por volta do ano 1995. Ou o que nos mostra a Venezuela, país que apesar de contar com uma das mais importantes reservas do mundo, o que lhe permite ocupar o terceiro lugar entre os exportadores de petróleo (aproximadamente 3,3 milhões de barris diários) resolveu, em abril deste ano, reduzir em 5% sua produção de óleo cru.

Vejam os que acontece no continente americano. Em 1972,



Gás boliviano: um produto superado pelas novas fontes de energia?

os Estados Unidos consumiam 16 milhões de barris diários de petróleo e produziam somente 10 milhões. Em 1980, produzirão 11 milhões, mas seu consumo terá crescido até 24 milhões. Seu déficit, portanto, já não será de seis milhões de barris diários, mas de 13 milhões. A Europa não terá melhor futuro. Ela consumia, em 1972, 12 milhões de barris diários e, em 1980, precisará de 24 milhões. Em conjunto, as nações-membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico — as nações da Europa Ocidental, mais o Canadá, o Japão e os Estados Unidos) precisarão de mais 25 milhões de barris diários e seu déficit atingirá 20 milhões de barris por dia.

Qual é, pois, a incidência do petróleo e do gás no conjunto dos recursos energéticos? 75% da energia consumida no mundo provém desses dois hidrocarbonetos. No caso da Europa Ocidental, a porcentagem se eleva a 91,3%. Em outros termos: tanto o mundo industrializado como aquele em vias de industrialização empregam os hidrocarbonetos como fonte fundamental de energia e estes, ao ritmo do crescimento do consumo, esgotarão suas reservas conhecidas antes ou por volta do ano 2.000. Um prazo semelhante à vigência do con-

vênio de venda de gás ao Brasil.

Enfim, as fontes de pesquisa e informação como o Ministério de Desenvolvimento Industrial e Científico da França, o Relatório Anual do Clube de Roma, ou o Anuário Estatístico dos Estados Unidos e a Cepal ou finalmente, o próprio subsecretário de Estado dos Estados Unidos, em representação da OCDE, parecem introduzir uma irrespeitosa dúvida sobre as profecias de Bánzer e de seus oráculos. Dúvida compartilhada pelo povo da Bolívia, sem que para isso seja necessária uma informação estatística fidedigna. Há muito tempo que os antecessores políticos de Bánzer, com ou sem uniforme, disfarçam com esses inquietantes vaticínios a desnacionalização da Bolívia. Não tentaram por acaso convencer-nos da inviabilidade da metalurgia do estanho em nosso território? Ou da iminência da descoberta dos substitutos do zinco que transformaria o estanho em algo tão antiquado como aquilo em que se transformaria amanhã o gás natural e o petróleo?

Restabelecer a verdade

As riquezas naturais que fazem parte do patrimônio econômico dos bolivianos devem ser ignoradas pelos próprios bolivia-

nos. Essa é a convicção da ditadura encabeçada por Bánzer. Tomando ao pé-da-letra o fato de que as forças armadas são a instituição tutelar da pátria, a ditadura e seus funcionários assumem, em relação ao deserdado proprietário das riquezas alienadas em benefício do Brasil, a atitude de um tutor que trata um menor de idade — e, além do mais, interdito — como um irremediável deficiente mental.

Quando a comissão negociadora do acordo retornou de Brasília, após subscrever a Ata de Cooperação, e teve de enfrentar os jornalistas, os representantes da YPF se recusaram a responder se o gás seria suficiente para as necessidades do país, argumentando que a soma das reservas é uma informação confidencial, segundo consta na imprensa.

Quase cinco meses depois, pressionada pela opinião pública, a gerência de YPF resolveu revelar o volume de nossas reservas de gás, “diante da preocupação expressa por alguns setores e para que, definitivamente, o povo tenha uma idéia concreta das reservas”. Analisemos essas “revelações” para restabelecermos a verdade.

Uma informação fraudulenta

O caráter mentiroso da informação oficial se observa desde o início, pelo emprego de uma fraseologia cínica visando a desorientação. Como a verdadeira finalidade da “revelação” não é de esclarecer mas de confundir, a gerência de YPF sustenta que a reserva total de gás na Bolívia, em 1974, é de “133 bilhões de metros cúbicos”. Qual é o sentido de uma denominação compreensível para os norte-americanos mas absolutamente estranha para os trabalhadores bolivianos? Por que empregar uma medida aritmética familiar a nosso povo se com essa outra, alheia, se consegue, não só satisfazer a invariável vocação estrangeirizante dos

“nacionalistas”, mas também deixar a impressão de que essas reservas seriam muito maiores daquelas que eles próprios apresentam como verdadeiras? Os bilhões norte-americanos são, na realidade, nada mais que os milhões bolivianos.

Bánzer, nas vésperas da assinatura do Convênio de venda de gás, afirma que as necessidades daquele hidrocarboneto “estão garantidas por 20 anos mais, sem contar com as descobertas que serão feitas, certamente, como consequência da intensa atividade de exploração que realizam

atualmente... as empresas privadas com as quais ultimamente se subscreveram contratos” É o reconhecimento obrigatório — mas também uma tentativa inútil de retificação — de outra declaração, a do gerente de YPF, que admite que “dentro das previsões racionais sobre investimentos e descobertas, haverá em 1984 reservas para 20 anos mais”. Dessa forma, as reservas com que o governo conta são precisamente as que o país não têm agora, mas aquelas que deveriam descobrir algum dia as companhias privadas estrangeiras, em relação às

quais o sr. Bánzer foi pródigo e distribuiu alguns milhares de hectares subtraídos à reserva fiscal. Para falar de outra maneira, utilizando um exemplo adequado à nossa tradição mineira nacional, o compromisso contraído pelo governo de Bánzer com o Brasil, é igual àquele que contrairia um mineiro malandro que assinasse um contrato de venda de cem toneladas de antimônio, sem possuí-las, mas confiado de que antes do vencimento do prazo de entrega a boa sorte lhe desse a satisfação de descobrir um filão desse minério. ●

Chile

1975

Abr. Ed. esp. no. 3

Por que morreu o general Pratts?

O papel dos generais chilenos institucionalistas na defesa do governo da Unidade Popular encabeçado por Salvador Allende, morto no golpe de 1973

Pablo Piacentini

Nosso editor internacional, Pablo Piacentini, conheceu o general Pratts quando ele era comandante do exército do Chile. Daí nasceu uma amizade que chegou a ser muito estreita e assídua durante o ano em que o general Pratts passou em Buenos Aires, onde foi assassinado. Essas referências de ordem pessoal são, neste caso, necessárias para revelar o fundamento das informações proporcionadas pelo autor.

1982 — dezembro — no. 50

A neutralidade política do exército chileno, quase ininterrupta durante a vida republicana até o golpe militar de 11 de setembro de 1973, foi a condição, tanto para a sustentação da democracia liberal como para seu posterior desenvolvimento histórico. Este último pôs à prova as instituições liberais e acabou por rompê-las, quando o crescimento das esquerdas chilenas as conduziu ao poder, a 4 de setembro de 1970, apresentando



Carlos Pratts

um desafio inédito: a via pacífica para o socialismo.

É perfeitamente válido que os analistas procurem compreender a quebra; se ela era inevitável por causa da contradição básica que implicaria a falência das instituições liberais, incapazes de consolidar o caminho para o socialismo ou, então, se o desastre pôde ser evitado ou adiado por terem os responsáveis (o presidente, as cúpulas dos partidos da Unidade Popular — UP, os chefes da ultra-

terceiro mundo - 9

esquerda, os líderes sindicais) assumido condutas mais acertadas.

É evidente que, em maior ou menor medida, as causas desse resultado foram a contradição aludida e os desacertos dos responsáveis, e, no plano oposto, o desafio da oposição econômica e política, assim como (de um ângulo encoberto mas não menos eficiente) dos comandos da dominação imperialista localizados no Departamento de Estado norte-americano, no Pentágono, na CIA e nas corporações transnacionais de origem norte-americana.

A qualidade desse antagonismo, total e decisivo, colocou a maior responsabilidade nas mãos das Forças Armadas chilenas: elas foram, exatamente, o fiel da balança. A sorte das instituições dependeria de sua tendência. Em um quadro em que o Poder Executivo, que representava 36% dos votos, estava em mãos das esquerdas enquanto que a oposição de centro-direita controlava o Poder Judiciário e o Congresso, o novo período iniciou-se em novembro de 1970 com um virtual empate institucional.

As esquerdas lideravam os trabalhadores organizados. A indústria e o comércio estavam controlados pela direita. As classes médias se dividiam entre uma possível neutralidade e uma rejeição prévia e concreta à proposta da Unidade Popular (UP), representando esta última a ampla maioria do setor.

Pressões golpistas

A situação de empate, que ameaçava obstruir o desenvolvimento da vida política chilena, colocou as forças armadas no apogeu. E, desde o início, isto é, desde que foi conhecido o resultado eleitoral que deu a Salvador Allende e à UP a maioria relativa, o dilema agitou o corpo militar.

Na mesma noite da vitória de Allende, o general Camilo Valen-

zuela, chefe da divisão do exército com sede em Santiago e chefe do comando da capital, começou a se movimentar para promover uma guinada, porém, sem sucesso. Logo após, os direitistas e os centristas, que já haviam optado pelo rompimento, resolveram bater nas portas dos quartéis. Chegaram, evidentemente, a pressionar o então chefe do exército, general René Schneider. À medida que passavam os dias e não se produzia o golpe, os militares recebiam infamantes apelos e cartas que coincidiam em acusá-los de falta de virilidade, por não intervirem, por não usarem as armas e a violência para roubar a vitória do povo.

E se passaram mais dias. Schneider rebateu as acusações com palavras claras. Roberto Viaux, um general reformado de notórios antecedentes golpistas, organizou um comando terrorista integrado por ativistas da ultradireita. O objetivo era sequestrar o comandante e obrigar o Congresso — reunido em plenário para ratificar a eleição de Allende — a designar como presidente o líder da direita, Jorge Alessandri, segundo colocado no pleito.

Schneider resistiu ao sequestro e foi assassinado; Allende foi eleito pelo Congresso. Carlos Pratts, segundo na hierarquia do exército, ocupou o comando na chefia dessa arma na qual foi, posteriormente, ratificado por Allende.

A linha legalista

A tradição legalista dos militares do Chile inspirava a neutralidade política imposta por Schneider e Pratts. E era uma tradição inerte, formal. Boa para suportar os choques dentro do sistema, mas frágil para sustentar-se diante do novo conflito. E foi por isso que a decisão de Schneider e de Pratts de manterem uma linha legalista, significou, a partir de 4 de setembro, a regência de uma

verticalidade que dependia, basicamente, da figura do comandante-em-chefe.

Assim como as intencões de Valenzuela e Viaux se verificaram antes da posse de Allende, no novo período coube a Pratts sufocar as sucessivas conspirações: o coronel Alberto Labbé, o general Alfredo Canales e os promotores do levantamento de blindados em Santiago (o *tancao* em junho de 1973), foram os cabeças mais notórios.

A linha legalista encabeçada por Pratts continha diversas hipóteses. Em primeiro lugar, a profunda convicção de que a conduta correta dos militares não podia ser outra senão a de cumprir as funções específicas e respeitar a vontade política do povo. Depois, compartilhar a idéia de que o Chile exigia profundas transformações, o que não implicava — como era no caso de Pratts — identificar-se com a doutrina e a estratégia das esquerdas governantes.

A viabilidade dessa linha também exigia a existência de uma corrente militar legalista com a capacidade de impor, nos diversos comandos do país, a verticalidade determinada pelo comandante. Essa corrente, como já vimos, existiu sempre no Chile, embora fosse diminuindo à medida que o conflito se acentuava e o grosso da oficialidade aderira, como o resto da classe média, ao golpismo da ultradireita.

Destino de classe

A relação entre a ala legalista e a golpista, e a história da guinada da grande maioria dos generais e oficiais para o pronunciamento, é a crônica do governo da UP. A oficialidade, passo a passo, deixou cair suas honradas tradições e seguiu seu destino de classe. Exasperada, assim como o conjunto da pequena burguesia, foi manipulada à vontade pelo imperialismo norte-americano e pela direita chilena. Observando

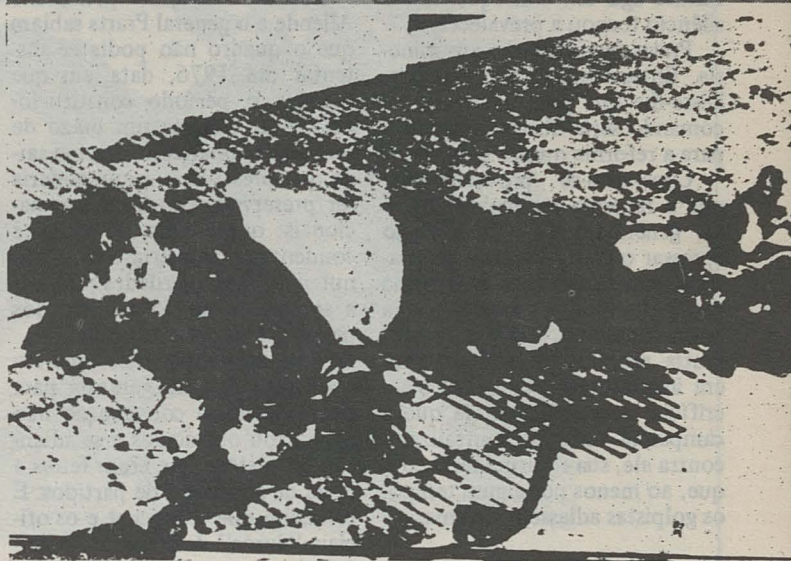
retrospectivamente os quase três anos do governo de Allende, verifica-se como foi difícil conseguir que a neutralidade armada tivesse sido preservada durante tanto tempo, e que tenha podido enfrentar tantas conspirações. Mas isso explica também a importância que foi obtendo, nesse processo, a figura de Pratts, o obstáculo com o que os conspiradores tiveram sempre de se defrontar.

Apesar dos pronunciamentos do Congresso, que incitaram as forças armadas a desacatarem o Executivo, Pratts enquadrou o exército na posição marcada pela Constituição, elaborando, para fundamentar esse comportamento, um documento de grande valor, que desmanchou, um por um, os argumentos e acusações do chefe da Democracia Cristã, senador Patricio Aylwin.

Mas o limite da posição de Pratts foi marcado por fatos alheios à sua vontade. Já a partir de março de 1973, depois que a UP aumentou sua votação e acabou com as ilusões da amálgama de centro-direita, que almejava após as eleições daquele mês controlar dois terços do Senado e derrubar o presidente através de um golpe legal e parlamentar, a correlação de forças no campo militar lhe era francamente adversa.

O medo da guerra

A essa altura dos acontecimentos, a conjuração militar planejou uma estratégia curiosa, inspirada no medo. Isto é, no medo de que a ala legalista, embora minoritária, diante da irrupção armada dos conspiradores, se lançasse à resistência, coincidindo com as greves e a mobilização ativa dos trabalhadores organizados e dos partidos de esquerda, obrigando os golpistas a lutarem sem a certeza de ganhar. Esse temor se resumia em duas palavras: guerra civil.



A atuação legalista de Pratts (acima, em primeiro plano, quando conteve o levantamento de blindados, em junho de 1973) custou sua vida

O medo de uma luta igual dissuadiu a via de um enfrentamento frontal e inspirou uma estratégia visando várias metas: 1) facilitar por omissão ou cumplicidade direta, o caos político articulado pela ultradireita; 2) a mesma coisa no que diz respeito à sabotagem econômica; 3) a agressão permanente à esquerda organizada, chegando à invasão de fábricas nacionalizadas; 4) o isolamento de Pratts e dos legalistas, incluindo uma campanha de difamação centralizada no comandante.

Somente o Corpo de Carabineiros e a Polícia (investigações)

agiram contra a ultradireita e em algumas ocasiões conseguiram prender alguns ativistas. As forças armadas só puniram os esquerdistas, cumprindo outra tarefa preparatória do golpe: desarmar os trabalhadores, intimidá-los, criar na tropa o hábito da repressão, experimentar a eficácia dos próprios contingentes na emergência golpista.

Por último, a estratégia do medo que impediu que os generais fizessem uma colocação direta, provocou uma manifestação de mulheres em frente à casa de Pratts; entre elas se encontravam as mulheres de vários generais e

oficiais de alta patente. A junta de generais se reuniu na manhã seguinte.

Pratts em minoria

O comandante qualificou o fato como da maior gravidade. Obteve a adesão de três de seus pares legalistas e o silêncio dos demais. Ele disse que para permanecer no comando exigiria uma condenação expressa da junta de generais, o que lhe permitiria agir em consequência. O silêncio tornou a prevalecer.

Pratts havia ficado em minoria. Entrevistou-se com Allende. Disse-lhe que para continuar no comando seria obrigado a passar para a reforma quinze generais.

Constatou-se provavelmente que a reforma maciça do grosso do generalato não faria senão apressar o golpe. Allende não parecia concordar com a reforma de Pratts pois o considerava a única garantia no comando. Pratts repetiu que sua situação era insustentável. Ofereceu o sacrifício pensando que, já que a campanha tinha se centralizado contra ele, sua reforma faria com que, ao menos por algum tempo, os golpistas adiassem a trama.

A posição de Pinochet

Pratts falou com Pinochet que até aquele momento havia desempenhado um impecável papel legalista. Pinochet lhe disse: "Eu acompanho tua linha", com um gesto de firmeza. Pratts foi transferido e o golpe chegou à sua etapa final.

Pratts havia confiado em Pinochet e até o fim de seus dias conservou sua perplexidade diante do poder de simulação demonstrado pelo presidente da Junta militar. Pratts sabia que as coisas não podiam continuar como estavam, e Allende também sabia. Tratava-se de ganhar tempo para a alternativa concebida, no sábado anterior ao golpe, isto é, a 8 de setembro, a nível de go-

verno. As soluções iam desde fazer concessões de fundo à Democracia Cristã, a fim de quebrar o amálgama golpista de centro-direita, até a convocação de um plebiscito visando à manutenção da continuidade institucional, mesmo se se perdesse o poder, mas evitando para o país uma guerra civil. Cabe acrescentar que durante aquele fim de semana o presidente havia perdido a posição majoritária dentro da UP.

Na realidade, o presidente Allende e o general Pratts sabiam que o quadro não podia se sustentar até 1976, data em que acabava o período constitucional; haveria talvez um prazo de semanas para encontrar uma saída que preservasse o que poderia ser preservado dos interesses nacionais: o prestígio do Chile, a condenação da guerra civil, a manutenção das liberdades públicas e sociais, o funcionamento dos partidos e das instituições.

Mas, afastado Pratts, que era realmente a única garantia para esse trânsito, a conspiração não encontrou obstáculos e se adiantou às gestões que eram feitas a nível de governo e de partidos. E foi assim que Pinochet e os oficiais "duros" desfecharam o golpe, com o seguinte resultado: o desprestígio do Chile, a ditadura, a repressão e a tortura (isto é, a guerra militar cotidiana contra o povo).

Um exemplo de coerência

Carlos Pratts chegou assim ao sacrifício de sua vida. Suportou caladamente uma insidiosa e violenta campanha que, além de visar à deturpação de suas motivações, de suas convicções mais profundas, chegou a insinuar que seu comportamento de soldado legalista devia-se a ambições pessoais. Basta assinalar a respeito que, para atingir essas ambições, bastaria que ele deixasse o golpe correr livremente o que o teria conduzido ao poder.

Pratts esperava encontrar um pouco de paz em Buenos Aires, com sua inseparável Sofia. Os dois sofriam com a separação de filhas e netos. E Pratts, apesar das advertências sobre o atentado que sofreu, não quis se afastar da Argentina por causa da proximidade da família, da possibilidade de ver os seus de vez em quando.

Recebeu em Buenos Aires propostas de ajuda por parte de setores políticos e recusou. Pouco depois de sua chegada, foi recebido pelo general Perón com grande deferência, sendo interrogado a respeito de sua situação. Pratts respondeu que esperava ganhar a vida com seu trabalho. Perón pediu ao ministro da Economia, José Gelbard, que o ajudasse a encontrar uma ocupação.

E como Pratts era definitivo em não aceitar senão um trabalho real, permanecia dez horas diárias em uma empresa para voltar à noite, extenuado, a escrever suas memórias. Sua aposentadoria como comandante ficou em Santiago para atender às despesas de sua filha solteira. E a quantia considerável que lhe correspondia como general reformado ele nunca chegou a receber pois o governo chileno impediu que a mesma fosse transferida para sua conta bancária em Buenos Aires.

A ala legalista do exército chileno, derrotada a partir de setembro de 1973, com a remoção de seus chefes após sucessivas reformas e transferências, vive, contudo, a tradição das forças armadas chilenas e será a alternativa que, os militares terão de resgatar, mais cedo ou mais tarde, para sobreviver.

O general Pratts era o expoente de maior prestígio da corrente legalista. Seu assassinato foi político. Seu objetivo: matar a alternativa democrática e legalista do exército chileno. Coerente consigo mesmo, Carlos Pratts viveu pelo que sentia e morreu por aquilo que representava. ●

editora terceiro mundo ltda.



**cadernos do
terceiro
mundo**

ASSINE

cadernos do terceiro mundo

**UMA REVISTA MENSAL DE ATUALIDADE POLÍTICA E CULTURAL,
COM INFORMAÇÕES E ANÁLISES
NO INTERESSE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.**

50

Desejo receber:

● Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou vale postal, no valor acima referido

Nome:

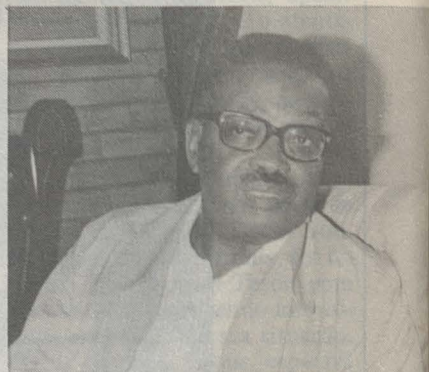
Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

“Não aceitaremos nenhum tipo de colonialismo”

O presidente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) afirma que o racismo branco não será substituído por um racismo negro, analisa o papel de Portugal no processo de descolonização e prevê que a independência do país será proclamada segundo o cronograma de Alvor



Neto, o guia da revolução

Durante a guerra de libertação de Angola, o presidente Agostinho Neto, fundador e dirigente máximo do MPLA, foi o comandante-em-chefe das operações militares.

Nesta entrevista exclusiva que concedeu aos cadernos do terceiro mundo, nos meses anteriores à independência, o presidente Neto revela as dificuldades que ele estava enfrentando no momento, com o país invadido pelo norte e pelo sul, e demonstrou a sua visão de estadista com avaliações a respeito do futuro que a realidade confirmou plenamente.

Na altura em que ele foi entrevistado, ninguém em Angola — a não ser os seus mais íntimos colaboradores — sabia onde ele se encontrava.

O presidente é um homem muito sereno. Fala com tranquilidade, mas com muita segurança, e são visíveis em sua fisionomia os traços da longa e dura luta pela libertação de sua pátria que o levou à prisão, ao exílio, à clandestinidade e agora à direção de uma guerra imposta do exterior por interesses antiangolanos¹.

Um dos maiores poetas da África, com trabalhos premiados em vários países e livros traduzidos em muitos idiomas, o presidente do MPLA² nos confessou que já não tem tempo de escrever, por estar totalmente absorvido pela condução de

seu movimento e das operações militares.

Mesmo não sendo um orador popular, o presidente Neto tem uma comunicação fácil com o povo. É imensamente querido e goza de um grande respeito não somente entre seus companheiros, mas também por parte de seus adversários. Homem muito amável, não usa subterfúgios para ocultar seu pensamento.

Presidente, que diferenças ideológicas separam o MPLA da FNLA e da Unita?

— O que podemos responder é que o MPLA é um movimento popular voltado para a solução dos problemas do povo, principalmente do povo trabalhador, com a perspectiva da formação de um governo que se enquadre dentro de uma verdadeira democracia. Pensamos que nosso povo, que sofreu durante tanto tempo com o colonialismo português, tem direito de participar plenamente da vida da Nação, através de sua integração em uma democracia que englobe todas as classes, todas as camadas do povo em órgãos de decisão que assegurem que o povo não estará ausente daquilo que o Estado decida. Este é o conceito de democracia que nós temos: essencialmente participativa. Por outro lado, desejamos que o povo angolano participe ativamente da vida econômica do país, que nossos trabalhadores não sejam meros executores de uma política, e sim, também, cérebros que planejam, dirigem, tomam iniciativas e administram. Ou seja, a gestão deve estar também nas mãos do povo e sem nenhum tipo de discriminação.

Quando se lê um documento da FNLA ou da Unita se encontra também esse tipo de princípios. Obviamente, então, as diferenças não são simples

1) A guerra entre o MPLA por um lado e o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola) por outro.

2) Nessa época, meses antes da independência, Agostinho Neto era o presidente do MPLA. Proclamada a independência, Agostinho Neto exerce a presidência até setembro de 1979, data de sua morte, quando é então substituído por José Eduardo dos Santos.

mente de forma, e sim de fundo...

— Sim, as diferenças são de fundo. Naturalmente que lemos isso em alguns folhetos de outros movimentos, mas a prática não corresponde a essas afirmações. Nós, o MPLA, estamos realmente nos organizando dessa maneira. Aqui em Luanda está o exemplo das nossas organizações de base.

E a política externa?

— No plano internacional não queremos alinhar-nos com nenhum bloco. Participamos do Movimento dos Países Não-Alinhados e, naturalmente, temos igualmente que participar dando nosso apoio moral ou de outro tipo, se possível, às lutas de libertação que se desenvolvem na África e fora dela. Enfim, pretendemos que o homem não somente aqui em Angola, mas no mundo todo, seja completamente livre.

FNLA e a Unita

Ainda seria possível um entendimento duradouro ou uma colaboração permanente entre o seu movimento, o MPLA, e os outros dois grupos?

— Não creio que do ponto de vista ideológico, ou propriamente político, possa haver um entendimento duradouro. Vamos por partes: com a FNLA é impossível. Nossos interesses são diametralmente opostos. A FNLA está submetida ao Zaire, ligada aos interesses dos Estados Unidos e de outros países imperialistas. Não escondem, com sua agressividade, o desejo de instalar aqui uma ditadura, provavelmente de tipo fascista, portanto não é possível uma conciliação. Com a Unita temos também a sensação de que serve a interesses estrangeiros. Entretanto, a Unita não se definiu claramente nesse sentido.

A Unita não "legaliza" sua conduta...

— A Unita não deixa clara a sua linha. Apesar disso, sua atitude em relação a nós é de combate. É a mesma que a da FNLA. Portanto, a não ser que haja algum tipo de modificação essencial na linha da Unita, dificilmente poderemos ter com ela um acordo duradouro. Podemos fazer coalizões, acordos táticos, mas sem chegar à aceitação de um programa comum, de uma linha comum. E isso, portanto, não pode ter solidez.

Parece estar fora de dúvidas que Angola hoje é o alvo imediato dos grandes interesses das empresas transnacionais que atuam na África Austral. O sr. já afirmou que está se consolidando uma divisão do território de Angola. Pretenderiam eles ficar com uma parte do país ou se trata de um trampolim para dominar todo o território angolano?

— Eu acho que a intenção dos imperialistas é



Agostinho Neto com nosso diretor Neiva Moreira

dominar todo o país. Essa secessão que está em marcha, tanto no norte como no centro, é uma etapa para depois tentarem dominar todo o país. Assim analisamos essa combinação que poderia parecer estranha, mas que na verdade é compreensível, do ataque do Zaire pelo norte e da África do Sul, no Cunene, pelo sul...

Isso denunciaria a existência de um comando unificado?

— Sim. Há um comando. Quando nós libertamos totalmente o sul, é o momento em que a África do Sul nos ataca, e isso demonstra não somente que querem dominar todo o país, mas que estão articulados.

É possível uma intervenção mais ampla e aberta da África do Sul?

— Sim, nós não excluimos essa possibilidade. E até estamos muito admirados diante do silêncio internacional em torno dessa atitude da África do Sul em relação a Angola. Nem a OUA, nem a ONU, nem nenhum país, nem sequer Portugal, denunciou a invasão de nosso território por parte da África do Sul.

É um silêncio estranho, mas que se deve essencialmente à posição de Portugal. O governo de Lisboa ainda não se dirigiu nem às Nações Unidas, nem à Organização da Unidade Africana para pedir seu apoio. E, em geral, os governos e as organizações internacionais esperam que os problemas desse tipo lhes sejam expostos para depois tomarem posição.

A batalha diplomática

Parece mais um problema de coordenação. Estas coisas chegando de Madagascar, Somália, Tanzânia e Moçambique. Em todos esses países a solidariedade com o MPLA se reflete em todos os níveis. Em Lourenço Marques (hoje Maputo) o sr. foi objeto de uma enorme manifestação de solidariedade, não

somente do governo, mas também do povo. E a situação não difere muito nos outros países citados.

— Sim, ainda não iniciamos a batalha diplomática contra a África do Sul, porque quem tem essa responsabilidade é Portugal. Nossas relações com o governo de Lisboa não são muito amistosas, e portanto, se nós tomássemos a iniciativa de mobilizar a opinião internacional contra a África do Sul, sem que Portugal o fizesse inicialmente, ou sem que fosse previamente informado, poderia acontecer de o governo português não nos apoiar nesta ação. Reconheço, entretanto, que é verdade que temos reduzido muito nossa atividade no âmbito internacional para nos dedicar à defesa de nosso país no campo interno. Seja no plano político, militar ou econômico. Quadros que militaram no exterior durante muito tempo, foram agora lançados na luta direta para salvaguardar a sobrevivência do país. Naturalmente isso fez com que se reduzisse muito nossa presença no exterior. Quando o imperialismo desencadeia contra nós, através de seus governos, seus agentes e os meios de comunicação, uma batalha maciça, é visível a falta de nossos quadros no exterior.

“A independência será declarada”

Como romper esse impasse?

— Agora que parece claro que a posição de Portugal é de passividade, nosso Secretariado Político deverá analisar a situação para tomar uma iniciativa imediata no campo internacional. Denunciaremos nas instâncias internacionais essa situação e entraremos em contato com os países amigos para que condenem a África do Sul e o Zaire e para que tomem as medidas possíveis a fim de deter essa invasão. A própria ONU poderá fazer alguma coisa.

Presidente, está marcada para dia 11 de novembro a proclamação da independência. O sr. crê que isso será viável?

— Sim. Seguramente será declarada a independência. Só resta a dúvida sobre qual organismo vai exercer o poder. Mas a declaração será feita.

Uma vez superada a crise interna de Portugal, e as correntes progressistas do governo se firmem, o sr. não acredita que se possa chegar a uma aliança mais estreita entre o governo de Lisboa e o MPLA?

— A não ser que ocorram transformações muito profundas no governo português, não creio na viabilidade dessa evolução. Todo esse período de transição que estamos vivendo demonstrou que o governo de Lisboa evitou uma aliança preferencial com o MPLA.

Não acredita, entretanto, que essa maneira de ver o problema angolano é ainda uma herança da política do general Spínola? Se isso for correto, as próprias transformações que ocorrem em Portugal, em um sentido progressista, não poderiam assegurar uma mudança nesse enfoque, que fundamentalmente se refletiria em uma revisão do caráter do Acordo de Alvor, que colocou em pé de igualdade o MPLA, a FNLA e a Unita?

— Seria muito bom que isso ocorresse. Entretanto, tenho ainda dúvidas sobre as verdadeiras intenções do governo português de rever Alvor em um sentido progressista. Portugal tem sua política própria em relação a Angola. Talvez não queira admitir de forma alguma que o reconhecimento dos três movimentos foi um passo equivocado. Talvez não queira voltar atrás para reconhecer o MPLA como a única organização válida em Angola. O que é certo é que os argumentos, às vezes simplistas, que são apresentados pelo governo português quando discute esse problema, mostram que não está disposto a voltar atrás. Não parecem decididos a eliminar essa forma tripartite de governo em Angola.

Não houve ainda uma autocrítica...

— Até agora não.

Luanda e o norte

O sr. acredita que, como assinalam as agências internacionais, apesar das vitórias do MPLA em Caxito e Barra do Dande, haveria ainda possibilidades de um ataque conjugado do Zaire, da África do Sul e da FNLA, contra Luanda?

— Veja, os reacionários estão realmente articulados. Descobrimos ligações dos que se encontram aqui em Angola, com outros que estão na Espanha, no Brasil, em Portugal, e em outros países do mundo. Já descobrimos algumas de suas redes. Assim é possível que alguma ação conjunta seja tentada, mas não é muito provável neste momento. Não é provável porque nosso povo tem tido muita coragem na sua luta e está decidido a não permitir que aqui se instale um neocolonialismo. Entretanto, uma ofensiva pode ser realizada.

Contra Luanda?

— Sim.

Com o atual quadro político-militar, as Fapla poderiam rechaçar uma ofensiva desse tipo?

— Bem, naturalmente depende da maneira como o inimigo ataque. Se atacar com meios materiais devastadores, é claro que nós não dispomos dos mesmos elementos para evitar um assalto. Mas se, pelo contrário, atacarem com os meios habituais da guerra de Angola, então estamos em con-

dições de vencê-los. Nosso povo está com um alto moral combativo e mobilizado para resistir a esse tipo de ofensiva.

A imprensa internacional afirma que a situação nas duas províncias do norte, ocupadas pela FNLA, é diferente. O Zaire estaria ali fomentando uma rebelião tribalista, e seria menor a implantação do MPLA na região. Considera que realmente o quadro é mais desfavorável e complexo?

— Não, não é muito complexo. Nós ainda temos lá muitos militantes, dispomos de apoio. É só um problema de tempo. É uma divisão que vai ser resolvida certamente por meios militares. Resolveremos isso com mais tempo, quando tenhamos superado outros problemas militares, como a ameaça que estava pesando sobre Luanda.

Democracia nas Fapla

Está se falando muito atualmente em democratização nas fileiras militares do MPLA. Pode nos explicar o que se considera "democratização das Forças Armadas Populares"?

— Naturalmente, a democracia que funciona nas Fapla tem os limites naturais da disciplina e da ordem militar. Nós não temos patentes, como no exército clássico, não temos capitães nem tenentes. Mas temos comandantes, de diferentes graus, chefes de seção, chefes de coluna, comandantes de esquadrão. E temos um Estado Maior que coordena a atividade militar. Assim, quando atuamos, o fazemos com ordem e disciplina. O que não temos é a rigidez do exército clássico que impede a discussão entre oficiais e soldados sobre os planos militares e sobre a própria vida dentro do exército. Nós temos esse tipo de discussão. Nossos comitês de combatentes discutem os problemas materiais e temos um comissariado político que instrui e esclarece no campo ideológico e político.

A designação dos comandantes é feita por eleição?

— Não, a designação dos comandantes é feita por mim — como presidente do Partido — por recomendação do Estado Maior ou do Secretariado Político, segundo a patente. Não há eleição de comandantes.

É um fato concreto que o ritmo de saída dos portugueses diminuiu. E que em alguns setores da população branca está nascendo confiança na capacidade do MPLA em restabelecer a ordem pública e manter um clima de paz que dê segurança ao trabalho. Outros setores, entretanto, consideram que o poder popular que está sendo instaurado pelo MPLA é antiportuguês, antibranco, uma espécie de racismo negro. Gostaríamos que o sr.,



Agostinho Neto, em foto histórica: o discurso de posse do 1º presidente angolano

com sua autoridade, analisasse as relações permanentes entre negros e brancos em Angola.

— Os portugueses que estiveram aqui durante muitos anos, vieram somente para obter lucros, dentro de um sistema que os favorecia. O colonialismo fez tudo para proteger essa elite branca da população de Angola. De modo que ela está habituada a ter privilégios. E agora, quando vêem que esta máquina colonial que os protegia está se desfazendo, quando vêem a divisão do exército português, e o desaparecimento da Pide, agora que terminou a polícia branca, que os órgãos do governo e do Estado deixam de ser portugueses — evidentemente que eles têm medo. Alguns temem porque cometeram crimes. Outros, porque já se sentem inseguros com a ausência da proteção política e social que tinham durante o colonialismo. Este é o maior trauma que a população branca sofreu. E diante das confrontações militares, preferiram usar isso como desculpa para abandonar o país.

Pois bem, nas áreas que já libertamos — e você tem aqui o exemplo de Luanda — vê-se claramente que não há nenhum tipo de perseguição contra o branco e aos poucos a ordem vai se restabelecendo. O trabalho está sendo reativado, ainda não no ritmo que nós desejaríamos. Está sendo feito um intenso trabalho de politização que já permite impulsionar com grande vigor alguns setores. Isso é visível no setor econômico, por exemplo. Algumas indústrias estão funcionando, mesmo sem seus administradores habituais. O porto começa a operar, as escolas vão abrir, as que estavam em greve já normalizaram suas atividades.

Uma pergunta final, presidente. Angola está vivendo um grande momento para a poesia, e, principalmente para os escritores militantes. O poeta Agostinho Neto produziu alguns poemas nestes últimos tempos?

— Não. Ele não tem tempo de escrever.

Quer dizer que o chefe político e o comandante expulsaram o poeta?

— O poeta está de férias.

“O imperialismo está sendo estrangulado”

O desafio de uma revolução vitoriosa que, nascida no campo, se instala nas áreas urbanas; a herança colonial, os perigos da sociedade de consumo e o papel das forças armadas populares no processo de construção de uma nova sociedade, analisadas com agudeza pelo chefe de Estado moçambicano



Machel: construindo o futuro

Pouco depois da proclamação da independência de Moçambique (25 de julho de 1975), Samora Machel deu uma entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, na qual abordou os principais temas e problemas que a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) teve de enfrentar quando assumiu o poder. Essa foi a primeira das várias entrevistas que o chefe de Estado moçambicano nos concedeu e, hoje, vemos que as suas previsões se cumpriram plenamente.

Como encara o senhor o processo de instalação do Poder Popular em Moçambique, nestes primeiros meses de governo?

— Nós havíamos definido como prioridade a extensão do poder político democrático a todo o território nacional. Temos certeza de que só com a participação ativa e consciente da população será possível acelerar a instalação do Poder Popular. A população não deve ficar à margem do processo. Para levar a cabo essa tarefa é preciso que existam estruturas a nível nacional, a nível estadual, distrital e municipal, para que as áreas mais remotas do país possam ser atingidas. Também é preciso interessar os elementos mais marginalizados durante todo esse tempo de colonialismo. É necessário que todos saibam que a reconstrução nacional depende da participação popular. Por isso, achamos que é fundamental o enraizamento das estruturas políticas no seio do povo. Sabemos que quando há estruturas políticas enraizadas no seio do povo, lá estão as estruturas econômico-sociais.

Atualmente, é possível determinar a prioridade das tarefas. Nesse caso, qual é o nosso trabalho se não a continuação daquilo que fizemos ao longo

de dez anos, quando participávamos da luta armada? As estruturas que criamos nas zonas libertadas durante os dez anos de luta de libertação nacional são as mesmas que devem orientar o governo e influenciar as zonas que permaneceram sob o domínio colonial até a independência ou, mais especificamente, até que o governo de transição assumisse o poder. Nossa experiência em Moçambique demonstra que o campo deve ter influência sobre a cidade e não a cidade sobre o campo.

No campo, encontramos uma série de coisas positivas. Aprendemos o que significa viver com o povo, qual é o sentimento geral desse povo. Sabemos muito bem como é que o povo deseja atingir seus objetivos.

A população da cidade está influenciada pelas estruturas estrangeiras que, em nosso caso, são estruturas colonialistas. Porque a cultura estrangeira é o que predomina a nível das cidades. São estruturas decadentes, facilmente superadas pelas estruturas corretas. Portanto, nossa presença atual nas cidades sacode as estruturas urbanas, coloniais, capitalistas. E isso nos leva a afirmar que Moçambique só pode se desenvolver mediante a participação popular.

A experiência da guerra

Nós visitamos recentemente as áreas libertadas. Sofremos um verdadeiro impacto por causa das experiências que lá colhemos. Temos certeza que há pouca necessidade de mudança, porque já existiam além das estruturas, uma mentalidade e uma consciência política bastante adaptadas às novas realidades. Contudo, a realidade é muito diferente em Lourenço Marques (hoje Maputo), em Nam

pula, em Quelimane, enfim, nas zonas urbanas. Vocês são otimistas no que se refere à tarefa de "reconversão" do meio urbano?

— Sim, somos bastante otimistas. E podemos assegurar que estamos fazendo progressos muito rápidos. Principalmente nas antigas zonas marginalizadas, na periferia das cidades, no *caniço* (favela): lá é onde a organização popular se desenvolve mais rapidamente.

As primeiras medidas da Frelimo no governo, não só visavam à organização popular, mas à mudança fundamental nos serviços públicos. A socialização da medicina foi uma delas. A aplicação dessa política socializante poderá trazer dificuldades nas grandes cidades?

— Qual é a dificuldade? Nós estamos aproveitando a nossa experiência da guerra. Durante os dez anos de guerra nós não tivemos medicina privada. Tivemos médicos, tivemos enfermeiros, mas todos eles trabalhavam para o povo. Inclusive para os soldados portugueses capturados. Alguns estavam gravemente feridos e recebiam nossos cuidados. Nunca houve medicina privada. E isso nos leva à definição do que significam para nós as zonas libertadas: a liquidação do inimigo, não sua liquidação física, mas de sua influência política. Por exemplo, o trabalho com educação, saúde, produção — produção coletiva — é a liquidação do espírito individualista, do egoísmo, das ambições pessoais, que constituem em sua essência a base do capitalismo. Ao longo de dez anos nós não tivemos medicina privada, não tivemos escolas privadas, resolvemos todos os problemas atacando as causas em vez de atacar os efeitos. Pela mesma razão, também não tivemos advocacia privada.

Mas para eliminar a advocacia privada deve-se contar com um vasto aparelho judiciário...

— Já existe. Já formamos o Serviço Nacional de Justiça, que foi anunciado pelo governo. Tínhamos realizado estudos anteriores e preparamos tudo para o enquadramento no novo esquema dos médicos, dos advogados e dos colégios privados.

O senhor acaba de visitar o Hospital Central onde foi auxiliar de enfermagem e cumpriu outras tarefas antes de partir para a luta armada. Como foi que os médicos, os funcionários e os enfermeiros receberam essa nacionalização?

— É um fato muito positivo. Todos os médicos e enfermeiros particulares já estão no Hospital Central.

Inclusive os portugueses?

— Todos. Por ocasião de minha visita ao hospital notei que eles estavam trabalhando com entusiasmo. Ninguém ficou de fora e ninguém fugiu de

Moçambique. Puseram à disposição do povo não só seus serviços mas também os consultórios e laboratórios. Eles demonstraram ter consciência de que deviam servir ao povo.

Presidente, como foi sua chegada a um hospital do qual saiu como auxiliar e voltou como presidente?

— Foi um momento emocionante. Mas eu não havia saído como auxiliar de enfermagem, já havia feito o curso normal.

Com o ingresso de Portugal nas Nações Unidas as autoridades se empenharam em "demonstrar" que não se praticava a discriminação racial em suas colônias, que eram províncias ultramarinas e nós, portugueses de ultramar. Assim, abriram alguns cursos. Naquela época, aqueles que tivessem o ginásio concluído podiam ingressar no curso normal. Foi quando abriram os quadros administrativos a aspirantes africanos. E começam a admitir — já na década de 60 — o ingresso de alguns africanos no exército. Era para "pintar", para dar um maior "colorido". Por isso temos quadros em nosso exército que eram capitães e tenentes negros.

O senhor encontrou lá velhos amigos?

— Todos eles, médicos, enfermeiros, europeus, portugueses e africanos, velhos amigos. Incluindo os serventes que em 1952, quando entrei para o hospital, já estavam lá e ainda continuam.

Presidente, ficamos surpresos ao encontrar em Lourenço Marques uma sociedade de consumo que tem poucos paralelos na África e na América Latina, e que se pode considerar de nível europeu. Isso criou um estilo de vida e uma estrutura social?

— Sim. Mas o desenvolvimento da economia nacional — sobre bases bem diferentes das atuais — será colocado sob o controle do povo.

Porém a tarefa não é fácil. O senhor terá de mudar o estilo de vida de milhares de pessoas que estão historicamente atreladas a todo esse sistema...

— Mas não se esqueça que só um pequeno número de pessoas controla nossa economia e são estrangeiros.

Bem, esse aspecto é muito importante.

— E facilitará nossa tarefa. Aqueles que controlam a economia nacional, o poder de compra e de venda, são estrangeiros. Não são nacionais.

Essa reconversão deverá criar, certamente, seus próprios estilos. Daqui a seis meses a imprensa europeia e norte-americana poderá começar a dizer que "Lourenço Marques não é mais do que um fantasma daquilo que foi", que já "não é a mesma coisa" etc. Não é fácil prever para o futuro essas

lojas funcionando com a venda de produtos altamente sofisticados, como atualmente.

— Elas poderão funcionar, mas com produtos nacionais. Nossa indústria tem potencialidades e nossa tarefa, hoje em dia, é transformar essas potencialidades em possibilidades concretas.

Apoiar e apoiar-se no campo

A filosofia da Frelimo é apoiar e apoiar-se no campo. Quais foram as medidas concretas tomadas pelo seu governo para levar adiante essa filosofia?

— Já emitimos um decreto pelo qual a terra pertence ao povo. E temos certeza de que quando a terra pertence ao povo já existe uma base concreta para tomar todo tipo de medidas que forem necessárias. E, em segundo lugar, ao criar em Moçambique, através de nossa política, as Aldeias Comuns, nós resolvemos todos os problemas da população camponesa.

Como o senhor encara as aldeias comunais? Visitamos recentemente as "ujamaa-villages", na Tanzânia, mas há outras experiências de agrupamentos de populações, como, por exemplo, os "kibutzin" em Israel...

— Não se pode comparar. Os objetivos deles são muito diferentes.

Não estamos comparando. Nos referimos simplesmente a diferentes concepções de agrupamentos rurais. Qual é o tipo de organização das Aldeias Comuns?

— Em primeiro lugar, em nosso país, com uma população dispersa, não é possível assegurar o desenvolvimento econômico e social e a conscientização política da população, fragmentada, dividida em pequenos núcleos. Com uma população espalhada é impossível aplicar uma política de aproveitamento dos recursos naturais. Seria empregar nossas energias em objetivos imprecisos. Seria impossível aplicar programas e desenvolver uma organização. Nossas Aldeias Comuns constituirão um centro para o desenvolvimento econômico. Um ponto de partida. Vejamos o exemplo de nossos rios, que constituem uma grande riqueza nacional. Se resolvermos fazer canais e diques, para quem serão construídos? Em que direção, se a população está dispersa? Acontece a mesma coisa com o projeto de eletrificação, que é uma das prioridades de nosso governo. Precisamos ter a população agrupada e organizada. As Aldeias Comuns significam para nós povo organizado, povo com tarefas definidas e distribuídas, povo comprometido com a tarefa de reconstrução nacional e com o desenvolvimento da Nação. Isso tem muita importância para nós, pois só assim saberemos a quem devemos dar assistência médica, escola, por onde deverá passar

nossa estrada para transportar a produção. Nosso objetivo é instalar populações rurais, populações no campo.

Bases coletivas?

— Sim, tudo com bases coletivas. A economia, a cultura, o esporte, tudo.

Socialismo nos fatos e não nas palavras

Presidente, fala-se aqui em Moçambique muito pouco de socialismo, embora qualquer observador poderá verificar que as práticas são socialistas.

— A prática é que vai dizer o que é que nós estamos procurando. Não queremos avançar com palavras, queremos avançar com nossas ações.

Ampliando o âmbito de nossa conversa, o senhor, que foi sempre um homem otimista, como encara a situação na África? O panorama é mais auspicioso que na década passada?

— Todos nós estamos acompanhando a rápida evolução da história e é evidente que a tendência geral, hoje em dia, está dirigida para a Revolução. Todos os povos e todas as classes oprimidas querem mudanças de fundo. Não é somente uma tendência, mas as condições destinadas a desencadear esses processos são, atualmente, muito favoráveis. Veja, por exemplo, as rápidas e profundas transformações que se processam aqui na África: a independência de Moçambique, de Angola, da Guiné-Bissau. Os últimos baluartes da dominação europeia. Olhamos para a Ásia, Vietnã, Camboja (atual Campúchea) e Laos. As próprias mudanças na América Latina.

O imperialismo está sendo estrangulado por toda parte. É o vento da história. O surgimento de países na África, que rompem com suas antigas metrópoles, marca uma tendência significativa.

As transnacionais

Como encara o problema das transnacionais em Moçambique?

— Primeiro, é preciso pesar as forças do inimigo, avaliá-las. Conhecer sua estratégia e seu estilo de atuação, para depois atacá-lo. Não atacar pelo prazer de atacar, para que todo mundo diga "já atacou o inimigo". Não. Deve-se ter a certeza de que quando se ataca é realmente para atacar e destruí-lo. Ter a certeza da vitória. É preciso estudá-lo, medir sua força e decidir como atacá-lo: se realizar pequenos ataques ou um ataque de envergadura, para provocar uma crise. Porque as crises às vezes são necessárias...

Isso significa que os senhores estão nessa fase de definição da estratégia?

— Repetimos que a certa altura é bom provocar uma crise; isso ajuda a avançar.

Lendo a história da Frelimo, ficamos impressionados ao verificar justamente como a sua direção sempre tirou proveito das crises para acelerar os avanços nos diferentes níveis.

— Nós saímos mais fortes de cada crise. Identificamo-nos mais, conhecemo-nos mais uns aos outros. A Frelimo cresceu de crise em crise.

O papel das forças armadas

Já que o senhor está falando de estratégia, poderia nos dizer qual será o papel das Forças Armadas Populares de Libertação na etapa de reconstrução nacional?

— Nosso exército sempre foi a força de vanguarda. Foi sempre no seio do exército onde houve maior clareza ideológica. Nos momentos difíceis, foi no seio das forças armadas que nós encontramos elementos progressistas. Foram as Forças Populares de Libertação que sempre souberam se identificar com a linha da Frelimo, que compreenderam quais eram os objetivos do Partido. E compreenderam quais são nossos amigos e quais são nossos inimigos. Também entenderam o que é um amigo temporário e o que é um amigo permanente, assim como um inimigo imediato, um inimigo a longo prazo e um inimigo permanente. Em cada momento se deve estabelecer uma estratégia para travar o combate, saber aproveitar as condições quando estiverem maduras. Saber desencadear o combate no momento preciso.

Assim, quase todos os nossos dirigentes vieram das forças populares, foram selecionados pela própria revolução. Foram forjados e temperados pelo combate da libertação. Por isso podemos encontrar nas Forças Populares de Libertação de Moçambique os verdadeiros servidores das grandes massas. Aquele que se identifica com o povo para servi-lo. É por isso que nós definimos, entre as forças populares, aqueles que tem condições de ser membros das Forças Armadas. Seus integrantes já têm uma tradição no combate, na produção e na mobilização do povo.

As FPLM foram organizadas com uma estrutura adequada a um determinado tipo de guerra, que já acabou pois houve a vitória. Como é que elas vão se adaptar às novas tarefas?

— Há uma nova missão, à qual já estão se adaptando. Há uma mudança de inimigo.

O inimigo agora é o imperialismo?

— Não. Em primeiro lugar são os reacionários

nacionais. Não é necessário procurar um inimigo distante quando aqui temos um dentro de casa. A definição genérica de imperialismo é muito vaga. É importante saber quais são os representantes do imperialismo: são as forças reacionárias nacionais. Elas devem ser tratadas como tratamos o inimigo.

A nomeação é sempre um ato político, portanto, da Frelimo?

— Sim, é sempre da Frelimo.

Os militares ocupam postos administrativos e partidários ou não?

— Atuam sempre nos dois terrenos: político e militar. Nós não temos uma atividade estritamente militar, é sempre político-militar. Ao dirigir estruturas militares deve provar que sabe dirigir estruturas políticas. Provando que sabe dirigir estruturas políticas, demonstra que pode assumir a direção da ação militar. Porque a estrutura militar é uma realização de nossa política. Não há estrutura militar sem estrutura política. Não há uma ação militar que não interprete uma ação política, que esteja separada da ação política.

A Universidade e o futuro da juventude

Passando agora ao tema da juventude, quais são as relações atuais e o projeto de relações futuras entre a Universidade e a Frelimo? O senhor conhece certamente as dificuldades que surgiram em muitos países revolucionários do Terceiro Mundo com a Universidade herdada da época colonial ou ligada às classes dominantes.

— Já temos nossa política a respeito. A Universidade será dirigida pelo Partido. Futuramente, aqueles que frequentarem a Universidade serão indicados pelo Partido. Estudarão para terem a capacidade de realizar as tarefas de que o país precisa.

E não para realizar uma aspiração pessoal..

— Não, de maneira alguma. E nós não escondemos isso. E é o que temos feito ao longo de 13 anos de experiência da Frelimo. Na Tanzânia, o partido era que indicava quem devia prosseguir seus estudos. E chegamos a um momento de desenvolvimento em que os próprios colegas eram os que decidiam quem devia prosseguir seus estudos. Achamos que esse método deve continuar. É a mesma democracia que existe a nível militar.

A Frelimo exerce o poder no campo político, cultural, econômico e social. Como se pode garantir que esse poder seja exercido democraticamente? Quê medidas asseguram a democracia interna para que as discussões sejam realmente democráticas?

— É a participação na discussão que precede às

decisões coletivas. Com a discussão coletiva, tomamos uma decisão coletiva, que será aplicada coletivamente. Há um processo de discussão interna, em todos os níveis.

Como o senhor afirmou, a didática da luta ajudou na aplicação dessa metodologia. O que vai acontecer com as gerações futuras, que não participaram diretamente na guerra de libertação?

— Estamos precisamente estudando como vamos preparar as futuras gerações. A guerra acabou e agora temos de encontrar outro mecanismo de conscientização. Será a prática política. O sistema educacional desempenhará um papel relevante. Formaremos gente nas escolas, há muito entusiasmo entre a juventude. As crianças são extraordinárias. Estudam, militam e vigiam. Não estão contaminadas pelos parasitas. É a primeira geração que nunca viveu sob o colonialismo, que não viveu sob o capitalismo, e elas têm um sabor popular. As reuniões da juventude quase sempre se realizam no norte, nas áreas libertadas, que constituem para todos nós uma experiência e uma fonte permanente de inspiração. Por isso sempre conservaremos essas áreas libertadas. Quando estamos lá, os problemas são todos concretos e as discussões abertas. Não há traição. Não há hipocrisia.

A autocrítica e a reeducação

Para concluir, gostaríamos de conhecer o problema da prática da crítica e da autocrítica na Frelimo e o método da reeducação.

— Nós apelamos para a consciência. Para nós, qualquer julgamento tem implicações políticas, não constitui um crime em si. Submetemos alguém a uma crítica severa e depois o obrigamos a fazer autocrítica em público. Apelamos para sua consciência.

Quais são os casos em que houve uma autocrítica em público?

— Em todos os casos. Incluindo Joana Simeão que ajudou os portugueses e o antigo vice-presidente da Frelimo, Simango. Acabamos de receber de sua parte um documento importantíssimo definindo suas relações com a Pide, sua cumplicidade com os portugueses, suas relações com o imperialismo.

Então, a autocrítica é feita depois que cada um reconhece sua culpa, que a reconhece honestamente e sem coação...

— Sim, honestamente e sem coação. Nós nos recusamos, durante a guerra, a usar castigos corporais. Usamos o desterro. Começamos por nós mesmos, pois o castigo físico diminui a capacidade intelectual do indivíduo. Nós nos recusamos também a insultar nossos inimigos no seio do exército.

Não existem na Frelimo insultos nem castigos corporais. Existe a crítica, que é muito séria. É tão séria que é possível que alguns até preferam os castigos corporais.

E as prisões?

— Há prisões, mas nós não chamamos de prisão. Não existe prisão. Nós chamamos de reeducação.

Realmente, nós encontramos alguns jovens portugueses envolvidos em atentados subversivos em Lourenço Marques que, em princípio, estavam presos na base Central no norte do país, em Cabo Delgado. Entretanto, eles estavam compartilhando da mesma vida que os militares da Frelimo lá sediados.

— Produzem como nós produzimos.

O senhor acha que contra-revolucionários, reconhecidamente ligados ao colonialismo, como Simango e Joana Simeão, poderão ser reeducados algum dia?

— Podem. Eles estão conosco, nos escrevem com frequência, e concordam com nossas discussões.

E como se realiza esse processo de reeducação?

— Nas áreas libertadas, com o povo e com a presença do comissário político. Conversam e discutem com o povo, inclusive durante semanas inteiras. Então, eles explicam o como e o porquê foi cometido o erro e qual sua visão hoje a respeito do problema.

Já existem pessoas consideradas recuperadas para o processo?

— Claro. Alguns já estão com responsabilidades altas a nível de governo e eles tinham colaborado com o inimigo.

Presidente, no recente processo de expulsão do governador da província de Maputo, Pedro Juma, a Frelimo declara que "a cidade e o conforto, engoliram os militantes, que cederam às balas de açúcar da sociedade de consumo". Como o senhor analisa esse problema?

— Estávamos preparados. Nós sabíamos que alguns dos que haviam sido grandes heróis e que não foram atingidos pelas balas do inimigo na floresta, o seriam na cidade com balas açucaradas. Nós já sabíamos. É um fenômeno da revolução, que precisa de um tratamento correto, de uma boa análise.

Muitas revoluções "escorregaram" nesse problema e por isso mesmo chegaram às vezes a fracassar. Daí a importância da severidade com que vocês tratam o problema.

— Nós sempre tivemos a preocupação de evitar o conforto. O conforto corrompe. ●

“Devemos entender as causas do subdesenvolvimento”



Nyerere: compreender Marx

O presidente tanzaniano analisa a situação do processo de mudanças no seu país, o desafio de aprimorar o seu partido e se posiciona perante o marxismo, declarando-se cristão

Julius Nyerere é um dos grandes estadistas do continente africano e do Terceiro Mundo. Artífice da independência da antiga Tanganica — e, posteriormente, da fusão com Zanzibar, criando a atual Tanzânia — foi o ideólogo do “caminho tanzaniano ao socialismo”, baseado nas aldeias comunais — o *ujamaa*, em língua *suahili*, que inspirou outros processos em diferentes latitudes. Dirigente da geração dos grandes do Não-Alinhamento — companheiro de ideais de Nehru, Nasser, Sukarno e Tito — ele concedeu esta entrevista aos nossos enviados especiais em 1975, na sede do palácio do governo, em Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia. Nela, Nyerere define a sua concepção político-ideológica e caracteriza os desafios que enfrentava para romper com um certo “impasse” no processo de mudanças no seu país. Ela mantém hoje, quase oito anos depois, a mesma atualidade.

Senhor presidente, em certos círculos americanos e europeus, se pensa que a revolução tanzaniana atravessa um período de estancamento. Qual é a sua opinião?

— É possível que seja verdade. É possível que agora estejamos atingindo nossas metas com uma velocidade menor que no início. Por quê? Porque depois da declaração de Arusha, em 1967, definimos nossos objetivos socialistas e logo procuramos colocá-los em prática. Alguns deles poderiam ser concretizados imediatamente, mas outros não, tinham que passar por um processo de educação popular.

Houve, sim, um rápido avanço no começo. Por exemplo: nacionalizamos tudo que podia ser nacionalizado. Isto só nos tomou três dias, mas poderia

ter sido feito em um só dia. Sabíamos que o Tanu (União Nacional Africana do Tanganica), estava entrando em uma etapa difícil. Nosso partido não é a Frelimo, não tinha definido claramente suas metas socialistas antes da independência. Simplesmente dizíamos “vamos construir uma sociedade socialista”, mas não tínhamos definido claramente o que era uma sociedade socialista. Nossa liderança, lentamente, estava sendo levada no sentido de adotar hábitos capitalistas. Foi então que estabelecemos um código de comportamento para nossos líderes. Também isso foi rapidamente aplicado. Demos para alguns de nossos líderes um pouco de tempo para se adaptarem à nova situação.

Depois desses passos iniciais, deveríamos definir um método para transformar as regras de nossa sociedade. Mas isso não era algo que pudesse ser feito em um dia ou uma semana. É um processo. Começamos por definir o tipo de sociedade que desejávamos construir. Isso também foi rápido. Não levou mais do que uma semana. Mas a construção dessa sociedade não ia ser uma tarefa fácil.

Então, voltando à sua pergunta: de alguma forma é verdade. É verdade que nossa Revolução é mais lenta agora do que em 1967. Repito, as coisas que temos que fazer agora precisam de tempo, de um processo. De quando em quando, podemos voltar a tomar algumas medidas e aplicá-las rapidamente. É só planejar e executar. Mas a transformação de nossa sociedade é um processo. Uma parte importante desse processo é a educação completa de uma comunidade analfabeta. Criar uma consciência, um claro entendimento do que se está fazendo.

E que diferenças essenciais o sr. estabelece entre

terceiro mundo - 23

o que foi definido em Arusha e o que foi feito posteriormente?

— Em Arusha, nós poucos que ali estivemos reunidos, pudemos decretar várias medidas, nacionalizações, inclusive. E isso custou pouco. No entanto, a transformação da sociedade como um todo só pode ser feita pelas massas populares. É impossível realizá-la sentados num escritório.

A revolução e a contra-revolução

Como o sr. bem sabe, em todo processo revolucionário há forças que se empenham em fazer avançar esse processo e outras em retardá-lo. No avanço ou no retrocesso, influi a correlação interna de forças. Qual seria essa correlação na Tanzânia, hoje?

— Inevitavelmente, quando se começa um processo de mudanças e esse processo tem como vanguarda um partido como o nosso, nacionalista, haverá aqueles que querem fazê-lo marchar rapidamente, e outros que querem fazê-lo marchar lentamente e há os que não querem nenhum tipo de mudança.

Mas eu vou falar só dos que querem mudanças e só discordam quanto à velocidade das mesmas. Eu, pessoalmente, às vezes me encontro em um, e às vezes em outro campo. Algumas vezes me surpreendo a mim mesmo “pondo o pé no freio” e outras, “apertando o acelerador”. Isso é definido pelo que eu penso que pode ser feito em cada momento.

E como vê a situação hoje?

— Nosso partido como um todo — e sei que dizer isso não significa dizer muito, se aceitamos que é um partido nacionalista e não um partido revolucionário —, está se radicalizando a cada dia. A nossa única vantagem é que se tivéssemos partido de cima do monte Kilimanjaro, a única alternativa teria sido nos manter lá em cima ou descer. Mas partimos de baixo, e, por isso mesmo, estamos subindo cada dia mais. A única coisa que resta ao nosso partido é tornar-se cada vez mais radical.

O fato de que a Frelimo tenha triunfado e que agora esteja levando adiante sua própria revolução, vai acelerar o caminho de radicalização do Tanu. Na essência, nosso comando está claro.

No ta-se aqui na Tanzânia um esforço de mudanças, que se expressa nas novas diretrizes políticas. O sr. acha que esta apreciação tem base real?

— No Partido, as novas lideranças são cada vez mais e mais radicais. As que vão surgindo vão deixando de lado as velhas lideranças, que já não entendem o que está acontecendo. E isso se passa em todos os níveis. Claro que isso não quer dizer que não tenhamos forças no país que estejam se opon-

do às transformações. Elas existem. No entanto, temos mais sorte que outros países. Por quê? Primeiro, porque somos pobres. Segundo, porque não desenvolvemos uma burguesia nacional.

Quando começamos a aplicar as mudanças estabelecidas na Declaração de Arusha, estas foram muito populares. Foi tudo muito bem acolhido pelo povo. E certamente não porque todo mundo fosse socialista. Não. Foram populares porque eram nacionalistas. Porque as indústrias que estávamos nacionalizando eram indústrias britânicas. Não havia nenhuma indústria tanzaniana para nacionalizar. Não tínhamos uma classe tanzaniana de capitalistas. Estávamos, entretanto, impedindo que uma classe de capitalistas tanzanianos se desenvolvesse. Havia líderes do Tanu que tinham começado a usar sua posição política como um capital. Por isso, introduzimos um controle sobre as lideranças políticas e essa medida enfrentou muita resistência, foi muito impopular entre os líderes, mas foi muito popular entre o povo. É uma reafirmação de que há gente na sociedade que se opõe a nós e ainda mais: inclusive pessoas associadas a nós e que nos fazem oposição.

O que eu assinalo, é que não é o mesmo tipo de oposição que se encontra em um país que tem que enfrentar uma burguesia nacional. Aqui lutamos contra uma coisa diferente: contra a burocracia, a corrupção, a tentação, muito mais do que contra uma classe capitalista aliada aos interesses internacionais. Nesse sentido, nossa pobreza foi uma vantagem.

O sr. diz que na Tanzânia não há uma burguesia nacional. Mas não acha que uma tecnoburocracia está substituindo aqui o papel da burguesia nacional?

— Sim. Justamente isso é o que temos de vigiar. Logicamente também temos que vigiar o capitalismo internacional. Estou de acordo que aqui temos que estar muito atentos com a tecnoburocracia, ainda que não seja uma tarefa fácil.

Um burocrata tem poder funcional. E criar uma burocracia socialista... bem, não sei quantos países terão tido êxito em fazê-lo.

Posição frente ao marxismo

Como o sr. relaciona a experiência “ujamaa” com a sistemática marxista?

— Primeiro, tenho que me confessar.

Assumirei, então, humildemente, as funções de padre...

— Eu não sou marxista. Isso não significa nada. Quando digo que não sou marxista é uma maneira de confessar minha ignorância.

O general Velasco, do Peru, costumava dizer que o governo peruano não é marxista, mas está fazendo uma revolução e é isso que importa.

— Pessoalmente, sobretudo a partir de 1967, tratei de ler textos marxistas. E agora estou convencido que um partido como o Tanu deve ter uma séria compreensão da análise marxista para poder conduzir sua revolução.

E o sr. está pondo isso em prática?

— Os bons marxistas querem realmente analisar a sociedade cientificamente, estritamente, e aceitam os fatos objetivos que se dão nessa sociedade. No entanto, tenho dificuldade de entender algumas das práticas marxistas atuais. Muitas não me parecem realmente científicas. Eu sou um católico romano. Leio a Bíblia. Quando um católico não entende o significado de um texto, consulta o papa, e ele dá a palavra final. Ele nos dá a interpretação. Mas eu não acredito que em relação ao marxismo se possa fazer a mesma coisa. Não acho que os marxistas devam limitar sua análise ao que Marx quis dizer em sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar suas realidades e estudar o movimento histórico mundial rumo ao socialismo sem perder tempo em explicar o que exatamente Marx disse. Ou será que quando uma pessoa entende exatamente o que Marx disse, automaticamente já é um bom marxista? Acredito que esse tipo de debate é equivocado. É um debate religioso. E isso me cria uma dificuldade real para entendê-lo.

Um companheiro brasileiro, marxista, me dizia que enquanto a Igreja se transformou em um partido político, o marxismo se converteu em dogma...

— Muito bem. Eu acredito que esse tratamento do marxismo como um dogma está fazendo com que ele perca dinamismo na história. Estou certo disso.

Dodoma: conquista social ou frustração?

Vocês estão construindo uma nova capital, Dodoma, que acabamos de visitar. A idéia, o plano, a concepção urbanística, me pareceu muito interessante. Mas nos chamou a atenção que subsistissem certos estilos consagradores de discriminações sociais futuras. Perguntamos a um funcionário por que havia áreas reservadas a construções opulentas e ele nos respondeu que na Tanzânia há pessoas pobres e pessoas ricas e que mesmo dentro do Tanu há elementos endinheirados que querem ter boas casas. Como o senhor, presidente, vê esse problema? Dodoma não seria no futuro uma frustração política?

— É possível. Mas a informação que lhe foi dada é exagerada. Não há nenhum líder do Tanu que



“Criar uma consciência, entender o que se faz”

possa construir uma casa particular com seus próprios recursos. Não tem dinheiro suficiente. Teria que pedir dinheiro a uma instituição de crédito do governo.

E certamente vocês não lhe dariam...

— O perigo não seria exatamente o da frustração. A situação aqui é diferente. É verdade que temos algumas pessoas ricas na Tanzânia, mas podemos contá-los nos dedos. Nenhum deles poderia construir uma casa para tirar uma renda dela. Podem construir para viver nelas, mas se as alugam, nós lhes tiramos. Mesmo assim, eu lhe digo que seriam muito poucos os que poderiam fazê-lo. As casas particulares de Dodoma vão ser casas construídas pela gente pobre, que as constrói de maneira cooperativa, com o assessoramento do Estado. O risco que eu vejo é que as boas casas de Dodoma, ou melhor dizendo, aqueles que vão morar em boas casas, construídas pelo Estado ou por organizações paraestatais, vão ser os burocratas.

O senhor é um ideólogo e um dirigente político muito conhecido e cujas idéias são analisadas por muitas pessoas interessadas nos problemas do Terceiro Mundo. Tem alguma mensagem especial para os nossos leitores?

— Parto amanhã por uns dias para minha aldeia natal. Vou colher algodão. Como espero ter algum tempo livre vou aproveitar para ler um pouco. Acho que os líderes do Terceiro Mundo não entenderam o problema do neocolonialismo como tinham entendido o colonialismo, contra o qual nós nos organizamos eficazmente para derrotar. Na realidade, devíamos ter entendido o neocolonialismo assim como entendemos o colonialismo. Devemos entender as causas do subdesenvolvimento.

Obviamente, eu trato de compreender o que está acontecendo em outras partes do Terceiro Mundo. Estou tratando de compreender as razões do subdesenvolvimento na África, mas como acho que as causas do subdesenvolvimento são mais compreensíveis na América Latina, estou tentando conhecê-las.

Os que não cumpriram as promessas

A edição nº 9 de *cadernos do terceiro mundo* em espanhol (janeiro de 1976), foi a única a circular naquele ano, já que pouco depois, devido à deterioração da situação política

“Vamos aprofundar a revolução”

Publicamos, portanto, dois trechos da entrevista concedida pelo ex-presidente peruano, general Francisco Morales Bermúdez, a nosso diretor Pablo Piacentini, no dia 21 de novembro de 1975.

O seu governo considera que o setor da Propriedade Social terá predominância no futuro. Segundo o seu plano de ação, qual será a data aproximada em que a Propriedade Social¹ poderá chegar a constituir a área de maior peso da economia peruana?

— A Propriedade Social (PS) é um conceito muito original dentro do processo revolucionário peruano. Tanto no plano do governo, como na ideologia do processo, dá-se de fato uma prioridade destacada ao conceito de Propriedade Social. E daí se deriva a prioridade desse setor da PS em relação aos outros setores.

A PS é prioritária dentro desse contexto. Mas, como tudo aquilo que nasce, ela tem de sofrer uma evolução. Não se trata exclusivamente de dispor de recursos econômicos ou financeiros. Trata-se também da organização de um sistema novo, que é o sistema da PS. Nesse sentido, o governo

1) O setor de Propriedade Social estava planejado inicialmente (no governo Velasco Alvarado) para o ser o germe da nova sociedade socialista peruana. A propriedade dos meios de produção e da terra era social, isto é, comunitária.

argentina, fomos obrigados a fechar nossa sede em Buenos Aires e a abandonar o país.

Naquele número, nós publicamos duas entrevistas com chefes de Estado que declaravam se encaminhar para a construção de modelos sociais novos, de tendência socialista, um na América Latina, o general Morales Bermúdez, do Peru, e outro na África, o general Siad Barre, da Somália.

Ambos chegaram ao poder através de golpes de Estado: Morales Bermúdez, derrubando o general Velasco Alvarado (em agosto de 1975); Siad Barre, substituindo uma corrupta república parlamentarista por um Conselho Revolucionário Supremo, sob sua hegemonia (em outubro de 1969). Nenhum dos dois cumpriu o prometido.

publicou recentemente um decreto-lei no qual introduz o conceito da PS em todo o âmbito nacional e relaciona a sua evolução à de outros sistemas nacionais, com todo o aparelho do Estado e com toda a conformação social do país.

As fontes doutrinárias invocadas pela Revolução Peruana são o humanismo, o cristianismo e o socialismo. Entretanto, fala-se muito de uma doutrina moderna, ou seja, a da segurança nacional. Dentro desse marco de influências, poderia nos dizer como se ligam os conceitos de humanismo e socialismo com o de segurança nacional?

— O socialismo e o humanismo são fatores presentes em nossa doutrina. A segurança nacional, tomada de forma integral, implica um conceito de defesa nacional. Em se tratando da segurança nacional, da defesa de um território e da defesa de um grupo humano, devemos nos perguntar: além do conceito clássico de defesa do território, o que é que a segurança nacional defende? Defende o abuso sobre as classes sociais oprimidas? Defende a pobreza? Ou defende o desenvolvimento, precisamente com um critério socialista e humanista?

Esta última é a tese da Revolução Peruana. ●

Kissinger com Morales Bermúdez (à direita)



“Cada país tem sua própria natureza”

O presidente Siad Barre, da Somália, foi um dos chefes de Estado africanos mais combatidos por sua definição socialista. Hoje, ele é uma peça fundamental da presença militar e geopolítica dos Estados Unidos no chamado “Chifre da África”. Reproduzimos alguns trechos da entrevista que nos concedeu em sua residência, na cidade de Mogadíscio, em fins de 1975.

A filosofia da revolução

É necessário compreender a filosofia de nossa revolução em geral, e a etapa de transição que estamos atravessando. A união dos grupos e das classes sociais progressistas — pilares de nossa revolução — dependerá de uma completa discussão científica da natureza multifacética dos objetivos de nossa Revolução. Só então seremos capazes de implementar com propriedade as aspirações da Revolução socialista na Somália, no campo político, econômico e social.

A Revolução herdou a economia e a cultura existentes. Herdou uma economia enfraquecida em todos os itens — agricultura, pesca, pecuária, indústria e comércio — uma economia caracterizada pela estagnação. A Somália era uma das áreas menos desenvolvidas do mundo. E essa economia era a base de um sistema social atrasado, ainda na etapa tribal. Essa condição não permitia o progresso que torna possível o desenvolvimento das grandes classes sociais de capitalistas e trabalhadores. A base econômica era inexistente, mas havia um embrião.

A Revolução é o produto das condições objetivas. Estávamos em uma condição neocolonial caracterizada pela terrível opressão de que eram objeto os trabalhadores somalis e pela inexistência de segurança entre os nômades. Os poucos representantes dos capitalistas embrionários e dos interesses do imperialismo internacional abusavam do poder.

As forças armadas eram oprimidas como o resto do povo trabalhador. Além do mais, estavam organizadas para defender a nacionalidade somali e ficaram sempre atentas para enfrentar qualquer ataque. Os soldados e os oficiais eram de origem nômade, eram camponeses e trabalhadores. Não houve jamais oficiais que representassem as classes exploradoras.

É essencial descrever os grupos e as classes sociais em nossa sociedade, para diferenciar as forças

progressistas das forças reacionárias. Isso permitirá que a Revolução conheça seu povo, que está implementando seus objetivos e suas aspirações. O povo, por sua vez, deve comprometer-se na luta constante contra os elementos contra-revolucionários, representantes das forças reacionárias e imperialistas que querem tomar o poder que pertence ao povo trabalhador, condutor da Revolução socialista.

Na nossa opinião, o povo trabalhador está formado por: trabalhadores em fábricas e em outras unidades econômicas; trabalhadores agrícolas; trabalhadores na administração governamental; membros das forças armadas; trabalhadores independentes e pequenos proprietários.

Se são essas as categorias do povo trabalhador não há dúvida que as mesmas, com as demais forças progressistas mencionadas anteriormente, são as que realizam, lideram e defendem a Revolução socialista, que nasceu para defender seus interesses. Portanto, é absolutamente necessário que essas forças progressistas se conheçam entre si, se unam e juntas enfrentem o inimigo reacionário e colonialista.

Houve, nos últimos seis anos, uma luta incessante entre as forças progressistas e as reacionárias. Essa luta está agora em outro nível e continuará sendo travada enquanto existirem exploradores em nossa pátria.

Quando a organização de massas atingiu um nível satisfatório foi preciso começar a estabelecer organizações de massas que pudessem continuar a tarefa de gerar em seu seio a vanguarda revolucionária. Essas organizações são a garantia para a implementação do socialismo em nosso país.

Nosso país, embora seja ainda uma sociedade nômade, adotou princípios socialistas e começou com seriedade a dar os primeiros passos nesse rumo. Cada país tem sua própria natureza. São essas as condições objetivas que não podem desaparecer por arte de magia. Ao mesmo tempo, a Revolução socialista tem estratégias definidas e aspirações claras. Seu objetivo final é uma sociedade baseada na igualdade e na justiça. ●

Barre: hoje, aliado dos EUA



A institucionalização da Revolução

Os cubanos mostraram a criatividade e o respeito às especificidades do seu processo quando, ao assumirem a tarefa de criar canais de participação, elaboraram uma estrutura nova e ao mesmo tempo rigorosamente democrática

Daniel Waksman Schinca

O jornalista uruguaio Daniel Waksman Schinca — que morreu prematuramente no início de 1980, aos 38 anos de idade — destacou-se pelas suas observações agudas e pelo seu estilo fluente.

Nesta crônica sobre a institucionalização do regime de Havana, escrita em fevereiro de 1977 (cadernos, nº 10, edição espanhola), ele mostra como Cuba conseguiu criar um modelo político próprio, criativo e ao nível das suas possibilidades.

Em meados de 1970, quando a propagandeada “safra dos 10 milhões” esteve bem longe de atingir seu objetivo, ficou claro que a revolução cubana atravessava uma dura crise. Em seu discurso de 26 de julho daquele ano, Fidel Castro optou por não esconder a gravidade da situação e fez uma implacável autocrítica pública que acabava reafirmando, no entanto, os princípios básicos do processo.

“Nossos inimigos dizem que temos dificuldades, e nisso nossos inimigos têm razão. Dizem que temos problemas, e nisso nossos inimigos têm razão. Dizem que há descontentamento, e na realidade nossos inimigos

têm razão. Dizem que há irritação, e na realidade nossos inimigos têm razão... (...) Só numa coisa eles não têm razão: acreditam que para o povo há uma alternativa à Revolução...”

Na Europa, naqueles dias, certos simpatizantes e amigos de Cuba se distanciavam desta — ou rompiam diretamente devido ao “caso Padilla”¹. E em Paris eram publicados dois livros de autores não-direitistas (“Cuba é socialista?” de René Dumont e “Os guerrilheiros no poder” de K. S. Karol) que postulavam a tese de que o castrismo se tornaria, cada vez mais, uma forma de poder personalista, burocrático, autoritário, militarizante. Uma espécie de “stalinismo à cubana”, enfim.

Os anos seguintes haveriam de mostrar, no entanto, o erro de enfoque desses autores, empenhados em olhar a revolução cubana com óculos europeus e incapazes de compreender sua originalidade essencial. Durante os 18 anos transcorridos desde que os guerrilheiros entraram triunfalmente em Havana foram, sem

1) Padilla — poeta cubano preso em 1970.



Uma sociedade específica

dúvida, cometidos muitos erros e desvios além de serem dados passos em falso. Seus protagonistas foram geralmente os primeiros em analisá-los e corrigir o rumo: a revolução cubana foi — e é — qualquer coisa, menos um processo linear. Mas ninguém poderia sustentar seriamente tampouco que esteja calçada em algum “modelo” socialista pré-existente: nem da União Soviética, nem da China, nem da Iugoslávia, nem do Vietnã, nem de nenhum outro que se possa encontrar. A história desses 18 anos de revolução também é a história (muitas vezes desconcertante) de uma teimosa, incorrigível especificidade.

Sem outro modelo senão o próprio

O ano de 1970, em todo caso, marcou provavelmente o fecho de toda uma etapa e o início de outra. Durante os primeiros anos de seu desenvolvimento, a revolução tinha estado demasiadamente absorvida por outras urgências (sobreviver apesar das agressões do imperialismo, entre outras) para que os cubanos pudessem se dedicar a inventar formas institucionais da democracia



Uma singular experiência de democratização, uma forma de poder "de baixo para cima"

socialista que procuravam construir. Copiar, talvez pudesse ter sido fácil (e, com o tempo, fatal).

Criar tem seu tempo. Pode ser relativamente simples, é verdade, desenhar num papel a estrutura orgânica de um sistema democrático burguês. A América Latina, sem dúvida, conhece dezenas de exemplos. Mas, armar e fazer funcionar um conjunto de instituições que permitam a progressiva instauração de uma democracia socialista já é outra coisa. Principalmente no caso de uma revolução tão "heterodoxa" como a cubana, que começou sendo democrático-nacionalista, fez-se socialista pouco a pouco, declarou-se marxista-leninista dois anos e meio depois da tomada do poder e só em 1965 organizou seu Partido Comunista.

Se as maneiras de se fazer uma revolução não são exportáveis, também não existem institucionalidades socialistas "de confecção". Imitar também é re-

nunciar. Primeira experiência socialista na América Latina, a cubana não tem exemplos próximos sobre os quais se apoiar; nem as revoluções asiáticas, nem as africanas, nem a da URSS ou outras europeias lhe oferecem — por corresponderem a outras condições — fórmulas transplantáveis. As novas instituições cubanas, que só agora começam a ser construídas, refletem (e só podem refletir) as necessidades e objetivos de uma sociedade específica.

O poder na base

Durante esses primeiros anos da década de 70, o processo revolucionário cubano vem procurando, com crescente ênfase, canais institucionais. Em 1974, inicia-se — na província de Matanzas, a nível de ensaio — uma singularíssima experiência de democratização, de construção de um

sistema de poder orientado "a partir de baixo". E realizaram-se, pela primeira vez, eleições. Puramente formais? Simples confirmação pelos votantes das designações efetuadas pela cúpula dirigente? Não. Nem nas eleições *matanceras* (de Matanzas) de meados de 1974 nem nas nacionais de outubro de 1976, permitiram-se candidatos únicos; em cada circunscrição deve haver, no mínimo, dois candidatos. A direção cubana, o governo, nega a si mesma a possibilidade de "meter o dedo" nas eleições. Por isso, os candidatos são apresentados como tais em assembleias de base (dos centros de trabalho) e seus méritos (ou deméritos) são discutidos publicamente por seus companheiros.

Nas eleições de Matanzas, 4.712 candidatos concorreram a delegados do poder popular municipal. Média: 4,6 postulantes para cada posto. Em algumas circunscrições, se apresentaram até

dez candidatos. Em uma, houve 15. Na maioria dos casos, teve-se que realizar um segundo escrutínio. Difícil sustentar que esse tipo de eleição constitui uma simples formalidade.

Seria possível acreditar, entretanto, que o Partido instrumenta de todos os modos o processo, garantindo para si através dos delegados ao PP (Poder Popular) um controle férreo das novas instituições de base. Não é isso. "Os organismos do Poder Popular não são os do Partido", advertia Raúl Castro. Os fatos indicam que essa distinção foi aplicada: dos mil e tantos delegados municipais *matanceros*, 41% não são membros do PC nem da Juventude Comunista. A porcentagem de comunistas é maior ao nível de região e de província (74 e 75%, respectivamente), mas sem chegar nunca a se criar confusão.

Por isso, não deve ser tomado como estranho o fato de uma alta proporção de delegados estar composta por militantes do PC: para ser membro do Partido, deve-se passar por um processo que se inicia com a qualificação

de "trabalhador exemplar" (dada pelo coletivo do centro de trabalho correspondente) e culmina com o ingresso no PC, decisão também da própria base.

É natural, portanto, que o julgamento da base se mantenha quando se trate de selecionar os melhores delegados? Por isso, em todos os níveis, impera o princípio de "quem elege, revoga". A mesma assembléia que consagrou um deputado pode destituí-lo da mesma forma que o designou (em processo público e acatando a decisão adotada). Em qualquer momento. E incluindo o fato de que, periodicamente — cada três meses — os delegados devam prestar contas de sua atuação. Já aconteceram várias destituições: não se trata, portanto, de uma simples possibilidade teórica.

O ano de 1977 acaba de ser designado oficialmente como "Ano da Institucionalização". A direção revolucionária cubana enfatiza assim essa preocupação institucionalizadora e se compromete a promover o processo no decorrer dos próximos meses, fortificando e impulsionando o

desenvolvimento dos mecanismos de poder popular. Terá que segui-lo de muito perto; estamos assistindo, sem tambores nem fogos de artifícios, à construção da primeira democracia socialista latino-americana. ●

2 — Sobre todos esses assuntos, a bibliografia ainda escasseia. Existe, no entanto, um livro que pinta com extraordinário frescor o funcionamento desses mecanismos. Trata-se de um volume editado no ano passado pela editora Siglo XXI com o título de "Cuba, ditadura ou democracia?". Incluindo um prólogo de Marta Harnecker e comentários e informações ao longo de todo o livro, 80% deste é constituído pela versão literal de gravações de assembléias e reuniões de centros de trabalho e por entrevistas de trabalhadores, camponeses, delegados do PP, militantes do PC etc. Com a máxima espontaneidade, sem ater-se a "linhas" rígidas, os próprios protagonistas do processo expõem assim seus pontos de vista, suas preocupações, suas críticas, seus juízos sobre a construção do Poder Popular.

A leitura desse trabalho realizado por Marta Harnecker e um grupo de jornalistas e militantes chilenos é da máxima utilidade para todo aquele que queira saber como funciona, na realidade, o sistema.

ALGUMAS DATAS CHAVES DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

- 1972 — Reestruturação do Conselho de Ministros
- 1973 — Reestruturação do aparelho do Partido Comunista
- 1974 — 16 a 26 de maio: Realização das assembléias de base para eleger candidatos ao Poder Popular de Matanzas
 - 30 de junho: Eleição de delegados ao PP
 - 7 de julho: Realização do segundo escrutínio dessa eleição
 - 22 de outubro: Formação de uma Comissão Redatora do Anteprojeto de Constituição, presidida por Blas Roca
- 1975 — 24 de fevereiro: A Comissão Redatora entrega o texto do anteprojeto constitucional
 - 8 de março: Entrada em vigência do Có-

digio da Família

- 10 de abril: Publicação no Gramma (jornal do PC) do anteprojeto de Constituição
- 28 de abril: Iniciam-se as discussões nas bases do texto proposto
- dezembro: Realização do 1º Congresso do PC de Cuba
- 1976 — 15 de fevereiro: Referendo sobre a nova Constituição
 - 24 de fevereiro: Entrada em vigor da mesma
 - 16 a 24 de agosto: Início das assembléias de base para eleger delegados ao PP de todo o país
 - 10 de outubro: Realização das eleições nacionais de delegados ao PP, as primeiras desde o triunfo da Revolução
 - 17 de outubro: Segundo escrutínio das mesmas eleições
 - dezembro: Eleição (pelos delegados ao PP) dos 481 deputados integrantes da Assembléia Nacional

Missionários ou colonizadores?

Apresentando-se como uma instituição apolítica, alfabetizadora e evangelizadora, o "Summer Institute of Linguistics" justifica golpes de Estado e massacres como "métodos que Deus emprega", introduz a organização econômica capitalista em áreas afastadas da América Latina, África, Ásia e Oceania e penetra em regiões estratégicas, em total concordância com as necessidades do Pentágono e das transnacionais



Índio: alfabetizado e colonizado

O Instituto Linguístico de Verão (ILV) surge como expressão do sentimento religioso exacerbado dos protestantes Batistas do Sul devido às condições de profunda crise que a sociedade norte-americana dos anos 30 sofria. Dedicar-se a "levar a palavra do Senhor" aos grupos linguísticos que não tinham alfabeto é uma peculiar interpretação ideológico-religiosa da história, que expressa, a nível de superestrutura, a força expansiva da sociedade norte-americana.

Analisá-lo simplesmente como uma instituição missionária que utiliza a linguística descritiva como instrumento de trabalho é ter uma idéia muito "inocente" sobre os processos históricos que se desenvolvem a partir da segunda metade deste século.

Fundado no final de 1933, juntamente com os "Tradutores da Bíblia Wycliffe", por iniciativa de Richard Legster e William Cameron Townsend, essas instituições tinham por finalidade, como consta no Diretório de Orações de Wycliffe de 1961, "preparar jovens cristãos de ambos os sexos e mandá-los para aproximadamente duas mil tribos, cujas línguas não tenham

seido convertidas num código escrito, para que estas possam ter noções das Escrituras, hinos e literatura cristãos, e pelo menos do Novo Testamento, em sua própria língua".

Em 1947, um ex-capitão da força aérea norte-americana, Larry Montgomery, organiza o Serviço de Rádio e Aviação da Selva (*Jaars, Jungle Aviation and Radio Service*) com o propósito de cobrir as necessidades de transporte e comunicações das equipes de missionários-linguistas que começam a atuar nos diferentes países.

Assim, ficaram constituídos os três organismos básicos: os Tradutores da Bíblia, para o trabalho dentro dos Estados Unidos, sobretudo no que se refere à arrecadação de fundos e treinamento religioso dos postulantes; o Instituto Linguístico de Verão, para os contatos e acordos com governos que permitam levar adiante seu trabalho de campo e a Jaars, encarregada do apoio logístico.

Sua concepção da história e do homem tem mais de teologia do que de ciência. Os postulantes a missionários-linguistas "devem crer na Doutrina da Trindade, no pecado do homem, na sua

consequente depravação moral e sua necessidade de regeneração. Na expiação dos pecados mediante a morte de Cristo. Na doutrina da Justificação pela Fé. Na ressurreição do corpo, tanto no caso do justo como do injusto. Na derrota eterna dos maus e no castigo eterno dos perdidos. Na autoridade divina e na autoridade emanada de todas as Escrituras canônicas".

Essa concepção do Instituto responde às idéias mais conservadoras entre as seitas protestantes dos Estados Unidos. A constelação de valores por eles defendida responde basicamente à moral protestante e capitalista primitiva (tal como se deu nos países da Europa Ocidental, no início da época moderna). Estimulam a competição individual, sustentando que o sucesso na terra é a manifestação tangível e própria dos "escolhidos". Como consequência desta ideologia, os indígenas doutrinados pelo Instituto, ao regressarem às suas comunidades, introduzem uma visão e práticas desagregadoras. Sua concepção fundamental, individualista e mercantilista, atenta contra a vocação comunitária da maioria camponesa e sua economia familiar.

Essas características da ideologia e prática dos grupos protestantes ligados ou pertencentes ao Instituto Linguístico foram lucidamente analisadas por um setor da igreja católica equatoriana, que afirmou que “a concepção religiosa que eles têm sobre a Bíblia incide fundamentalmente no suposto apoliticismo que praticam, já que insistem na necessidade de se dedicar somente às carências do espírito, para o qual pregam o desapego às veleidades e bens deste mundo. O respeito que têm pela lei e pela autoridade é muito grande. Jamais a combatem, nem duvidam de sua legitimidade. Isso já supõe uma barreira ideológica permanente para pensar, quanto mais para romper com o estabelecido. Para os protestantes, não existe exploração. As desigualdades são naturais, desejadas por Deus. É impossível ir contra elas, menos ainda lutar contra os ricos, já que todos somos irmãos criados por Deus; por outro lado, a propriedade privada é uma coisa sagrada, intocável, imposta pelo próprio Deus. A situação de miséria se deve ao fato de que somos todos filhos de Caim, pecadores; temos de aceitá-lo e trabalhar individualmente com ajuda de Deus e da Bíblia para superá-la”.

O desenvolvimento desigual das sociedades e suas causas últimas dentro do sistema ideológico desses missionários-linguistas se baseia na identificação do “Bem com a civilização e do Mal com a selvageria”.

No Brasil, em um curso de formação de chefes de comunidades indígenas, um professor declara: “Vocês podem escolher entre a sua maneira de viver e a do civilizado, cada alternativa tem um preço e uma recompensa. Para a sua forma de vida, o preço é a ausência de progresso, a fome e a morte; a recompensa é uma vida sem os problemas que as mudanças acarretam. Para

a vida do civilizado, o custo é o trabalho e a manutenção do que ele tenha conseguido, e a recompensa está em ter mais”.

A tal ponto se fixou essa identificação, que entre os campeces quichuas equatorianos se justifica o domínio do branco partindo do princípio que estes têm o direito de estar numa posição superior aos demais por serem mais inteligentes e hábeis para dominar, por serem gente com espírito de empreendimento.

A preparação dos missionários-linguistas é feita nos seguintes centros acadêmicos: universidades de Oklahoma, Dakota do Norte e Washington, *International Linguistic Center* e *Gordon College*, nos Estados Unidos; *British College*, na Inglaterra; *Seminar für Sprach Methodick*, na República Federal Alemã; *Auckland*, na Nova Zelândia; e *Emmanuel College*, na Austrália.

Seu financiamento

O trabalho de relações públicas e arrecadação de fundos é dirigido a igrejas, missões e público leigo. A crescente necessidade de dinheiro determinou nos últimos anos a criação de uma nova entidade denominada “Associados Wycliffe”, cuja finalidade básica é contatar o mundo dos negócios. Algumas versões não comprovadas, porém fidedignas, asseguram que as fontes financeiras do Instituto Linguístico de Verão são as mesmas que cobriram os gastos eleitorais da campanha de Richard Nixon.

A introdução de modelos de comportamento voltados para uma atividade econômica capitalista, de acordo com as diversas regiões em que atua e com o específico grau de integração que têm os diferentes grupos nos mercados nacionais, pode ser vista claramente na serra equatoriana, onde se promove a criação de cooperativas, e nas regiões de selvas do Peru e da Colômbia, onde

se facilita o surgimento de pequenos comerciantes individuais.

A visão do ILV não tem efeitos somente a longo prazo: em 1970, o Instituto facilitou apoio aéreo e por rádio e serviu como intérprete à Polícia Nacional e unidades militares comprometidas com a repressão da insurreição armada dos índios *guahibo* na Colômbia.

Expansão sobre quatro continentes

Em 1935, no México, o Instituto Linguístico de Verão começou suas atividades no exterior e, 40 anos mais tarde já atuava em 24 países da América, Ásia, África e Oceania.

Em 1972, o ILV trabalhava com 252 grupos linguísticos na América Latina, que representavam 47,4% do total de grupos contatados no mundo. Três anos mais tarde, sua ação abrangia 531 grupos nos diversos continentes.

Os regimes que davam as boas-vindas aos missionários-linguistas eram majoritariamente do tipo nacionalista-populista ou desenvolvimentista. Esses governos, preocupados em desenvolver o capitalismo e, consequentemente, o mercado interno, unificando e controlando todo o território nacional — e com isso abrem novas perspectivas aos investimentos capitalistas — não possuem todos os meios adequados para cumprir com esses objetivos. É assim que o oferecimento de colaboração “científica” para a integração das minorias nacionais é logicamente aceito.

Apoio ao anticomunismo

Na Ásia, a instalação do ILV estaria determinada por razões políticas e estratégicas. O triunfo da revolução chinesa em 1949 levou os planejadores do imperialismo a desenvolver uma política de contenção e cerco que tinha, entre seus principais objetivos,

o de reforçar os regimes reacionários de toda a Ásia e mostrar a reconstrução japonesa como modelo para toda a região. Os acontecimentos da guerra da Coreia e a derrota francesa na Indochina só fizeram acentuar a necessidade de respaldar os governos da primeira linha de defesa contra o "Perigo Vermelho".

Em 1953, é eleito nas Filipinas o presidente Ramón Magsaysay decidido e enérgico anticomunista, que recebe pleno apoio dos Estados Unidos para combater a rebelião camponesa liderada pelo Exército de Libertação Popular. Precisamente naquele ano, começam as atividades do Instituto Linguístico de Verão nas Filipinas.

No Vietnã, o Instituto chega em 1957, três anos depois da queda da fortaleza colonialista de Dien Bien Phu. Anos mais tarde, com a guerra já avançada e com a crescente participação dos Estados Unidos, os capelães do exército tornam-se fator essencial da guerra psicológica e eram eles que decidiam a transferência de camponeses. Deve-se destacar que uma alta porcentagem desses capelães eram Batistas do Sul.

Em 1965, os protestantes são expulsos do Camboja (atual Campuchea), mas, em 1970, um golpe de Estado liderado pelo general Lon Nol, que contava com o aberto apoio da CIA, permite no ano seguinte a volta dos missionários.

Na revista *Translation*, portavoz do Instituto Linguístico, se afirma: "Deus emprega tropas militares, mas também tem outros métodos. Deus mudou o destino da Indonésia às vésperas da revolução marxista e a resposta espiritual de milhares de pessoas que se voltavam para Cristo foi enorme. O Camboja expulsou todos os missionários em 1965 e pareceria que o trabalho de Deus tinha terminado. De repente, um golpe de Estado e uma nova onda de respostas ao trabalho missionário".

Na África, o enfraquecimento das velhas potências coloniais européias e o despertar dos movimentos nacionalistas fazem as colônias africanas conseguirem sua independência formal, colocando para as novas elites governantes uma série de problemas inéditos e, ao imperialismo norte-americano, possibilidades de penetrar no continente, antes de todas as portas se fecharem.

Nesse contexto — e talvez estimulado pelas proclamadas "vias africanas para o socialismo" — começa a penetração econômica, militar, cultural e religiosa dos Estados Unidos nas novas nações do continente africano. É óbvio então que o oferecimento de serviços "técnicos" por parte do ILV tivesse tido boa acolhida.

Ainda que o Instituto sustente que sempre "tem em mente o objetivo de capacitar os grupos étnicos para que assumam as responsabilidades e a iniciativa, não criando dependência", a promoção de novas necessidades e a introdução de novas técnicas produtivas nas comunidades levam, de fato, a formas inéditas e mais sólidas de dependência.

No leste do Equador, a atuação do Instituto Linguístico de Verão foi indispensável para a penetração das companhias petrolíferas norte-americanas (a maioria dessas empresas tem sua sede central na Califórnia do Sul, da mesma forma que os Tradutores da Bíblia Wycliffe e o Instituto Linguístico de Verão).

Na Colômbia e no Panamá foram feitas várias denúncias referentes às diversas formas de colaboração do Instituto Linguístico de Verão com empresas transnacionais dedicadas à exploração dos recursos do subsolo.

Em dezembro de 1975, o 19º Congresso da Associação Nacional de Trabalhadores da Arte (Anta) peruanos exigiu a expulsão imediata do Instituto Linguístico de Verão.

O Congresso denunciou ainda a realização de experiências e práticas anticonceptivas entre os indígenas. Dias antes, uma Assembleia Nacional de Camponezes tinha qualificado de "ação antinacional" a atuação do ILV no interior das selvas do país, onde ele dispõe de uma rede de estações de rádio e de uma frota de aviões e lanchas sob o pretexto de levar à frente um intenso trabalho de caráter exclusivamente religioso.

Finalmente, em princípios de 1976, o então primeiro-ministro, general Jorge Fernández Maldonado, anunciou que o convênio do governo peruano com o Instituto Linguístico de Verão, que vencia em fevereiro daquele ano, não seria renovado. A medida foi criticada com grande estardalhaço nos jornais pelos setores mais reacionários da sociedade peruana. Atualmente, depois de diversas mudanças ministeriais, o Instituto continua atuando na Amazônia peruana.

Apesar das evidências, muitos observadores costumam acreditar que estes milhares de jovens evangelizadores, inspirados por um ideal cristão, dispostos a passar nas selvas e nas montanhas os melhores anos de suas vidas sem esperar compensações materiais, estejam conscientes dos efeitos reais de suas pregações. O Grupo de Investigação Latino-Americano, que coletou a documentação sobre a qual se baseia este artigo, reconhece que seus estudos sobre o Instituto Linguístico de Verão "não nos permite afirmar que seus integrantes sejam conscientes do papel que desempenham", nem que "exista uma relação entre a política externa dos Estados Unidos e as diretrizes do Instituto. Mas podemos, sim, afirmar que o Instituto Linguístico de Verão responde totalmente às necessidades dessa política exterior".

Pelos frutos, se reconhecem as sementes, dizem as Escrituras. ●

A estratégia imperialista no sudeste asiático

A política do capitalismo na região e suas contradições; como atuam as forças revolucionárias e o papel dos cientistas, numa análise do jornalista inglês Malcolm Caldwell

— Roberto Remo



Caldwell: o papel do cientista

Na noite de 23 de dezembro de 1978, nosso companheiro Malcolm Caldwell, colaborador de cadernos do terceiro mundo desde sua fundação, foi assassinado em Phnom Penh.

Nascido na Escócia, Caldwell foi um ativo militante da ala de esquerda do Partido Trabalhista britânico, um acadêmico de fama internacional devido a seus estudos econômicos e sociológicos sobre o sudeste asiático, e, sobretudo, um internacionalista lúcido, engajado nas lutas de libertação dos países pobres, das quais foi um enérgico defensor a partir de sua intensa atividade como jornalista.

Caldwell foi um defensor convicto da revolução campuchean. Combateu através de seus artigos muitos ataques da imprensa direitista internacional e, de passagem pela nossa redação, em 1978, confessou-nos sua preocupação pelo enfrentamento entre o Vietnã e o Campúchea, e do perigo que isso representava para os movimentos revolucionários nos demais países do sudeste asiático. Caldwell estava preparando um livro sobre o Campúchea Democrático e resolveu não publicá-lo antes de ver com seus próprios olhos a realidade daquele país, que não visitava desde 1975.

Sua vontade foi cumprida. E quando se preparava para viajar de Phnom Penh a Pequim, três indivíduos fortemente armados entraram na residência oficial para hóspedes onde ele se alojava e o assassinaram. Os três assaltantes foram capturados e executados antes que pudessem fazer declarações. A Rádio Phnom Penh acusou “os inimigos do Campúchea Democrático de terem programado o crime”. Entretanto, alguns de seus amigos mais próximos levantaram dúvidas sobre essa versão. Nos últimos dias de sua visita, Caldwell teria

demonstrado uma certa contrariedade por causa da sua pouca liberdade de locomoção pelo interior do país e pela proibição de entrevistar-se com alguns amigos campucheanos. “Nosso povo tem ódio dos estrangeiros”, teria sido a explicação oficial.

“Nunca saberemos o que foi que ele aprendeu durante sua visita ao Campúchea”, escreveu em sua homenagem Noam Chomsky. “Mas não pode haver monumento mais adequado para Malcolm, nem castigo mais apropriado para seus assassinos, que a decisão de outros companheiros continuarem as tarefas que ele havia empreendido”.

Há dois anos apenas, o sudeste asiático estava diariamente nas primeiras páginas dos jornais do mundo. Agora, não só é uma área esquecida pelos meios de comunicação como também parece inclusive que os Estados Unidos, depois da derrota do Vietnã, Laos e Campúchea, tenham se “esquecido” da região. Isso é correto?

— Para os Estados Unidos, o sudeste asiático é uma das regiões mais importantes do mundo, a longo prazo. A região que compreende a costa oeste norte-americana, o Japão e a Austrália depende muito dos países da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático, que reúne as Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), pelo menos durante os próximos quinze ou vinte anos. Eles esperam que esses países exportem todo o seu petróleo, todo o seu carvão para aquelas três potências capitalistas da área, com a finalidade de tapar a brecha entre as suas necessidades e os seus recursos. E isso tudo, sem mencionar riquezas como a bauxita e o fato de que, depois da União

Soviética e da China, a Indonésia é a maior reserva de matérias-primas no mundo.

O interesse básico dos Estados Unidos na área, então, seria econômico?

— Sim. Mas também é estratégico. Porque se as forças de libertação, cada vez mais poderosas na Ásia continental, se espalharem e chegarem às ilhas, o flanco norte-americano ficaria totalmente descoberto. A Coreia do Sul ficaria altamente exposta e cairia todo o esquema norte-americano na região, que já sofreu sérios revezes na Coreia do Norte e na Indochina.

Padronização militar

Considerando que a Seato (Organização do Tratado do Sudeste Asiático) foi dissolvida recentemente, quais são os instrumentos que Washington usa agora para defender seus interesses na área?

— Antes da Seato ser oficialmente dissolvida, os Estados Unidos já estavam pensando em como substituí-la. A CIA propôs, em princípios da década de 60, que o esquema substitutivo não deveria ter membros que não pertencessem ao sudeste asiático, para que parecesse um pacto simplesmente regional, coisa que a Seato nunca foi. É, em segundo lugar, tinha que agir com cautela, para que esse pacto não aparentasse ser mais do que um vínculo cultural e econômico. Mas a intenção sempre foi estabelecer uma aliança militar anticomunista. Assim, em 1967, criou-se a Asean, que inclusive se apresenta como uma idéia local, a tal ponto que os indonésios reivindicam a sua paternidade.

O que os Estados Unidos fazem, por trás dessa fachada, é procurar integrar os exércitos — claro que não em um só exército — mas no sentido de que todos usem o mesmo equipamento, que é norte-americano ou europeu, que todos tenham os mesmos códigos e que realizem manobras conjuntas. Dessa forma, procuram integrar e assimilar os exércitos, de modo que, juntas possam lutar unidades de um e outro. É isso já está sendo praticado. Tropas da Malásia e da Tailândia combatem juntas contra as guerrilhas na fronteira. Tropas de Singapura lutaram junto com comandos especiais tailandeses no nordeste da Tailândia. Os indonésios têm manobras conjuntas com os australianos.

Até que ponto para os interesses norte-americanos esses exércitos são de confiança?

— Claro que não são de confiança. Mas o que é que os Estados Unidos poderiam fazer? Neste instante, não podem repetir o caso do Vietnã. Não quer dizer que não o façam no futuro, quando o país se recuperar do choque que a derrota lhe causou.

E, politicamente? Será que pode surgir dentro desses exércitos um movimento nacionalista, como aconteceu em outros países do Terceiro Mundo?

— Acho que isso é muito possível de acontecer na Indonésia. O exército indonésio, o que não acontece com os outros da região, tem — embora seja distante no passado — uma origem revolucionária. Foi ele que expulsou os colonialistas holandeses do território. E embora desde então tenha mudado radicalmente, transformando-se num exército formal, a possibilidade existe.

O papel do Japão e da Austrália

Além dos Estados Unidos há outras duas grandes potências capitalistas na região: Japão e Austrália. Esses países têm uma política própria em relação ao sudeste asiático?

— Naturalmente a Austrália não está no mesmo nível do Japão e dos Estados Unidos em termos de poder econômico e político. Mas a Austrália é muito importante para Washington, porque tem grandes reservas de minerais, inclusive enormes estoques de urânio. A Austrália é uma semicolônia em relação ao Japão, por ser um abastecedor de matérias-primas e é um subimperialismo com respeito ao sudeste asiático, onde investe e aproveita a mão-de-obra barata.

Os Estados Unidos vêem a Austrália com certa preocupação. Lá, eles têm bases onde nem mesmo o primeiro-ministro australiano pode entrar. São completamente extra-territoriais e existe contra isso um movimento popular crescente. Mas sentem-se vulneráveis e estão comprometidos com a preservação do atual estado de coisas na região.

Com o Japão, a situação é diferente, porque esse país tem um poder comparável ao dos Estados Unidos e interesses próprios. A classe dirigente japonesa é extremamente ambivalente em sua política para com o sudeste asiático. Por um lado, poderia estar sendo um sócio menor sob a hegemonia norte-americana e procurar representar um papel militar para ajudar os Estados Unidos.

Existem evidências dessa tentação. Por exemplo, há oficiais dos países da Asean que foram ao Japão para debates militares e treinamentos. Dizem que há assessores militares japoneses na Indonésia e eu acho que isso é certo. O Pathet Lao, as forças revolucionárias laosianas, sempre afirmaram que soldados japoneses foram usados ali na guerra, pelos Estados Unidos, na década de 60. Washington nunca negou isso, embora também não o tenha admitido.

Mas existe uma estratégia alternativa, cada vez mais atraente aos olhos da classe dominante japonesa, que é a de estar sempre um ou dois passos à frente dos Estados Unidos. Dessa forma, muito an-

tes da queda do regime de Thieu em Saigon (hoje, Ho-Chi-Minh), os japoneses já tinham percebido que não havia futuro em investir no Vietnã do Sul. É sabendo que um Vietnã reunificado seria um fator econômico importante no sudeste asiático, antes do fim da guerra eles já tinham começado a deslocar os negócios para o Vietnã do Norte. Quando estive em Hanói, em 1966 e 1967, vi como os trens de abastecimento que iam para o *front* eram compostos por novíssimos vagões japoneses. O Japão esperava não ser identificado com os Estados Unidos e, antes da vitória, já estava "com um pé na porta".

O lado revolucionário

Depois de ter analisado a situação e a estratégia capitalista no sudeste asiático, teríamos que ver o que está se passando do outro lado. Qual é a situação das forças revolucionárias nos países da Asean, particularmente depois da libertação da Indochina?

— Na minha opinião, ter uma fronteira comum com um país já liberto é um fator tremendamente importante no desenvolvimento da luta de libertação. Embora, por exemplo, o Partido Comunista da Tailândia já tinha bases seguras nos extremos norte e sul do país, depois que o Laos e o Campuchea se libertaram, foi possível usar a fronteira com maior liberdade.

Outro fator importante no sudeste asiático é que os partidos comunistas da região são todos experientes, preservaram sua unidade e evitaram as cisões. Na maior parte desses países há um só comando, indiscutível, do Partido, o que não acontece em outras partes do mundo, onde há vários partidos cada um se proclamando ser o movimento de libertação, o que complica a situação.

Em geral, a esquerda no sudeste asiático é liderada pelos PCs, particularmente nos países da "linha da frente", ou seja, aqueles nos quais a luta guerrilheira é mais ativa e extensa como a Tailândia e a Birmânia.

As divisões étnicas e a luta armada

As divisões étnicas nesses países não dificultam as forças guerrilheiras em poderem aparecer como expressão de todo o país, sendo formadas muitas vezes por membros predominantemente de uma só etnia?

— Não nego que isso possa ser um problema futuro. Isso é correto. Mas os partidos estão conscientes disso. Na Birmânia, o Partido Comunista está começando a estabelecer alianças com os grupos étnicos minoritários, cujas rebeliões se desenvolveram paralelamente à guerrilha.

O maior problema étnico acontece na Malaia¹. Tanto em Singapura como na península de Málaga, há uma acentuada desproporção entre o poder econômico (nas mãos dos chineses) e o poder político e militar, que está nas mãos dos malaios. Essa é a herança do colonialismo inglês.

O Partido Comunista da Malaia é consciente de que este é um dos seus maiores problemas. E, desde a sua formação, tentou que tanto as unidades guerrilheiras como o Partido se expandissem independentemente das comunidades.

Depois desse panorama tão completo, nossos leitores gostarão de saber alguma coisa sobre sua experiência pessoal. Como chegou ao sudeste asiático e como nasceu o seu compromisso com a luta de libertação desses povos?

— Escolhi o sudeste asiático e nunca me arrependi, porque é uma região fascinante. Logo tive a oportunidade de ir à região e ensinar na Universidade da Malásia. Vivi lá vários anos e quando comecei a estudá-la e comparar o seu processo com o Ocidente, logo percebi que os objetivos dos movimentos trabalhistas no Ocidente só poderiam ser alcançados no sudeste asiático por meio da luta armada.

A luta constitucional que o trabalhismo britânico travou no século passado e começos deste não podia acontecer ali. Os assim chamados partidos social-democratas da região já tinham sido identificados pelos Estados Unidos, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, como os mais fáceis de serem infiltrados e utilizados para conter o avanço do comunismo e das lutas de libertação nacional.

Na realidade, muitas vezes os estudos acadêmicos são utilizados pelos serviços de inteligência (espionagem) das potências para as suas políticas neocolonialistas.

— Sem nenhuma dúvida, esse é um problema sério no sudeste asiático.

Mas também, depois do Vietnã, isso teve um efeito de bumerangue. Treinaram milhares de especialistas na área — eu próprio, entre eles — e muitos se tornaram opositores do imperialismo norte-americano.

E a guerra do Vietnã demonstrou que a solidariedade internacional é muito importante. Atualmente, eu preferia que houvesse mais estudiosos do sudeste asiático, porque quanto mais gente foi capaz de atuar como vínculo entre os movimentos de solidariedade no mundo e a luta interna dos países, tanto melhor.

1) Os comunistas acham artificial a divisão em dois Estados (Singapura e Malásia) da região que eles denominam de Malaia. Tanto que há um só partido comunista, o PC da Malaia.

“Estender a mão ao índio”

O conhecido bispo de Riobamba define seu conceito do papel da Igreja latino-americana e analisa o que poderá ocorrer na reunião de Puebla

José Steinsleger

Na Igreja latino-americana, o bispo Leonidas Proaño, principalmente devido à sua pregação em favor do índio de sua terra e do camponês, tem um papel destacado. Na época em que seu país, o Equador, esteve dominado por um regime militar autoritário, ele foi perseguido e censurado.

Nesta entrevista ao nosso correspondente d. Leonidas Proaño explica sua concepção do papel da Igreja no nosso continente. É importante ressaltar que a entrevista foi feita pouco antes da histórica reunião de Puebla.

No dia em que Paulo VI morreu perguntei a Leonidas Proaño, bispo de Riobamba, o que significava para ele a injustiça: “É algo muito concreto”, disse. “É um sistema que eu apalo, vivo e me revolta. Um sistema pelo qual uns homens exploram outros homens diminuindo-os em sua capacidade de serem homens. Um sistema que anula o homem, que o torna incapaz de se ver livre das condições que o oprimem e o afundam”.

Do salão principal do Palácio do Arcebispo, ouve-se o dobrar dos sinos em sinal de luto. Morreu o Papa. Proaño ordena através do padre Bravo, o vigário, que todas as igrejas de Chimborazo comecem a organizar a cerimônia. Minutos antes da entrevista, o padre Bravo me havia dito sorrindo na porta do Palácio: “Estive preso duas vezes. E acho que vão me prender mais algumas vezes”.

“A injustiça — manifestou, em suma, Proaño — é um sistema que impede o homem de ser co-criador do Mundo com Deus”.

Para o bispo de Riobamba, uma das tantas for-



Proaño: contra a injustiça

mas de injustiça ficou demonstrada na tarde de quinta-feira, 12 de agosto de 1976. Naquele dia, uma *blitz* de contra-insurreição mobilizou dezenas de policiais e cães de guarda até o asilo Santa Cruz, a quatro quilômetros de distância de Riobamba. Com uma violência inaudita, os soldados interromperam uma reunião de bispos latino-americanos que haviam sido convidados à Diocese pelo padre Proaño.

O acontecimento, sem precedentes na história da repressão da América Latina, causou enorme impacto na opinião pública internacional. Mas o monopólio transnacional da informação teve a seu encargo o mascaramento e o posterior silêncio do fenômeno informativo. Com uma impunidade que também não tem precedentes, o governo equatoriano manifestou que se tratava de uma reunião “subversiva”. Os participantes eram “personagens conflitivos” em seus países de origem e a “segurança nacional” exigia uma tomada de posição a respeito do encontro. O ministro de governo, coronel Bolívar Jarrín, disse pela televisão que a “suspensão do encontro de bispos foi um ato de soberania”, e o dr. Xavier Manrique, subsecretário de governo afirmou que os bispos haviam ingressado no Equador “clandestinamente”, notícia falsa, desmentida pelo seu ministério poucos dias depois.

Entre os participantes mais destacados da reunião encontravam-se Méndez Arceo (México), Batista Fragoso (Brasil), Vicente Zazpe (Argentina) e Parra León (Venezuela), todos eles, assim como Proaño, catalogados como “bispos vermelhos” isto é, comprometidos com a dignidade das massas latino-americanas.

Pergunto a Leonidas como é que ele caracteriza essa *blitz* de contra-insurreição. Opina que o acon-

tecimento fora muito bem planejado. Que as forças reacionárias e o serviço de inteligência estrangeira, que apresenta um recorde de intervenção nos governos latino-americanos, almejavam há muito uma oportunidade como a que se deu em Riobamba. "É o primeiro passo de uma escalada de intimidação contra a Igreja dos pobres na América Latina", disse Proaño a cadernos do terceiro mundo. Não é um acontecimento isolado, circunstancial", acrescentou.

Mas quem é, concretamente, o responsável por essas medidas repressivas? O que é que o senhor acha do fato do Osservatore Romano ter informado em suas páginas um mês depois dos acontecimentos e que o Vaticano não se tenha pronunciado a respeito?

O bispo de Riobamba é taxativo: "Para a opinião interessada e a maioria das pessoas informadas, não é nenhum segredo que a prisão dos bispos, em agosto de 1976, foi combinada entre o núncio

apostólico Luigi Acogli e o governo militar. Oficialmente, o Vaticano não foi informado do assunto através de seu delegado em Quito. As cartas e os comunicados remetidos da prisão pelos bispos não chegaram ao Papa. E isso acontece porque também há uma igreja comprometida com membros da Santa Sé para impedir que o Papa possa tomar conhecimento sobre fatos que ferem a sensibilidade de todos os cristãos. Quando o núncio visitou os bispos na prisão, consolou-os dizendo: 'Façam de conta que aqui não aconteceu nada'".

Méndez Arceo, bispo de Cuernavaca, México, havia declarado: "Se isso acontece conosco, que somos pessoas conhecidas, o que acontecerá com os camponeses, os operários e os indígenas que são presos?"

O Evangelho é subversivo

Quando Leonidas Proaño foi nomeado, em

UMA MISSA NO CHIMBORAZO

□ "E tendo mandado a multidão que se sentasse sobre a relva, tomando os cinco pães e os dois peixes, levantando os olhos ao céu, abençoou e partiu, e deu aos discípulos e às turbas. E comeram todos, e saciaram-se; e levantaram do que sobejou doze cestos cheios de fragmentos que ficaram. Ora, o número dos que tinham comido era de cinco mil homens, sem falar em mulheres e crianças". (do Evangelho segundo S. Mateus).

Acabou a leitura da passagem bíblica. O padre Gabriel Barriga abre o diálogo reflexivo. Espancados, uma centena de indígenas que comparecem mais um domingo ao Centro Pastoral Santa Rosa de Flores (município de Riobamba) escutavam-no. As crianças e os cachorros passeiam pelo interior da paróquia e catam restos de comida do chão: "Vamos ver se todos nós conseguimos entender o sermão de São Mateus. O que é que Nosso Senhor diz, em resumo?" O ajudante traduz para o quêchua as palavras de Gabriel. Ninguém responde. O silêncio é, inclusive, hermético há muitos séculos. Lá fora, o vento de serra sopra, gélido. Mas a 3.500 metros de altitude, o sol queima a terra.

"Acho que vocês estão distraídos — diz o padre Gabriel. Vamos pensar: se nós trabalhamos o dia todo e não nos pagam, não comemos. Então morreremos de..."

Surge uma voz: "Fome". "Muito bem, se não

nos pagam morreremos de fome. Há dois tipos de fome: a fome física e a fome espiritual. Mas uma depende da outra. No mundo, três quartas partes dos homens morrem de fome. No Equador, o governo prefere jogar as bananas fora para manter os preços em alta. Quanto custa uma banana para nós?" Outra voz responde: "Um sucre". Gabriel continua: "Um sucre. Então, quem está nos matando de fome? Deus ou o governo?" Várias vozes: "O governo". Murmúrios de aprovação generalizada. A receptividade do grupo torna-se mais aguda. "O governo — ratifica o padre — prefere vender nossa comida aos Estados Unidos e nos mata de..."

"Fome": A palavra soa como chicote. A escalada é retilínea na consciência dos indígenas. Gabriel amplia a reflexão: "... na cidade, o cão do rico come melhor que o pobre e nós morreremos de..."

"Fome". A origem da fome se desprende de suas citações divinas. A origem da fome é tão concreta e crua como a própria fome. "Quantas pessoas jogam fora a comida nas cidades enquanto nós morreremos de fome? Pois bem — enfatiza o padre Gabriel — isso é um pecado diante de Deus. Porque Jesus Cristo diz: todos nós devemos dar de comer aos outros. Quando nós celebramos alguma festa e todos contribuem com comida, ninguém morre de..."

"Fome", respondem invariavelmente os parquianos. "Ninguém morre de fome em nossas festas porque nós distribuímos aquilo que temos. E é isso que Deus Nosso Senhor quer: que todos nós possamos comer".

1954, bispo de Riobamba, o valor da propriedade em Chimborazo era mais elevado que o de toda a maquinária agrícola existente no país. Dez anos depois, ele entregou aos indígenas todas as fazendas da diocese.

Naquela época, ele tinha iniciado uma campanha de alfabetização que foi transmitida posteriormente pelo rádio. Inaugurou hospedarias, ambulatórios médicos, lavanderias, banheiros públicos. Quando o governo decretou o salário mínimo em 15 sucres (1964) para os peões rurais, os fazendeiros não puderam manter sob controle os camponeses que ganhavam cinco sucres e estavam reivindicando aumento de salário.

Jatari ("Levanta-te, camponês") jornal mimeografado, fundado pela diocese em 1962, havia publicado a portaria ministerial.

Os latifundiários, os ideólogos da "segurança nacional", a burguesia-gerente do imperialismo, os grupos de choque da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Opus Dei não costumam concordar com Proaño.

Esses grupos que invocam a defesa da "civilização ocidental e cristã", ameaçam-no constantemente. O bispo anunciou há alguns anos a decisão de vender a custódia da diocese para investir o dinheiro em obras sociais. A reação lançou um grito de histeria que chegou aos quatro cantos do país. A jóia, encrustada de rubis e pedras preciosas, era "sagrada". Mas Proaño insistia em vendê-la. A reação organizou uma campanha. Periodicamente, "autênticas índias riobambinas" publicavam acusações nos jornais contra o bispo "comunista". Como resultado das incriminações, uma delegação papal apareceu em Chimborazo. A comissão do Vaticano corroborou seu relatório: "a linha de Monsenhor Proaño — conclui o documento — é a linha da Igreja".

Aos 68 anos, esse padre oriundo de Ibarra, que só queria ser pároco, explica: "O Evangelho é o documento subversivo por excelência. Não existem mais que dois mundos: de um lado a opressão, a injustiça, a mentira; do outro, o mundo proclamado por Cristo: a verdade, o amor, a alegria, a paz. É preciso definir-se. O Evangelho não é ocidental. Também não é sinônimo de civilização. Está encarnado em cada cultura. A linguagem da reação se ampara nos interesses do mal e do pecado, isto é, nos interesses do capitalismo, das grandes transnacionais. Seu propósito não traz a paz nem fomenta o amor porque confunde o povo".

Haverá discussão em Puebla

Leonidas: o senhor é questionado em Riobamba por ter se recusado a construir a catedral da cidade...

— Não me recusei. Nós queremos construir a ca-

tedral. Mas acontece que temos uma ordem de prioridades na administração de nossas parcas finanças. Para nós, o mais importante é construir homens antes que templos. Há setores, inclusive populares, que gostariam que o bispo construísse templos, mas não gostam que ele organize encontros que provoquem a reflexão e a busca de alternativas diante das condições desesperadoras em que vive o povo; e muitos menos que tomem consciência de sua situação ou que cresçam como homens. O desemprego, a injustiça; os salários baixos não preocupam esses setores imbuídos de uma mentalidade materialista e, portanto, em situação de pecado perante Deus. De todas as maneiras, se tivéssemos mais recursos econômicos poderíamos acelerar as obras da catedral.

O senhor se sente seguro em sua diocese? Continua recebendo ameaças?

— Bem, houve uma primeira etapa de ameaças abertas e problemas entre o governo e o Vaticano que tiveram como resultado a visita apostólica de 1973. Depois dos acontecimentos de agosto de 1976, a vigilância é mais estreita.

Proaño acha que a Igreja por si mesma não pode atuar como partido político, mas sim politicamente. Segundo sua opinião, podem se formar militantes nas bases comunais, se para isso tiverem vocação. "Se tiverem vocação nós os apoiamos", afirma. "É preciso elevar a palavra de denúncia a partir das comunidades eclesiais de base. Isso deve ser concebido como uma crítica construtiva, fiel ao segundo Conselho Ecumênico do Vaticano (1965) e ao Celam de Medellín (1968).

Sobre os documentos prévios de consulta do Celam III (Puebla), o bispo assinala que será forte a corrente daqueles que apóiam as mudanças mas que, em última instância estão dispostos a manter a situação atual. "Talvez os documentos não sejam de todo satisfatórios — assinala —. Mas ao mesmo tempo, o que se avançou na América Latina não pode ser apagado. E isso continuará mais além das resoluções de Puebla".

Mas, segundo parece, tudo foi organizado para que a corrente que reclama, critica e busca sua resposta autêntica aos problemas do Evangelho na América Latina não seja ouvida, nem discutida em profundidade...

Proaño continua fumando: "Em Puebla será feito o possível para entrar em discussão. Consultamos em Chimborazo todos os setores para que a voz do nosso povo seja levada em conta. Acho que represento a visão da minha realidade na diocese, em todos os terrenos. Minha mensagem em Puebla terá sido profundamente estudada com meu povo. Terão de ouvir-nos". ●

“A libertação é a minha meta”

Em novembro de 1978, no seu exílio no México, o líder camponês fez uma balanço dos anos 60, mostrou os vínculos entre as lutas do Nordeste e a dos “zapatistas” mexicanos e defendeu a vigência do trabalho

Vânia Bambirra

Francisco Julião ficou conhecido no Brasil, especialmente nos primeiros anos da década de 60, como “o homem das Ligas Camponesas”. Estas marcaram o aparecimento até então inédito da massa camponesa no cenário político brasileiro reivindicando uma “reforma agrária radical”. O desenvolvimento do movimento camponês, liderado por Julião, pôs na ordem do dia, naquela época, a palavra-de-ordem “aliança operário-camponesa”, cujos resultados não chegaram a se manifestar devido à repressão que se abateu sobre o movimento popular a partir do golpe militar de 1964.

Francisco Julião é autor de vários livros como “Cambão: a cara oculta do Brasil”, “Escuta, camponês”, editados em espanhol; “Que são as ligas camponesas?” e “Cachaça”, editados em português. Colaborou mais de cinco anos com a revista *Siempre* e também com o jornal mexicano *El Día*.

As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco no final dos anos 50 e marcaram sua presença no cenário político nacional nos primeiros anos da década de 60, quando se espalharam por vários outros estados do Brasil. Quais as bases sobre as quais se assentava a organização das Ligas Camponesas?

— Bem, Vânia, vou tentar fazer uma síntese do movimento camponês que nasceu no Nordeste e que teve bastante impulso a partir de 1960. Rigorosamente, esse movimento foi mais um produto de um longo processo... Não era a primeira vez que surgiam Ligas Camponesas no Nordeste, mas foi a primeira vez que tiveram uma conotação muito marcante dentro da realidade social e política nordestina, a partir de 1955, coincidindo com a che-



Julião: a luta pela terra

gada ao poder do presidente Juscelino Kubitschek.

Essa batalha não foi resultado do trabalho de um só homem ou de um grupo de homens, mas resultado do próprio desenvolvimento do país. É bom enfatizar — e eu sempre procuro fazer isso — que não fui propriamente eu o fundador das Ligas Camponesas. Fui, sim, o primeiro advogado que deu assistência jurídica e também política ao movimento que, em suas origens, tinha outro nome, se chamava “Sociedade dos Produtores Agrícolas de Pernambuco” e que depois foi batizada com o nome de Ligas Camponesas, devido à preocupação dos setores conservadores em caracterizar esse movimento como subversivo, esquerdista ou comunista.

Na verdade, as Ligas Camponesas nasceram para atender a uma situação muito dramática das massas camponesas: alugavam terras e, além de pagarem em moeda o aluguel dessa terra (o “foro”, como dizíamos em linguagem comum e corrente) também eram obrigadas a dar vários dias de trabalho grátis, já que não recebiam nenhuma outra prestação em dinheiro ou em produtos do senhor que oferecia esse trabalho. É a isso que chamamos de “cambão”.

Baseados exatamente nesse ódio do camponês por esse resquício semifeudal e conhecendo muito bem a realidade do Nordeste, nós procuramos organizar esses camponeses para lutar contra o “cambão” e outras formas de exploração do camponesinato.

Eu comecei a advogar para os camponeses em 1940. Somente 15 anos depois, quando já conhecia toda a região, é que o movimento adquiriu forma e contou com minha colaboração como advogado, como dirigente, como seu animador ou, co-

mo costume dizer, como agitador social, no sentido mais autêntico da palavra, até que o golpe militar de 1964 interrompeu essa atividade.

Você crê que o esquema de organização que implementou as Ligas Camponesas nos anos 50 e 60 é válido atualmente? Como você acha que deva ser organizada hoje essa enorme massa de trabalhadores rurais, como é por exemplo o caso dos "bóias frias"?

— Bom, evidentemente, a situação mudou totalmente no Brasil em relação às massas camponesas, que nós deixamos em 64 à mercê dos grandes proprietários de terras, das forças que se apoderaram violentamente do poder no Brasil.

Essa penetração do capitalismo no campo levou todo e qualquer dirigente a pensar em outra estratégia para a organização dessas massas que foram em grande parte deslocadas, absorvidas pelo processo de aceleração capitalista e que alimentaram a ilusão de poderem solucionar seus problemas mais angustiantes de trabalho nos grandes centros industriais urbanos. Se nós tivéssemos que começar um novo trabalho no campo, dada a experiência que adquirimos e que foi bastante enriquecida aqui no México, e analisando mais profunda e detalhadamente o processo de transformação de todo o continente latino-americano, não apenas do Brasil, procuraríamos formas mais adequadas à situação que atualmente impera no país.

O "bóia fria" é um fenômeno novo, é um fenômeno que resulta dessa penetração do chamado "capitalismo selvagem". Nós teríamos hoje que pensar menos nas Ligas Camponesas, já que a quantidade de pequenos e modestos camponeses que alugam a terra já está ultrapassada pelos chamados assalariados agrícolas. Teríamos que pensar menos em Ligas e muito mais em sindicatos, na sindicalização dessa imensa massa aglomerada nas cidades do Centro-Sul e que está passando por um processo de verdadeira escravidão. Já não é aquela "servidão" que nós encontramos no Nordeste, já é um processo de "escravidão".

Agora, essa penetração do capitalismo no campo coincide precisamente com a desnacionalização das terras do país. Há imensas áreas que estão desnacionalizadas. Esse é um fenômeno que nos preocupa hoje e que nos preocupará ainda mais amanhã, tendo em conta a possibilidade de um retorno, de uma volta, como resultado do processo de redemocratização do país.

A meta seria procurar nacionalizar as terras: não para entregá-las aos proprietários e permitir que estes continuem explorando a mão-de-obra, mas para formar grandes cooperativas e a partir daí organizar os camponeses. Consideramos que esse será o passo seguinte para solucionar o problema do "bóia fria", que não está sendo absorvido pela in-

dustrialização do país (porque se trata de gente sem qualificação, que não está em condições de competir com o operário altamente qualificado) e das grandes massas camponesas que ainda existem e que não puderam se deslocar. Que continuam marginalizadas e que poderiam ser absorvidas por grandes cooperativas. Quer dizer, o Estado passaria a ter responsabilidade de organizar cooperativas e dar um salto qualitativo na exploração, na organização, na condução de uma reforma agrária.

Que importância você dá ao movimento camponês, na luta que se trava hoje, no Brasil, pela democracia?

— Evidentemente, não se pode desvincular o campesinato da luta pela democracia efetiva e real no Brasil. O país ainda é habitado por grandes massas camponesas. Sabemos que essa massa ainda tem peso bastante forte e terá no futuro. Acreditamos que sua incorporação à luta pela redemocratização do Brasil, dentro de um grande partido de massas, contribuirá, sem nenhuma dúvida, para acelerar, ampliar, aprofundar esse processo.

Depois de 14 anos de ditadura, quando as massas voltam a aparecer na vida nacional, é muito claro que sua memória política — inclusive entre os setores jovens — leve-as a resgatar toda uma liderança nacionalista, popular e democrática que marcou nossa história até 1964. Sem dúvida, você foi um desses líderes. Agora, que tudo indica que a ditadura se acha nos últimos estertores, que perspectivas você tem de participação pessoal na vida política brasileira?

— Eu acho que é fundamental, no caso do Brasil ou de qualquer outro país que pretenda uma transformação em sua estrutura econômica, procurar as raízes nacionais. O processo histórico é irreversível. Não se pode levantar um muro, truncando esse processo, e dizer: até aqui foi assim e daqui em diante será completamente diferente. Não existe essa possibilidade. O próprio processo em si já significa continuidade.

Aqui no México, você se dedicou durante vários anos à pesquisa da história e da situação econômica e social dos remanescentes do exército zapatista. Deu dezenas de entrevistas com os ex-combatentes e está preparando um livro a respeito. Em que medida esse contato tão estreito com os velhos lutadores camponeses mexicanos enriqueceu a sua compreensão do problema agrário latino-americano e brasileiro em particular?

— Bom, era natural que eu procurasse o contato com os últimos soldados de Zapata (que, como sabemos, foi o grande líder do movimento agrário de 1910, que liquidou com a ditadura de Porfirio Díaz). Isso foi possível, porque eu vivo em More-

los, o estado onde Zapata nasceu e agiu com seus exércitos camponeses. Era natural, principalmente, porque eu vinha de uma região onde durante muitos anos não tive outro contato senão o das massas camponesas. Constatei assim que o camponês é um só em todos os lugares, porque sua aspiração fundamental é a terra. Então, a terra os vincula, os identifica.

Falar com um velho soldado de Zapata é o mesmo que falar com qualquer outro camponês da América Latina. Com uma diferença: o camponês zapatista pegou em armas e chegou a recuperar, a possuir um pedaço de terra em consequência de um processo revolucionário. E a maioria dos camponeses da América Latina não conseguiu passar por esse processo. De toda forma, a identidade se estabelece. O problema camponês no Brasil, no México, na América Latina, tem uma única solução: faz-se necessária a unificação de todas as forças democráticas para quebrar definitivamente o latifúndio tradicional, o latifúndio financeiro, o latifúndio que impede o desenvolvimento econômico, político e social, não apenas dos camponeses mas também dos trabalhadores em geral.

Quer dizer, a estratégia deve ser uma só para toda a América Latina: unificar as forças progressistas, revolucionárias, populares, no sentido de dar à terra seu verdadeiro destino.

Quais são as razões que levam você a participar da estruturação do novo Partido dos Trabalhadores do Brasil junto com Leonel Brizola?

— Em primeiro lugar, eu gosto muito da expressão Partido dos Trabalhadores do Brasil, porque amplia o conceito. Dá uma perspectiva mais profunda do sentido da palavra trabalhador. Bom, o fato de eu me ter aproximado de Brizola é muito fácil de explicar: Brizola é hoje o herdeiro natural de toda aquela mobilização de massas trabalhadoras desencadeada por Getúlio Vargas desde 1930, com a Revolução Liberal, e que chegou a um momento dramático com a sua Carta Testamento, que é um documento válido, um documento antiimperialista, um modelo para os países do Terceiro Mundo.

Considero que esse homem tem hoje o bastão de comando de toda essa herança do getulismo, de todo esse processo comandado por Vargas, processo que nós consideramos válido na sua segunda fase, na fase em que foi levado ao poder por meio de uma batalha eleitoral, interrompido dramaticamente pelo seu suicídio. A aproximação com esse líder é uma demonstração de que queremos procurar os instrumentos para a organização de um grande partido nas próprias raízes do povo brasileiro. E deverá ser um partido capaz de conduzir o Brasil a uma verdadeira e autêntica democracia.

Uma pesquisa do Instituto Gallup revelou que cerca de 40% da população dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo deseja que se crie um PTB, o que é uma cifra impressionante, principalmente se considerarmos que a liderança "trabalhista" — especialmente Leonel Brizola — ainda se acha exilada. Sabemos que em outros estados, como Rio Grande do Sul, a porcentagem de adesões a esse partido poderia ser inclusive maior. Leonel Brizola declarou que "o compromisso incondicional de nosso partido deve ser com as imensas multidões marginalizadas do país, do Nordeste..." Você acha que no Nordeste, particularmente em Pernambuco, o "trabalhador" poderá puxar o apoio majoritário das amplas massas populares?

— Interessante que o Instituto Gallup tenha conseguido captar essa realidade e, por conseguinte, tenha coincidido com nosso pensamento a respeito daquilo que chamamos de raízes da nacionalidade brasileira. O povo tem memória. Segundo eu mesmo observei, a massa pesquisada está constituída principalmente por jovens, e os resultados mostram que existe uma transmissão. Existe realmente uma memória que é transmitida, uma memória histórica e política dos trabalhadores.

O Nordeste sempre se caracterizou por ser a região mais dramática do Brasil, onde todo historiador reconhece que se encontram profundamente arraigados os grandes movimentos revolucionários do país. Não existe um só movimento, desde antes da independência, que não tenha buscado essa fonte no Nordeste para se estruturar e fortalecer. Portanto, com esse passado, com essa tradição de lutas heróicas, o Nordeste brasileiro tem todas as condições para incorporar-se a um movimento que leve à fundação de um partido dos trabalhadores.

Julião, uma última pergunta: você já conversou uma vez conosco sobre as suas incursões no terreno literário. Por que você não tornou a escrever contos?

— Na verdade, no exílio poderia ter retomado a iniciativa, escrito alguns contos, alguns romances, que ainda tenho na cabeça. Mas nunca me animei a concretizar isso. Sempre foi muito mais importante para mim a preocupação de continuar o trabalho político. Então, limito-me a ler os grandes romancistas latino-americanos. Estou sempre bem informado. Não há nenhum grande romancista do continente que eu não conheça, começando por Carpentier. Tenho um enorme fascínio pela obra de Juan Rulfo, José Revueltas, Roa Bastos, García Márquez, a quem hoje não apenas leio, mas também tenho a satisfação de ser seu amigo pessoal.

Na verdade, a minha meta, o que mais me apasiona, é a luta pela libertação do povo brasileiro e de nossa América.

“Conheço a morte e amo a vida”

O presidente chileno assassinado explica as raízes do seu compromisso político e os alinhamentos do governo popular que apenas se iniciava. Com a perspectiva dos anos decorridos, o leitor poderá descobrir nos problemas que Allende prevê como dificuldades possíveis, as razões de seu trágico destino

Roberto Rossellini

Em 1971, Danilo Trelles, amigo e colaborador de Salvador Allende, sugeriu ao presidente a possibilidade de realizar uma entrevista filmada com Roberto Rossellini, para ser divulgada nos canais de televisão do mundo. Os trâmites foram rápidos e em poucos dias Rossellini chegava a Santiago, profundamente sensibilizado pela causa do povo chileno. O cineasta italiano tinha preparado um questionário para submetê-lo previamente a Allende, mas o presidente não chegou a lê-lo. Suas respostas foram, portanto, improvisadas. Mas sua densidade conceitual resume o pensamento político de uma das personalidades mais apaixonantes de nossa época. Oferecemos a seguir o texto daquela entrevista histórica, realizada poucas semanas depois de Allende ter assumido o governo.

Senhor presidente, suas ações políticas, ao menos em linhas gerais, são notícia e bem conhecidas. Eu queria saber, como homem da rua, quais são as motivações do homem Allende, o que que fez do senhor um político e presidente do Chile.

— Pertencço a uma família que esteve na vida pública por muitos anos. Meu pai e meus tios, por exemplo, foram militantes do Partido Radical, quando este era um partido de vanguarda. Esse partido nasceu com as armas na mão, lutando contra a reação conservadora. Meu avô, o doutor Allende Padín, foi senador radical, vice-presidente do Senado e fundador no século passado a primeira escola leiga do Chile. Além disso, naquela época ele foi sereníssimo grão-mestre da Ordem Maçônica, o que era mais perigoso do que ser hoje militante do Partido Comunista.



Allende: coerente até a morte

Ainda jovem, apesar de pertencer a uma família da média burguesia, deixei a província, Valparaíso, e vim estudar medicina em Santiago. Os estudantes de medicina eram os que tinham, naquela época, as posições mais avançadas. Nos reuníamos para discutir os problemas sociais, para ler Marx, Engels, os teóricos do marxismo.

Eu não frequentei a universidade procurando um diploma para ganhar a vida. Militei sempre nos setores estudantis que lutavam pela reforma. Fui expulso da universidade, preso e julgado, antes de ser médico, por três Cortes Marciais. Fui libertado, enviado para o norte do Chile, e depois comecei em Valparaíso minha carreira profissional.

Em Valparaíso tive que trabalhar duramente, na única função que pude desempenhar: assistente em anatomia patológica. Com estas mãos fiz 1.500 autópsias. Sei o que quer dizer amar a vida e sei quais são as causas da morte.

Depois de realizar o meu trabalho de médico, me dedicava a organizar o Partido Socialista. Fui o fundador do Partido Socialista em Valparaíso. Me orgulho de haver mantido, desde quando era estudante até hoje, uma linha, um compromisso, uma coerência. Um socialista não podia estar em outra barricada senão naquela onde tenho estado toda a minha vida.

Em contato com o povo

Surpreende, aqui no Chile, a enorme margem de liberdade que o sr. permite à oposição. Basta ver

os jornais para se dar conta disso. Quase todos os meios de comunicação estão nas mãos do assim chamado establishment. Durante a campanha eleitoral o sr. não dispunha da televisão. Quais os meios, então, que o sr. utilizou e utiliza agora para se fazer presente e mobilizar o eleitorado?

— Como militante de um partido popular eu sempre estive ligado à luta do povo. E as lutas do povo no Chile têm sido muito duras, durante muitos anos.

Não se pode considerar somente esta última campanha. Eu já me candidatei quatro vezes: em 1951, para mostrar, para ensinar, para fazer as pessoas compreenderem que existia um caminho diferente daquele que estava estabelecido, inclusive pelo Partido Socialista, do qual a partir desse momento fui expulso por não ter aceito sua linha. Expulso do Partido Socialista, entrei em contato com o Partido Comunista que estava na ilegalidade. E assim nasceu o embrião daquilo que é hoje a Unidade Popular: a aliança socialista-comunista. Um pequeno grupo socialista que eu representava e os comunistas, que estavam na ilegalidade.

Em 51, percorri todo o Chile sem nenhuma ilusão eleitoral, mas para dizer ao povo que a grande chance consistia na aliança dos partidos da classe operária, inclusive com partidos da pequena burguesia. A força dessa idéia, nascida em 1951, se manifestou de forma poderosa no ano de 58.

Em 58, eu perdi as eleições por 30 mil votos. Em 1964, teríamos vencido, se tivesse havido três candidatos. Mas o candidato da direita, que era radical, praticamente se alijou da disputa, e ficamos o senhor Eduardo Frei e eu. E a direita apoiou Frei.

Com isso, quero sublinhar que durante muitos anos venho tendo um diálogo constante e permanente com o povo através dos partidos populares. E nesta última campanha, organizando os comitês da Unidade Popular em cada fábrica, nos quartéis, nas ruas. Em toda parte formamos comitês: nas escolas, liceus, indústrias, hospitais. Estes foram os veículos, os contatos, os tentáculos do pensamento da Unidade Popular com o povo.

É por isso que, ainda que os meios de comunicação fossem tão restritos como você observou, pudemos alcançar esta vitória de hoje. Pode-se usar aqui uma expressão não política, mas clara: a vitória que você colhe é fruto do que você semeou durante muitos anos.

Hoje, no governo, pensamos em utilizar outros meios melhores como a rádio ou a televisão, mas ao mesmo tempo queremos manter o contato de um permanente diálogo com o povo.

Mas, no fundo, nossa grande potencialidade está precisamente na reativação desses comitês. Conseguir assim que os partidos não percam contato com a massa. E eu não creio que percam.

As raízes do triunfo

Em 1958, doze anos antes da última eleição, o senhor perdeu por uma margem mínima. Naquele momento, centenas de milhares de trabalhadores foram espontaneamente às ruas, convencidos de que tinha havido uma fraude eleitoral. Se levantou, inclusive, sob pressão da opinião pública, a possibilidade constitucional de que o senhor fosse eleito, em vez de Alessandri. Dizem nos meios informativos que o presidente que estava saindo, Carlos Ibañez, estava disposto — com o apoio dos social-cristãos — a apoiar sua candidatura, se lhe tivessem pedido. O senhor, vocês, os socialistas e comunistas que hoje estão no governo, optaram naquele momento pela legalidade absoluta. Aceitaram bem o resultado eleitoral e acalmaram as massas que estavam revoltadas com a possibilidade de fraude.

— Antes de responder diretamente à sua pergunta, quero fazer uma correção. Em 1958, a Frap (era assim que se chamava então: Frente de Ação Popular) venceu na votação masculina. Eu venci na votação masculina e perdi nas mulheres.

A Unidade Popular, naquela época, era representada sobretudo por comunistas e socialistas. E embora tivéssemos ganho — graças ao voto masculino —, a composição do Congresso era diferente da atual. Os partidos conservador, liberal e radical eram a maioria. Não havia nenhuma possibilidade, ainda que com o apoio dos democratas-cristãos, de que eu vencesse no Congresso.

Tudo, absolutamente tudo, estava disposto no Chile de modo a assegurar a vitória de Alessandri. Além do mais, existia uma tradição segundo a qual o Congresso sempre ratificou quem vencesse as eleições. Imagine o quanto era difícil supor que um Congresso no qual não tínhamos maioria, teria podido romper com essa tradição, para eleger-se em 1958 — um candidato socialista apoiado exclusivamente pelo Partido Comunista. Se nós tivéssemos lançado o povo nesta luta, teria se desencadeado uma repressão violenta.

Embora seja verdade que o presidente Ibañez expressou pessoalmente simpatia pela minha candidatura, não interveio nem me apoiou decididamente. Nem eu lhe pedi isto. Não havia nenhuma condição, nenhuma possibilidade concreta.

Agora, eu acho, sim, que demonstramos consciência política. Naquela mesma noite eu disse aos trabalhadores que tínhamos perdido uma batalha, mas não a guerra. E devíamos continuar nos preparando. Acredito que esse precedente, entre outros, é o que me permite agora ter autoridade moral. As pessoas sabem que sou um político realista e que, além do mais, mantenho as promessas.

Uma revolução por vias legais

Certo. A prova é irrefutável. O sr. tenta uma re-

volução legal, em plena observância das regras democráticas que tantos outros movimentos revolucionários menosprezam. Em geral, para a opinião pública, para o homem do povo, quando se diz marxismo, se fala de ditadura de proletariado. Por que o sr. pensa diferente?

— Acho que realmente a opinião em geral é essa. Mas para quem leu um pouco os teóricos do marxismo (e eu não sou um teórico do marxismo, mas sou um homem político que tem aprendido na luta, sem deixar de ler, porque acredito que não possa haver ação revolucionária sem teoria revolucionária) sabe perfeitamente que cada país tem sua própria realidade. A essa realidade há de se adequar a tática, com um fim estratégico definido.

Como se entende a revolução de um ponto de vista sociológico? Uma classe social que é minoritária deixa de ter em suas próprias mãos o poder e a fonte do poder, porque outra classe, que é majoritária e que esteve politicamente oprimida e economicamente frustrada, o assume.

Nós declaramos ao país que faremos uma revolução por vias legais. Não dissemos que seríamos a esquerda do sistema. Dissemos que mudaremos o regime capitalista para abrir caminho para o socialismo, porque sabemos perfeitamente que o socialismo não pode ser implantado por decreto.

Então, sobre a base da realidade chilena, num país onde a consciência civil tem uma determinada força por tradição, onde as forças armadas têm um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem peso e um conteúdo bem definido (por exemplo, o Congresso chileno funciona há mais de 120 anos. Imagine você em que outro país da América Latina, ou mesmo da Europa, acontece o mesmo. . .). Pois bem, frente a essa realidade chilena, o único caminho é o eleitoral.

Agora, dentro dessa realidade e das leis da democracia burguesa ou da república liberal, nós podemos mudar as instituições. Isso está estabelecido na atual Constituição.

Por exemplo: se surgirem sérias dificuldades com o Congresso, sempre dentro do âmbito das normas constitucionais, poderei apresentar um projeto para sua dissolução. O Congresso certamente o rejeitará. Então eu posso consultar o povo através de um plebiscito, um referendo popular. E se o povo aprovar o referendo, o Congresso será dissolvido. Convocarei eleições para um novo Congresso. Então, esse Congresso aprovará as leis que o governo popular encaminhar.

A revolução depende dos trabalhadores

Em seu discurso do Primeiro de Maio, o senhor invocou a consciência popular para compreender que o caminho em direção às metas pré-fixadas é longo e árduo. E afirmou, além disso, que não ad-

mitirá uma aristocracia operária. Poderia aprofundar esse conceito?

— Criamos um conselho nacional. Da base têm surgido conselhos locais, municipais, e, assim, os camponeses — me refiro aos trabalhadores da terra — junto com os pequenos proprietários e os técnicos do Estado estabelecem os planos de produção e quais são as terras agrícolas que devem ser apropriadas. Existe uma participação direta dos camponeses porque são eles que farão a terra produzir, são eles que — embora sem ter feito sequer o primeiro ano da escola primária — têm, por assim dizer, amor à terra e sabem o que é que é a terra.

Em relação ao operariado dissemos que no setor nacionalizado, no setor que chamamos de capital social, os operários participarão diretamente na direção da empresa, junto com os representantes do Estado. E esse diretório, que representará os operários, será eleito em assembléia pelos próprios operários. É algo diferente da organização sindical, que continuará funcionando mas sem participar na direção da empresa.

Agora, por exemplo, teremos o setor do cobre nacionalizado (com toda certeza isso acontecerá) e os operários terão que compreender que o cobre é deles, dos trabalhadores do cobre, mas como parte do povo. Terão que compreender também que não poderemos dedicar os excedentes econômicos que provenham do cobre exclusivamente para aumentar as remunerações e salários dos operários, empregados e técnicos do cobre. Simplesmente daremos a eles uma parte, que no caso do cobre é mínima. O resto, devemos utilizar para o desenvolvimento econômico, a fim de que — junto com os lucros de outras empresas monopolizadas — possam ser criados os recursos necessários para melhorar as condições materiais de vida do povo.

Se os operários do cobre não compreenderem isso, será grave. Os trabalhadores devem tomar consciência de que, embora possam exercer uma forte pressão sobre o governo, não devem fazer uso dessa força, porque este é o seu governo, eles mesmos são governo.

Este é o motivo pelo qual não aceitamos que haja trabalhadores privilegiados, que haja uma aristocracia operária no sentido da remuneração ou do tratamento especial. Por isso, tenho falado com os trabalhadores. Deles — eu lhe disse — depende o futuro da revolução chilena.

A nacionalização do cobre

Aproxima-se para o senhor a etapa das nacionalizações. A do cobre, fundamentalmente, mexerá nos interesses norte-americanos. Como o senhor acha que vão evoluir as relações com os Estados Unidos e quais são suas previsões?

— Esse é um problema delicado. Na realidade,

temos dito e repetido constantemente que quando pretendemos — e o faremos — nacionalizar as riquezas fundamentais do Chile, atualmente nas mãos do capital estrangeiro, não temos a intenção de atuar contra os Estados Unidos. Sentimos afeto e respeito pelo povo dos Estados Unidos, por sua história.

Nós pensamos que o povo e o governo norte-americanos devem compreender que nós procederíamos da mesma forma se os capitalistas fossem soviéticos ou japoneses, franceses ou italianos. Que não temos prevenção contra os Estados Unidos ou contra seu povo.

Estamos procedendo dentro das leis e da soberania do Chile. E somente exigimos respeito pela autodeterminação dos povos e pela sua soberania e esperamos que não surjam conflitos, porque não temos intenção de criá-los.

Mas tampouco é nossa intenção ter uma atitude de submissão ou de mendicância. Exercemos um direito de país soberano e procederemos sobre a base das leis chilenas. Além do mais, damos garantias às companhias. Será estabelecida a quantia a ser paga e um tribunal especial no qual predominarão os representantes do poder judicial. Existe maior garantia do que essa? Eu acho que não se pode ceder, nem dar mais.

Como são suas relações com os católicos?

— As relações do movimento popular chileno com a igreja católica são excelentes. Vou lhe dar um exemplo dessa nova atitude, desse novo julgamento, não apenas em termos da maior tolerância da igreja. No Chile, quando um presidente assume o governo, se realiza um *Te Deum*. Tradicionalmente este é realizado — como é natural — na catedral metropolitana. Quando o cardeal da igreja chilena, Raúl Silva Enríquez, veio me falar, eu lhe disse que desejava que se fizesse o *Te Deum*, mas que fosse ecumênico. Não somente aceitou, como na catedral metropolitana católica estiveram presentes dignatários de todas as igrejas. Acredito que este foi um dos fatos mais significativos para demonstrar a amplitude do discernimento da igreja católica chilena e sua plena adesão ao novo pensamento que rompe fronteiras antigas e tradicionais.

Teve repercussão nacional e internacional a presença do cardeal da igreja católica chilena na manifestação do 1º de Maio. E não somente sua presença, que já era suficiente, como também a mensagem que foi lida, onde se dizia, com uma alusão muito clara, que a única coisa que a igreja desejava era que o povo “não esquecesse que a Igreja de Cristo era a Igreja do filho de um carpinteiro”.

Para resumir: podemos ressaltar com profunda alegria que há um contato muito direto entre a igreja, o povo e o governo do Chile. Além disso, 80 sacerdotes tornaram pública sua decisão de contribuir para construir o socialismo em nosso país.

Pela integração latino-americana

Creio que se pode constatar que a tendência tradicional dos países latino-americanos tem sido a de manter relações principalmente com os Estados Unidos. Entendo que vocês, os chilenos, aspiram a começar uma nova era de relações livres com todo o mundo. É isso mesmo?

— Bolívar dizia: “Os Estados Unidos querem nos sujeitar na miséria em nome da liberdade”. E Martí disse frases muito mais duras. Não quero repeti-las porque na verdade eu faço uma diferença entre o povo norte-americano e seus pensadores e a atitude às vezes transitória de alguns de seus governantes, a política do Departamento de Estado e os interesses privados que têm contado com o apoio norte-americano.

Na realidade, a doutrina Monroe consagrou um princípio: “A América para os americanos”. Mas isso não foi efetivamente observado, porque na América do Norte há um desenvolvimento econômico que não existe na América Central e na América do Sul. O problema não foi resolvido com base na igualdade de interesses, na comunhão de interesses. Defender o princípio de “América para os americanos”, através da doutrina Monroe, sempre quis dizer: “A América para os norte-americanos”.

Confiança no homem

De todas essas idéias, a da convivência pacífica criou, na prática, novas confusões, novos dramas e agora todos sentem necessidade de superá-la. Com a chegada do homem à lua, nós vimos como realmente nós somos, que nossa terra é um pequeno barquinho que navega no universo em direção ao infinito. Nós, os homens, somos os passageiros e estamos ligados ao seu destino. Qual será o nosso futuro?

— Você propõe um tema que no meu entender é o da capacidade de inteligência do homem. Se o homem dos países industrializados chegou — como você lembrou — à lua, é porque foi capaz de dominar a natureza. O problema é que, embora seja justo que o homem ponha os pés na lua, é mais justo que os grandes países — para falar simbolicamente — ponham os pés na terra e se dêem conta de que há milhões de seres humanos que passam fome, que não têm trabalho, que não têm educação.

Por isso, penso que o homem do século 21 deve ser um homem com uma concepção diferente, com uma outra escala de valores, um homem que não seja movido essencial e fundamentalmente pelo dinheiro. Mas, vivendo em um mundo no qual a inteligência seja a grande força criadora. Tenho confiança no homem, mas no homem humanizado, o homem fraterno e não o que vive da exploração dos outros. ●

Dezoito anos na guerrilha sandinista

Germán Pomares, um dos fundadores da Frente Sandinista, concedeu esta entrevista a *cadernos*, quando faltavam poucos meses para a derrubada de Somoza. Pomares não chegou a ver concretizado seus sonhos pois morreu apenas uma semana antes da vitória da Revolução, em julho de 1979

Diego Achard

O comandante Germán Pomares não é um intelectual nem um teórico da revolução. Mas hoje, em 1979, aos 41 anos de idade, já completa 18 anos de luta armada contra o regime de Anastasio Somoza, e suas palavras simples de camponês contêm profundos ensinamentos. Entrevistado por cadernos do terceiro mundo, Pomares revela detalhes desconhecidos da trajetória da Frente Sandinista, relata com emoção seus primeiros combates, seu encontro com a Revolução Cubana e com Salvador Allende e como se organiza hoje o Exército Sandinista que derrubará o ditador.

Germán Ordóñez Pomares, você é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Quando começou sua vinculação com a organização revolucionária?

— Me integrei à Frente Sandinista aos 23 anos de idade, quando foi fundada, em 1961. A Frente Sandinista nasceu de uma preocupação de Carlos Fonseca Amador, porque existiam vários movimentos revolucionários naquela época, depois da morte de Anastasio Somoza García em 1958. Houve levantes até na Guarda Nacional. Um grupo de oficiais quis justicar os dois Somoza. Mas foram descobertos e todos tiveram que ir para o exílio.

A Frente se organizou, então, a partir de outras organizações...

— Sim. Em 1959, nasce a Juventude Patriótica, com um grupo de jovens que começam a fazer algo contra a ditadura, atacando com bombas os ministros, atirando em carros da polícia. Nessa organização se iniciaram José Evaristo Escobar Pérez, Daniel Ortega Saavedra, Félix Chifflé, Edmundo Pérez, um grupo de companheiros que depois fariam parte da Frente Sandinista.



Pomares: porque sou sandinista

Nessa época, a que organização Carlos Fonseca Amador pertencia?

— Era um grupo guerrilheiro, um dos muitos que se organizavam. Nessa época, todos os nicaraguenses queriam fazer alguma coisa. Além disso, a questão da vitória da revolução cubana estava quente. De 58 a 60, ocorreram 60 levantes armados. Já em 1961, a Frente Sandinista começa a formar-se, quando Carlos Fonseca contata um grupo que se chamava "Nova Nicarágua", formado por exilados nicaraguenses na Venezuela. Havia outros grupos na Costa Rica e no México. Este último se chamava FUN.

Que queria dizer...?

— Frente Unitária Nicaraguense. Nesse grupo, estava Noel Guerrero Santiago. Então Carlos Fonseca e Noel Guerrero contataram todos esses grupos. Da Venezuela, chegam Hibar Sánchez, Tobías Gadea, Alejandro Bermúdez Alegría e outros. Da Costa Rica, chegam Tomás Borge, Silvio Mayorca e outro rapaz chamado Portocarrero e se reúnem em Havana; aí começa a se formar um movimento revolucionário sério.

Carlos propôs que se chamasse Frente Sandinista. Mas a proposta de Noel Guerrero Santiago, que era o mais velho do grupo e dos mais preparados politicamente, foi que se chamasse Frente Unitária Nicaraguense, para agrupar todos os opositores ao regime. Assim começou a se formar o movimento.

Em 1964, se dá à organização o nome de Frente Sandinista. Juntam-se companheiros da Juventude Patriótica, e Daniel Ortega Saavedra, Félix Chifflé, Edmundo Otero, Roberto Amaya e um grupo bastante grande de companheiros.

E se dedicaram à atividade política nas cidades...

— Sim. Em Manágua, León, Granada e Matagalpa. Começou-se a criar sindicatos camponeses, indo para o lado de Matagalpa, montanha adentro. Em La Tronca, Bálsamo, Mango e muitos lugares em que havia casas se criaram sindicatos camponeses.

Nas eleições de 1967, Fonseca defendeu que se deveria dar uma resposta àquelas eleições com a luta armada.

Atualmente, quantas pessoas tem o Exército Sandinista?

— Bem, nos primeiros anos de fundação da Frente era possível contar, mas de 77 para cá, isso já é difícil.

Pode-se dizer que são milhares?

— Sim. Há milhares de pessoas treinadas como militantes, além de também já estarem treinados os próprios quadros intermediários para treinarem os moradores dos bairros dos povoados (o que nós chamamos de Milícias Sandinistas) que moram em suas casas esperando uma rebelião popular, como a que aconteceu agora em setembro.

Por isso, em setembro, apareceram centenas de combatentes em cada cidade. Por exemplo, em Chinandega, que é o caso que conheço melhor, a tarefa era a de manter a Guarda ali, para que não chegasse a León. Era um grupo bastante reduzido de companheiros, com pouquíssimas armas. Mas depois de 3 dias já havia mil e quinhentas pessoas, sem boas armas, mas todos tinham um "22", uma espingarda, um revólver. E todo o povoado trazendo blocos de pedra, levando sacos de areia, fazendo trincheiras para imobilizar a Guarda no quartel. Isto aconteceu porque havia um treinamento maciço da população.

Realizado em 20 anos de luta...

— Sim. Em 1967, nós sofremos uma derrota militar, mas ganhamos uma posição política. Por que no dia 22 de janeiro deste ano (1979) o tradicional partido de oposição a Somoza (N. R. — *Pomares se refere ao Partido Conservador*) enganou o povo, dizendo que em uma manifestação lhes daria armas para derrubar Somoza? Era uma manifestação que se transformaria em uma luta popular armada.

Quando estávamos na manifestação, não distribuíram as armas e a Guarda massacrou a população.

A Frente Sandinista, ao se lançar à luta armada em agosto deste mesmo ano, se tornou a única alternativa em que o povo pode confiar.

Como você disse anteriormente, efetivamente Somoza tem demonstrado que é muito forte. Quais são os planos da Frente Sandinista para derribá-lo?

— A análise que fazemos a partir de setembro é a de que, aparentemente, Somoza é muito forte pelo aparato militar que possui.

Porque sou sandinista

Mas vocês acreditam que poderão derrotá-lo militarmente?

— Estamos nos preparando exatamente para isso, para impor-lhe uma derrota militar definitiva.

A guerrilha teria que se transformar num exército...

— Exatamente. Por isso, nós temos uma guerrilha urbana e uma rural, onde está se formando o Exército Sandinista.

Comandante Pomares, você é marxista?

— Creio que para ser marxista se deve ter estudo, compreender com muito estudo o que é marxismo, o que é leninismo. Eu sou revolucionário sandinista. Considero que o sandinismo é a ideologia política para a Nicarágua. Contra o quê Sandino lutou? Contra a intervenção estrangeira, para recuperar a economia nacional, para que os meios de produção estivessem a serviço da classe trabalhadora. É o somozismo fez exatamente o contrário. O somozismo colocou as terras da Nicarágua para produzir em benefício próprio. Nós, como sandinistas, consideramos que o fruto da terra tem que ser para quem a trabalha, que era o que pensava Sandino.

Como você se vinculou ao movimento revolucionário?

— Inicialmente eu era conservador. Em minha casa todos eram conservadores. Em 1958, participei da fundação da Juventude Conservadora em meu povoado, no departamento de Chinandega. Em 1959, fomos convidados a nos unir à revolução que os conservadores faziam contra Somoza. Mas em Manágua, para formar o exército conservador, eles estavam escolhendo rapazes ricos, de boa família e nós, como camponeses, não tínhamos direito de participar.

Não os deixaram entrar...

— Não nos deixaram nem ver.

Assim não iam recrutar muita gente...

— Eles tinham um plano, que era de fechar todo o comércio no momento em que os libertadores desembarcassem.

Como em fevereiro deste ano?

— Sim. Mas em 1959 não vingou a greve que eles pensavam fazer a fim de paralisar toda Maná-

gua para que Somoza fosse embora, como pensavam, e então entrarem triunfantes como o Exército Libertador...

Então, depois dessa tentativa frustrada de participar da revolução conservadora...

— Claro, isso nos ensinou muito. Foi um grande aprendizado, porque nesse mesmo ano, 1959, aconteceu o 24 de Junho em Chaparral.

O que aconteceu em Chaparral?

— Foi quando feriram Fonseca. Em 23 de junho, houve uma manifestação em León, uma passeata tradicional. Todos os calouros da universidade tinham a cabeça raspada pelos veteranos, que depois os exibiam em passeata. Mas essa manifestação foi política, em protesto contra o massacre de Chaparral, isto é, contra Honduras pelo massacre que havia feito em seu território.

Aí a Guarda saiu à rua para reprimir a manifestação. Começou a metralhar e matou quatro estudantes.

Nós que tínhamos ido a Manáguia para marchar com os conservadores, nos identificamos com os que haviam sofrido a repressão do regime. Conhecemos muitos estudantes universitários já com ideologia revolucionária: Alberto Navarro, Francisco Guitragó e outros que ainda estão vivos. Começaram a nos falar da revolução. Nessa época, todos os anos, é rezada uma missa para os estudantes mortos nos anos anteriores.

Encontro com a revolução cubana

Onde?

— Em Vigo, departamento de Chinandega. Lá tivemos contato mais frequente com Corrido Navarro. Depois, ele nos fez um convite. Era para uma viagem a Cuba, mas só havia uma passagem. Nos disseram que escolhêssemos quem de nós iria. Na reunião, decidiram que eu fosse.

Claro que eu era pró-Fidel, mesmo antes da vitória da revolução. Nós comprávamos a revista *Bohemia* que se editava em Cuba sobre o movimento revolucionário que havia lá, sobre a guerra revolucionária.

E, afinal, chegou a Cuba?

— Sim. Entrei em Honduras dia 14 de julho de 61, encontrei-me com Carlos Fonseca e comecei a ver os primeiros panfletos revolucionários. Agora, a revolução cubana me vem muito à lembrança. Comecei a compreender o que havia sido o fascismo, não sabia absolutamente nada sobre isso. Claro, eu tinha meus problemas ideológicos porque ouvia a Rádio América, as emissoras da Nicarágua, lia *La Prensa, Novedades*; se falávamos da revolu-

ção cubana, diziam que lá não havia dinheiro, que era um país comunista, que as pessoas morriam de fome. Mas eu era pró-Fidel e queria conhecer a revolução cubana.

Cheguei em Havana dia 25 de julho; e assim que desci no aeroporto, nos disseram: “Todos os que trouxeram dinheiro ao país podem trocá-los no Banco de Cuba. Mas, dinheiro para quê? Se aqui não há dinheiro, pensei. Eu levava dez dólares na bolsa e me deram dez pesos cubanos, e afinal... vamos ver o que vai acontecer aqui.

No dia seguinte, fui à concentração do 26 de Julho, data nacional da Cuba Revolucionária. Como éramos convidados, fomos para a tribuna especial. Mas no dia 27, houve uma manifestação em *Playa Girón* e a partir daí não fui mais para as tribunas de convidados. Eu pesquisava. Estava confuso. Fiquei entre o povo, todos me procurando e eu no meio da manifestação. Tinha alguns vendedores ambulantes e então peguei o primeiro peso e fui comprar um suco de manga e me dão troco. Bem... a coisa não é como pintaram, pensei.

E, é claro, como camponês, me meti no meio dos camponeses. Em qualquer país é a mesma linguagem, o mesmo idioma. Comecei a fazer perguntas, sobre a revolução, quanto ganhava antes, quanto ganha agora; fui me dando conta de que era uma revolução; do que foi ganho com a revolução.

Lembro-me que um dia um argentino fazia perguntas a um camponês em uma cooperativa próxima de Havana. Ele nos disse: “Sinta-se em casa, estamos às ordens”. “Ouça-me — disse-lhe — você tem título de propriedade desta casa?” “Claro que tenho — e abriu um armário — este título de propriedade está assinado pelo ministro; e além deste título tenho este outro — e mostra um fuzil — quem quiser me tomar a casa tem que me matar”.

Para quem vive no campo, que conhece a exploração a que está submetido, isso vai lhe dando consciência, posição política. A experiência que tive era a de que se devia lutar por uma revolução.

Antes, eu achava que comunismo era outra coisa. Tudo que meteram na minha cabeça a vida toda. Eram os filmes que a Coca-Cola exibia gratuitamente em meu povoado. Passavam para nós um filme em que estava um grupo de católicos assistindo a missa escondidos com um padre. Chegava um grupo de comunistas armados, agarravam o padre e prrrr... Matavam todos e pegavam o padre e lhe davam um tiro na cabeça. Era de arrepiar os cabelos...

A partir daí, na luta

E a volta à Nicarágua?

— Quando regresssei à Nicarágua, cheguei completamente integrado ao movimento revolucionário

rio. Daquela época para cá estive escondido, preso ou na montanha. Quando voltei, entrei na clandestinidade.

Levava uma mala de revistas, perdi a metade no aeroporto de Honduras. Mas, como tinha recentemente terminado a Conferência dos Povos em apoio aos revolucionários cubanos por causa da expulsão de Cuba da OEA, eu cheguei em um avião da *Taca* e atrás vinha um da *Panamerican*. Fui detido, uma confusão. Nesse avião, iam uns peruanos e entre eles ia um chileno, Salvador Allende. Eu o tinha conhecido no encerramento da Conferência. Allende e um peruano perguntaram: "Que está acontecendo com esse rapaz? Não está com os documentos em ordem?" "Não — responderam — traz umas revistas que não podem entrar". E assim se iniciou a discussão. Enquanto isso, agarrei minha mala e fui embora em um táxi. Eles faziam escala técnica no aeroporto, se meteram na discussão e eu escapei. Fui para um hotel de prostitutas pois pensei que iriam procurar um viajante em um bom hotel.

Dizem que a Frente Sandinista foi formada por gente de diferentes camadas sociais, é verdade?

— Sim, a Frente Sandinista é ampla porque consideramos que todo aquele que queira lutar contra o somozismo deve poder fazê-lo. A não ser que queira amanhã abandonar a ideologia sandinista para voltar a formar um governo do tipo somozista. Somos francos com todos os militantes: queremos um governo de transição democrática.

Os fuzis de todos

Você tem como objetivo final o socialismo?

— Consideramos, é claro, que é o povo que tem que decidir à medida que vá amadurecendo politicamente, quando já tenha oportunidade de ir massivamente à escola, que tipo de governo lhe convém, que tipo de ideologia vai ter.

A Frente Sandinista tem um programa mínimo. Todas as riquezas que o somozismo tomou do povo nicaraguense serão redistribuídas entre ele. Tudo que for do somozismo tem que ser nacionalizado para benefício do povo. Colocado em atividade para benefício do povo, para construir hospitais, escolas.

No futuro governo, você ficará no aparelho militar ou no político?

— Na agricultura que é o que gosto.

Vai trabalhar no campo?

— Claro, trabalhando no campo também se pode fazer muito. Este é um princípio que um revolucionário sandinista deve seguir, onde quer que se

encontre. Não deve ter somente seu fuzil, mas sim o de todos os companheiros de trabalho.

Mas após constituir o novo exército, não teria sentido armar todo o povo. . .

— Também defenderemos uma reforma agrária em todas as terras ociosas. É claro que muitos setores se oporiam a essa reforma agrária. Aqueles que querem ter a terra ali para utilizá-la quando quiserem. Defendemos que a terra deve ser utilizada para suprir as necessidades do povo, semear os grãos que o povo precisa para a sua alimentação e para a exportação. Mas se um povo está produzindo e não tem ninguém que o defenda, fica fácil que se forme um exército que se torne repressivo e obrigue o povo a um retrocesso às condições anteriores.

Os anos não nos assustam

Como é a vida familiar de um guerrilheiro?

— Bom, acontece que o guerrilheiro sempre tem sua família em outro lugar. Sabe que tem uma filha, uma mulher. Se a mulher é revolucionária, compreende que ele não está com ela nem com os filhos, porque tem necessidade de lutar para dar-lhes uma pátria melhor. Quando alguém se encontra nessa situação e tem o apoio de sua mulher, as dificuldades por que passará vão ser partilhadas. Mas, frequentemente, ele tem uma mulher que diz: "Bem, ele não volta mais". Foi isso que me aconteceu. Levei três anos sem aparecer. Quando voltei, no quarto ano, ela tinha um filho de outro homem. Essas são coisas da luta. Não posso culpá-la.

Quando você entrou na guerrilha, pensou que o processo iria ser tão longo?

— Pensava que queria que se organizasse um exército. Pensei isso desde o princípio. Eu, meus companheiros e todos os dirigentes que caíram na luta, sabemos que ela está começando mas não sabemos quando vai terminar.

Mas você achava que seriam tantos anos, dezotantos anos?

— Talvez não pensasse que fossem tantos, mas à medida que o tempo foi passando, me dei conta que o tempo foi longo mas que também está se criando uma base sólida. Vamos compreendendo que a formação da Frente Sandinista vai tendo bases mais sólidas. Por isso já não nos assusta o passar dos anos.

Armas para o povo

Como se sente ao perceber que o fim da luta está próximo?

— Dá para impressionar. Ultimamente tenho me impressionado muito. No início, nos reuníamos 15, 20 para falar, para começar a formar a guerrilha. Em 1967, éramos 30, 40 guerrilheiros. Atualmente, nos acampamentos vemos 60, em outro, 80. Saber que em outro estão sendo treinados outros tantos companheiros... Você sabe que está havendo a formação daquele exército sonhado por aqueles companheiros que tiveram a fé de que ele seria formado. Nós podemos, neste instante, reunir dois mil homens mesmo mal armados, alguns com boas armas, outros não, mas os reunimos e dizemos: "Aqui temos um exército para começar uma ofensiva."

Que tipo de armamentos possuem?

— Todos os tipos de armas, desde armas de guerra até armas de caça.

Que tipo de armas necessitam?

— É claro que para destruir os recursos técnicos do inimigo, necessitamos de bazucas, armas antitanques, metralhadoras antiaéreas. O mercado negro nos Estados Unidos é bastante forte em armas, apesar de tudo. Foi no decorrer da luta que aprendemos isso. Por exemplo em 1967, nos apresentavam lotes de 50 armas que valiam 20 mil dólares. Não podíamos comprá-las porque não tínhamos os 20 mil dólares na mão.

E agora, podem comprar?

— Bom, as próprias ações militares iam produzindo dinheiro para nós. Por exemplo, a do Palácio nos deu meio milhão de dólares; assim pudemos investir imediatamente 200 mil dólares em armas, e foi o que fizemos. . .

Quer dizer que é do próprio berço do imperialismo que saem as balas e as armas. . .

— Sim, eles fabricaram essas armas para reprimir os povos e nós as estamos usando para libertar o povo. A guarda também tem muitas armas, são os nossos melhores fornecedores.

E a corrupção da Guarda os ajuda. . .

— Conseguimos armas com muitos oficiais, assim. Fazemos contato com muitos guardas. Dizem: "Está bem. . . se me dão tanto, me mando e lhes dou o rifle". Dizemos a ele que o colocamos fora da fronteira se quiser, pagamos, e ele vai embora.

Entretanto, a verticalidade da Guarda aparentemente se mantém muito firme. Vocês acreditam que possa haver em algum momento um "racha" na Guarda?

— Ela já começou e quem praticamente sustentou o somozismo nesta ofensiva de setembro, no le-

vante popular de setembro, foram os mercenários e o exército salvadorenho que entrou pelo Potosí.

Quantos mercenários?

— Não conhecemos o número exato dos mercenários, mas El Salvador contribuiu com 500 soldados.

Os sandinistas tiveram muitas baixas em setembro?

— A retirada foi bem organizada, exatamente para não deixar gente armada que havia sido identificada dentro do povoado, para que a Guarda e os reforços que chegaram não os assassinassem logo depois.

Para onde levam todas essas pessoas? Para as montanhas?

— Muitos companheiros, por exemplo, em Chinandega, fizeram um ataque como se estivessem se retirando para Corinto. Mas, à noite, deram a volta na cidade e saíram atrás de onde estavam as tropas salvadorenhas e foram aparecer nas estradas onde haviam entrado. Tomaram os caminhões de um engenheiro e se deslocaram para o Golfo Fonseca, transferindo-se até a montanha que faz fronteira com Honduras e lá desapareceram.

Quer dizer que todo esse pessoal está lá. . .

— Sim, exatamente, há centenas de pessoas na montanha esperando armas. Nós não vamos permitir uma manobra política, onde quiserem que a Guarda continue reprimindo o povo. Estamos em uma corrida. Eles também estão se preparando muito, desesperados. A rádio de Somoza pede que a juventude se aliste na Guarda Nacional. E, do nosso lado, vamos conseguindo armas.

Vocês conseguiram o apoio internacional?

— Conseguimos muito apoio, de todos os tipos, de todos os movimentos revolucionários da América Latina. Muitos companheiros da Guatemala, de El Salvador têm quadros militares bem treinados que têm nos ajudado neste momento a treinar toda essa massa de gente que não tinha treinamento militar mas que tinha desejo de lutar.

O mesmo ocorreu com muitos soldados do exército hondurenho com desejo de ajudar porque Somoza é conhecido e odiado em toda a América Central. Se alguém lhes pergunta: "O que você era?" "Eu era sargento no exército hondurenho". "Vai ajudar na formação de nosso exército? Ótimo. Mas saiba que nossa ideologia sandinista é assim-assado até derrubar o somozismo. Depois que conseguirmos isso, não pense que você vai ter privilégios, vai ter é muito trabalho em um país destruído, com uma economia no chão, sem nada, que vai começar do nada".

Formação de um guerrilheiro

Quais são as reações de um novato?

— Tem de tudo. Por exemplo, existem alguns que saem logo aprendendo a manejar a arma e começam a receber o treinamento individual, que é o que se ensina primeiro ao combatente: como usar a arma, qualquer tipo de arma que caia em suas mãos. Nesse momento, ele já se considera um soldado e já quer começar a lutar. Existem outros companheiros que dizem: “Ainda não estou preparado”. Aí você tem que ser instrutor, psicólogo, tudo.

E quando entram em combate, como reagem?

— Alguns são muitos atirados. Já outros, ficam mais recuados. O revolucionário que tem vergonha na cara, quando não foi a algum combate e fica no acampamento, pergunta a si mesmo: “Porque não me incluíram no combate?” “Porque tal dia se comportou de tal e tal forma. Que houve com você?” lhe perguntam. “Me deu um pouco de medo mas foi uma fraqueza, não quero que se repita”. Com a disciplina do combatente revolucionário, é fácil. . .

Como é mantida a disciplina? Permite bebidas alcoólicas, por exemplo?

— Não, na montanha não se permitem bebidas alcoólicas nem cigarro, só quando tem. Quando chegam cigarros, são divididos equitativamente. Três ou quatro cigarros por dia. Na montanha, o cigarro é boa companhia; quando se tem frio, se sopra fumaça quente nas mãos.

A teoria dos gringos

Na questão política, o que lêem?

— História da Nicarágua e a luta do povo nicaraguense desde a época da conquista. A guerra nacional de 56, de William Walker. O governo dos conservadores nos anos 30. O governo de Zelaya, que tipo de governo foi? Como foi derrubado Zelaya pela intervenção dos gringos? A guerra de 12, o levante de Venancio Celedón. Assim se vão dando conta do espírito de rebeldia que seu povo teve, que não é de hoje este espírito de rebeldia.

E os livros militares?

— De livros militares, estuda-se quase toda a teoria das bases americanas no Panamá. Nós tivemos alguns instrutores militares como os irmãos Tejada que foram oficiais do exército yanque. Logo se rebelaram contra o somozismo, tiraram fotocópias e fizeram grande quantidade de livros e lemos a formação militar que eles têm.

Quer dizer que na questão militar estão também

assessorados pelos gringos. Não lêem os outros livros clássicos?

— Sim, claro, mas esses clássicos são mais lidos pelos companheiros de nível intelectual mais elevado, mas as leituras mais práticas são as que melhores resultados têm nos dado. Começamos pela emboscada: o que é uma emboscada, que tipos de emboscada existem, de fustigamento, de contenção e de aniquilamento, e por aí vai. . .

O povo está identificado com o sandinismo

E com relação aos exercícios físicos. . .

— O estudante é sempre o que chega pior fisicamente. Sempre se marcha de 3 a 4 horas no princípio, carregando 12, 15 quilos. Chegam um pouco quebrados. Às vezes, não chegam. Aí, retiramos suas mochilas. Existem muitos companheiros que ficam muito envergonhados quando, já descansando, começam a chamá-los de maricas. “É que estou muito gordo, estou acostumado à cidade, que me intoxicou”, dizem. Dá para notar a vergonha que sentem, a disposição de superar a si mesmos.

Por exemplo, chega carga em tal lugar, e vamos buscá-la. São marchas feitas à noite com uma mochila de 25 ou 30 quilos, levando comida ao acampamento.

A burguesia tem apoiado com dinheiro?

— A burguesia nicaraguense é pobre, não lhe tiramos um centavo.

Por que eles, por sua vez, não organizaram um exército próprio?

— Acontece que sua alternativa era a Guarda; depôr Somoza e apoiar a Guarda para formar um novo governo. Mas nossa preocupação era separar a Guarda de Somoza do povo. Que o povo notasse que Somoza e a Guarda são a mesma coisa. Assim, a burguesia nicaraguense, ainda que oposição a Somoza por interesses econômicos, diz: “Se nós apoiarmos a Guarda, o povo vai cair sobre nós”.

Porque nós levamos mais de um ano falando que nós não aceitávamos um somozismo sem Somoza, que a Guarda Nacional se permanecer é como se Somoza estivesse mandando, mesmo que as caras fossem outras. O povo aprendeu isso e agora o comprovou.

E os empresários de oposição, não tentarão se armar?

— Acontece que o sandinismo já é muito forte. Que outra ideologia vão inventar para formar um novo grupo? Sandino representa a rebeldia do povo nicaraguense contra a intervenção estrangeira. Representa a nacionalidade nicaraguense. Como eles iriam falar em nome de Sandino? Não podem, realmente, e o povo inteiro está identificado com o sandinismo. ●

“A força de nossa revolução está no povo”

Em entrevista exclusiva para nossa revista, o dirigente máximo sul-iemenita analisa o 1º Congresso do Partido Socialista Iemenita, o planejamento econômico, a sua opção marxista e o papel da mulher na sociedade árabe



Fattah Ismail

No dia 26 de junho de 1978, uma crise interna no comando revolucionário do Iêmen Democrático culminou com um levante armado, encabeçado pelo então presidente, Salem Robaye Ali. Apoiado por algumas unidades militares, Robaye tentou assumir todo o poder, ameaçando bombardear a sede do governo onde estava reunido o comando político e administrativo do país.

Desenvolveu-se uma luta cruenta durante todo o dia. Finalmente, as milícias populares e as unidades militares fiéis à Revolução, inclusive a força aérea, dominaram os rebeldes. Robaye Ali e seus colaboradores foram julgados por um Tribunal Revolucionário e fuzilados.

As bases do partido confirmaram Abdel Fattah Ismail e Ali Nasser Mohamed em seus cargos. Fattah Ismail era o secretário-geral do Partido Socialista Iemenita e dirigente máximo do Estado. Ali Nasser Mohamed era o primeiro-ministro.

Atormentado por uma úlcera estomacal que o obrigava frequentemente a internar-se em hospitais estrangeiros, Fattah Ismail teve que renunciar em abril de 1980. Foi substituído por Ali Nasser Mohamed. A linha política não mudou, porque não depende de homens e sim do poderoso Partido Socialista Iemenita. Porém, há uma diferença de estilo que faz de Ali Mohamed um homem mais flexível que Fattah Ismail.

Esta entrevista foi concedida, com exclusividade, aos editores de cadernos do terceiro mundo, na residência oficial, na cidade de Áden.

Gostariamos que o senhor analisasse, como secretário-geral do Partido Socialista Iemenita, a cri-

se de junho de 1978 e que fizesse uma avaliação do 1º Congresso.

— As mudanças que houve no seio do nosso partido nos últimos meses foram provocadas pelo cumprimento das etapas da Revolução em nosso país. Essas mudanças haviam começado há muito tempo. A mudança é necessária como consequência do desenvolvimento da luta popular, visando à adequação da linha política partidária às novas situações.

Nesse sentido, quero lhes dizer que para nós o assunto do Partido não está desligado de nossa história. O Partido é uma fonte revolucionária, uma fonte de desenvolvimento revolucionário. A partir dele, podemos fazer avançar nosso processo e conquistar os objetivos socialistas de nossa luta, que foi muito prolongada.

A crise do mês de junho de 1978 trouxe à tona, dentro de nosso partido, alguns pontos de vista divergentes. Mas posso lhes dizer que a etapa mais dura já foi superada. Os momentos mais difíceis que enfrentamos como organização política foram durante o combate contra os militantes da ala oportunista, disfarçados de ultraesquerdistas. Apesar da gravidade da divergência, conseguimos controlar a situação e fazer abortar os planos daquele grupo. O 26 de Junho, dia em que foi desencadeada a crise final, ficará para sempre em nossa lembrança.

Durante meses estudamos as posições desse grupo de ultraesquerda para poder enfrentá-lo. Eles se tinham posicionado contra a construção de nosso partido, questionando as definições que uma instituição revolucionária deve adotar. Levantaram-se contra o conceito de luta de classes e contra o ma-

terialismo dialético como definição ideológica de nosso partido.

A discussão em torno desses problemas havia adquirido, nos últimos tempos, uma dimensão muito importante. Quando eles começam a descobrir seu fracasso, quando percebem que suas posições se tornam insustentáveis, tentam o golpe de Estado. O golpe tinha, segundo fomos constatando, conexões com o imperialismo e com os regimes árabes reacionários. Mas a força da Revolução iemenita evitou sua vitória. Essa força revolucionária foi a chave.

O Congresso

Qual o papel do Congresso nesse contexto?

— O Congresso que teve lugar a 26 de outubro de 1978 — durante o qual se adotou a denominação de Partido Socialista Iemenita — analisou toda a situação. Conseguimos dar novamente a nosso partido a definição ideológica que sempre achamos correta. Pela primeira vez, foi revelada nesse congresso diante de todo o povo iemenita a discussão ideológica que tinha acontecido dentro do Partido em torno das posições da ala oportunista.

Foi de grande relevância que depois dessa crise e da propaganda contra nós por parte da grande imprensa internacional (por causa da crítica e do ataque contra o imperialismo), continuássemos trabalhando com otimismo e confiança na preparação do 1º Congresso. Tínhamos a esperança de que tudo isso contribuiria para melhorar as estruturas internas de nosso partido. E assim foi.

Começamos a tomar contato com todas as organizações militantes do partido, em todas as províncias da República, e com as organizações militantes dentro das forças armadas. Foram realizados vários congressos a nível regional, em todo o território da República, entre eles o dos militantes do Partido dentro das forças armadas. Em todos esses congressos regionais analisaram-se e se estudaram os principais documentos partidários, a nova Constituição, e uma nova estrutura interna. Esses materiais haviam sido elaborados com base em amplas discussões entre os militantes. Nesses eventos regionais foram eleitos os representantes de todas as organizações ao 1º Congresso do Partido.

O marxismo-leninismo

Em seu 1º Congresso, o Partido Socialista Iemenita adotou a definição marxista-leninista, que segundo a explicação que o senhor nos deu seria uma das definições ideológicas questionadas pelo setor derrotado em junho de 1978...

— A Frente Nacional de Libertação (FNL) havia adotado o socialismo científico há muito tempo, como base de suas definições. Por isso nós amplia-

mos o estudo do marxismo por parte de nossos militantes. O marxismo-leninismo é a definição necessária para assegurar a vitória do socialismo.

Adotamos no Iêmen Democrático essa definição ideológica porque temos certeza de que, nos países emergentes, a construção do socialismo é o único caminho para garantir o desenvolvimento.

A mulher e a revolução

Qual é a participação da mulher iemenita nesses níveis?

— O desenvolvimento histórico e a evolução política deixaram a mulher árabe à margem da vida política, econômica, social e cultural. É difícil responder sem abordar a problemática da mulher árabe em geral.

A situação dos países árabes com regimes reacionários é bem conhecida de todos nós. Neles, a mulher vive segundo as antigas tradições, que não têm nenhuma relação com o século atual. Naturalmente a mulher árabe não tem culpa dessa situação. Se lhes são dadas oportunidades, as mulheres dos países árabes — como todas as mulheres do mundo — participam ativamente da vida política e em todos os campos da atividade humana.

O que acontece no Iêmen é um exemplo do que estamos dizendo. Estamos tratando a mulher de um ponto de vista revolucionário, em condições de total igualdade frente ao homem. Assim, afirmamos sinceramente que hoje a mulher iemenita não está preparada para ocupar altos cargos na administração. Mas nós lhes estamos dando oportunidades e elas têm pela atual legislação, os mesmos direitos que o homem. É um processo.

A mulher tem participado nas lutas da independência?

— A mulher iemenita participou da luta contra o imperialismo britânico, em vários campos, colaborando na conquista da independência, em 1967. Posteriormente, combateu pelo desenvolvimento social e para conquistar seu direito à igualdade. Participou também na luta contra a ala direita do partido, derrotada em 1969, e cooperou na luta contra os oportunistas de esquerda, que culminou a 26 de junho de 1978.

Podemos dizer que a luta da mulher iemenita se dá tanto através de sua organização independente (a Confederação de Mulheres Iemenitas) como a nível partidário, seja como militante ou como dirigente. Participa também da polícia e há alguns exemplos de participação nos altos níveis da administração do regime. Acreditamos que a mulher iemenita vá continuar atuando, tanto pela sua própria libertação como para pôr em vigência a Lei da Família, que lhe dá todos os direitos iguais aos do homem, no Partido e no seio do povo. (N.M./B.B.) ●

A 6.^a Conferência de Cúpula

Reunindo quase uma centena de Estados, representando dois terços da Humanidade, poderosos movimentos de libertação e prestigiosos organismos internacionais, os Países Não-Alinhados reafirmam a sua vigorosa vocação de unidade para enfrentar os imensos desafios do nosso tempo



Fidel na 6.^a Conferência

As reuniões de cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados são sempre precedidas de intensas atividades diplomáticas e de campanhas de informação — ou contra-informação —, seja dos que trabalham pelo êxito ou dos que se empenham em que fracassem. Os trabalhos da 4.^a Reunião, em Argel, 1973, e os resultados finais da Conferência foram submetidos a uma sistemática campanha de distorção, enquanto se procurou sepultar no desconhecimento a 5.^a, do Sri Lanka, em 1976. Era como se não estivessem reunidos os representantes de mais de metade da Humanidade e cujas decisões, de uma maneira ou outra, afetassem a comunidade internacional.

Por vários motivos, a Conferência de Havana foi objeto de uma espécie de “tratamento de choque” por parte da diplomacia e dos serviços de informação e espionagem dos Estados Unidos. Pressões políticas foram exercidas sobre os governos mais fracos ou dependentes para que não mandassem representantes a Havana ou, se os acreditassem, deveriam procurar torpedear os trabalhos da Conferência ou romper a sua unidade interna.

Cada delegação que desem-

barcava no aeroporto “José Martí” era como se uma pequena batalha estivesse sendo vencida. Mas já nas horas finais da reunião de nível ministerial, era visível que o comparecimento seria muito expressivo. Noventa e seis delegações, com direito a voto, vários novos membros — a mais numerosa concentração de chefes de Estado e de governo já registrada —, uma dezena de movimentos de libertação, e as mais prestigiosas instituições internacionais marcaram encontro em Havana, comprovando a ineficácia da campanha contra a grande assembléia do Terceiro Mundo.

“Fueron inútiles los esfuerzos para sabotear la Sexta Cumbre de La Habana. Fueron inútiles las presiones, los trajines diplomáticos, las intrigas para impedir que la Conferencia tuviera lugar en nuestro país. Los imperialistas yanquis, sus viejos y nuevos aliados — me refiero en este caso al gobierno chino —, no deseaban esta Conferencia en Cuba. Ellos elaboraran, además la repugnante intriga de que Cuba convertiría el Movimiento de los Países No Alineados en instrumento de la política soviética”, disse Fidel Castro no seu discurso inaugural.

O prato forte da campanha

estava centrado na Conferência pelo diferendo Tito-Castro. Antes da reunião, o marechal percorreu vários países da África e Oriente Médio e especulava-se que se entregava a uma espécie de cruzada para salvar o Movimento de uma “sovietização” iminente. Não faltaram as caricaturas de Tito, “pai fundador”, ralhando um Fidel travesso, querendo instalar o “urso das estepes” entre um rebanho de desprevenidas ovelhinhas.

Esses problemas no Movimento dos Não-Alinhados não são novos e decorrem, em parte, da própria estrutura heterogênea desse imenso conglomerado de nações em desenvolvimento. Também não é novo que a propaganda adversária dê às contradições internas uma dimensão muito distorcida.

Em Argel parecia que Kadhafi e Fidel iriam rebentar a unidade do Movimento, criando-se um clima de tensão exatamente em torno do tema que agora se maneja muito: a definição ideológica dos não-alinhados e suas relações com o campo socialista. Não foram, então, muito coincidentes as opiniões dos dois líderes em relação a esse tema, mas a vasta gama de

pontos de convergências superou de longe as suas contradições. Se olharmos para trás, hoje, verificaremos que se consolidou muito a relação Cuba-Líbia, e de Kadhafi com o campo socialista, com reflexos positivos na unidade do Movimento.

No caso Tito-Castro, a entrevista entre os dois estadistas já em Havana, deixou claro que estava aberto o caminho do entendimento. Um comunicado oficial descreveu-o como "um prolongado encontro que se realizou em um ambiente cordial e de amizade" e foi evidente que a pressão com que alguns colegas iugoslavos, mais realistas que o rei, "administravam" essas discrepâncias se reduziu muito mais nas horas subsequentes.

Quando o episódio do Campuchea, uma espécie de pomo de discórdia entre a maioria da Conferência e um grupo de nações lideradas pela Iugoslávia, se definiu, melhorou o clima de unidade. Mas para a contra-informação manipulada pelo sistema transnacional de informação era necessário inventar algo, com o que se procurava desviar a atenção do êxito da Conferência.

Os soldados soviéticos

De um momento para outro, a Voz da América, que se escuta em Cuba como uma estação local, mudou de tema: quase todo o espaço era dedicado a uma "notícia-bomba": haviam sido descobertos via satélite 3 mil soldados soviéticos em Cuba. Algo assim como uma brigada de combatentes e não de instrumentos.

A "descoberta" tinha um duplo sentido: misturar a URSS com Cuba e ambos com a Conferência, provocando desconfianças com a presidência de Fidel Castro. Mas havia outro motivo mais objetivo: a informação era espalhada às vésperas de um debate pouco cômodo para os Estados Unidos, sobre a presença

de suas tropas na América Latina e no Caribe. Nada menos de 14.900 soldados acampados em Porto Rico, Panamá e na base de Guatanamo. Mais ainda: sabia-se que cerca de vinte países do Terceiro Mundo, incluindo Antigua, Trindade-Tobago e Barbados, no Caribe, confrontavam-se com o problema da presença de tropas norte-americanas em seus territórios. Nada menos convincente que essa discussão, sobretudo porque é um dos temas que mais unem o Movimento, por se implantar nas origens mesmas de sua fundação.

O êxito da contra-informação

Façamos aqui um parêntese para dedicar alguns parágrafos aos motivos do êxito desse tipo de contra-informação. Não se trata só da eficácia do sistema transnacional de notícias, senão da incompreensão de muitos governos ali reunidos, de que a informação é um elemento fundamental do trabalho político.

Vários jornalistas se queixaram de que era demasiadamente rigorosa a "segregação" entre os informadores e as delegações. Na verdade, as medidas tomadas nesse campo estavam dentro das normas de segurança, comuns em reunião desse tipo.

A falha não estava aí, mas na ausência de parte das delegações dos países progressistas, a começar por Cuba, de algum tipo de mecanismo que permitisse enfrentar aquele dilúvio de notícias deturpadas ou simplesmente mentirosas. Durante todo o dia, seja através de *briefings* entre amigos, de filtrações bem dosadas ou de pequenas mas eficazes "inconfidências", o certo é que os meios de informação interessados em torpedear a Conferência estavam sempre bem abastecidos. Os outros jornalistas, os que não estavam nessa onda, tinham que interpretar as ascéticas e breves informações do porta-voz da Conferência, ou de em-

penhar-se para dar, de episódios guardados a sete chaves, uma imagem justa e positiva.

Não se pode dizer que não tenha havido, de parte de jornalistas bem intencionados, mas inexperientes, falhas evidentes no seu trabalho. Não foram poucas vítimas do conto dos "bem informados", aceitando, sem conferir o que lhe era transmitido por alguns colegas, com aparência de objetividade, mas que de objetivo nada tinham.

Uma investigação realizada por um colega estudioso da Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) deu um resultado desanimador: além da predisposição a receber qualquer tipo de informação, não havia entre colegas do Terceiro Mundo senão uns poucos com uma consciência clara sobre a necessidade de mudar o sistema informativo vigente.

Houve muitos exemplos de como se manipulam notícias. Um deles foi relacionado com o presidente do Peru, general Morales Bermúdez. Divulgou-se que esse presidente abandonara zangado a Conferência, por lhe ter sido estabelecido um horário inconveniente para pronunciar o seu discurso, com uma casa menos cheia. Imediatamente, a informação ganhou as manchetes do mundo, até que o embaixador peruano, Felipe Valdivieso, disse aos jornalistas que a notícia não tinha nenhuma veracidade. Naturalmente, que poucos foram os meios informativos no mundo que publicaram o desmentido peruano.

Assinale-se que o falso rumor não procedeu da UPI ou da AP, agências norte-americanas tradicionalmente metidas nesse tipo de deturpações, mas, da *France Press* que, entre as grandes agências do sistema capitalista, é considerada das menos venenosas...

A demora das decisões era um caldo de cultura dos boatos. Mas era no entanto inevitável, não só

pela própria complexidade dos temas, como pela caudalosa oratória em torno de cada um. A discussão das 394 emendas ao documento final consumiu muitos discursos e houve um dado momento em que a Conferência parecia naufragar na oratória.

Na presidência, Fidel Castro já estava dando sinais de inquietação. Recordou aos delegados que o número de delegações aumentou quatro vezes em relação às reuniões anteriores, e que o prazo de funcionamento da Conferência não se alterou. Para as próximas reuniões pensa em sugerir ao Birô de Coordenação que dilate as horas de sessão, ou limite o tempo dos oradores. Era em certo sentido um enfoque também autocrítico...

Em geral, os discursos eram bons e continham um valioso material, não só para análise da situação internacional em todos os seus aspectos, como dos problemas específicos de cada país. Mas nem todos os oradores eram atrativos e por vezes falavam em idiomas próprios, como por exemplo, Mengistu Hailé Mariam, da Etiópia, em *amárico*, cumprindo a tarefa dos tradutores.

Houve, entretanto, momentos de uma oratória impactante. O discurso inicial de Fidel Castro, o de Manley, de Bishop, outros mais. O de Samora manteve a conferência tensa e muita atenta. Revelou ele que fora Sadat quem lhe pedira que bloqueasse as relações de Moçambique com Israel. Agora, está de amores com Begin. O plenário recebeu com uma ruidosa gargalhada a advertência do presidente de Moçambique de que a única que faltava é que Sadat propusesse aos Não-Alinhados o ingresso de Israel.

Entre os assistentes a esse discurso incluía-se o delegado do Egito, que não pôde resistir ao humor de Samora. "Esta gargalhada — comentou um jornalista do Kuait —, pode custar o emprego a esse diplomata egípcio"...

Um delegado palestino tentou explicar o tamanho dos discursos através de uma teoria de espaço — tempo. Segundo a sua "fórmula matemática", os discursos estão na razão inversa do tamanho dos países. "Relativamente curto os dos grandes e muito maior, os dos pequenos. E como nós, os palestinos, ainda não temos um Estado, o de Arafat foi o mais longo" disse.

As cadeiras vazias

Junto com o caso egípcio, o do Campuchea foi o maior consumidor de discursos e criador de tensões. O problema era ético e politicamente claro, mas prestava-se a interpretações jurísticas dos amigos de Pol Pot. A condenação ao governo desse homicida a quem se chamou no plenário "o carneiro do século" foi esmagadamente maioritária. Na verdade, não houve oradores que se animassem a analisar e defender os seus crimes e as suas matanças maciças.

Os defensores da tese de que o delegado que Pol Pot enviou a Cuba deveria representar o Campuchea atinham-se bem mais a questões de procedimento. A alegação principal era que o governo revolucionário presidido pelo primeiro-ministro Heng Sanrim ainda não havia sido reconhecido a não ser por nove países. Inclusive a maioria dos Estados socialistas não se encontrava nesse número. "Este não é um argumento eficaz", comentava-nos o primeiro-ministro do Vietnã, Phan Van Dong. "É sabido que os governos revolucionários não são reconhecidos rapidamente. Se com um ano de instalado, o Vietnã houvesse conseguido o reconhecimento de nove países, como o do Campuchea Revolucionário, teria sido um grande êxito. Somos pacientes e sabemos esperar".

O choque principal em torno desse problema travou-se na reunião de ministros de Negócios

Estrangeiros que procedeu à reunião de cúpula. O seu ponto crítico ocorreu quando o presidente da reunião, o ministro cubano Isidoro Malmierca, transferiu o polêmico tema à consideração dos chefes de Estado, uma vez que não havia consenso a nível ministerial.

Dezesseis países — Iugoslávia, Senegal, Zaire, Singapura, Malásia, Níger, Indonésia, Coréia, Gabão, Bangladesh, Comores, Nepal, Butão, Paquistão, Zâmbia e Somália —, consideraram que se "deviam continuar as consultas para que se chegue a um acordo sobre o texto".

Numa carta a Malmierca, disseram os representantes desses países: "Não obstante a discordância destas dezesseis delegações, o senhor (referem-se a Malmierca) determinou que existe o consenso em favor do vosso texto e que o mesmo seria transferido à consideração dos chefes de Estado ou governo. Protestamos energicamente contra vossa decisão arbitrária e pedimos que o texto em questão não se transmita aos nossos chefes de Estado ou de governo".

Ressalvadas as posições de alguns signatários que atuam apegados às questões de procedimento, figurava entre os dezesseis a "fina flor" da direita do Movimento dos Não-Alinhados.

Difícilmente o sr. Malmierca poderia tomar outra decisão, que não fosse considerando que havia amplo — amplíssimo — consenso em torno do ponto de vista da maioria, de que a representação do Campuchea deveria permanecer vazia. O número de delegações com direito a voto era de 96, o que significa que 80 não se juntaram à posição dos 16.

E tanto estava correta a sua decisão, que a Conferência resolveu continuar estudando o caso do Campuchea e, até que uma comissão especial propusesse uma solução, a representação desse país ficaria deserta.

O único protesto público à

decisão foi o do delegado da Birmanã, U Myint Mauungh, que o fez de maneira tão intempestiva que muita gente, dentro e fora da sala de convenções, não entendeu o que estava dizendo.

U Myint propunha nada menos que a dissolução do Movimento dos Países Não-Alinhados e que uma comissão designada o redefinisse, depois de votar um novo regulamento de admissão de membros. Foram poucos minutos de tribuna, sem maiores consequências e o próprio delegado birmanês não se sentiu obrigado a dar consequência às suas palavras. Permaneceu onde estava.

A bancada do Campuchea ficou vazia, como exigiam cerca de dois terços das delegações. Foi essa sem dúvida uma decisão justa e uma vitória progressista. "Que ocorreria se Amin enviasse uma delegação a esta Conferência? Não seria um absurdo?" perguntou o primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley, antecipando o que poderia ocorrer se a Conferência permitisse a presença do delegado de Pol Pot.

O caso egípcio

O problema criado com a proposta de afastamento do Egito, representada em nome do bloco árabe pelo presidente do Iraque, Saddam Hussein, não tinha as características do caso de Campuchea, mas apresentava, para a mesa da Conferência, um complexo tema.

Sadat estava órfão de apoio na Conferência. O seu ministro de Relações Exteriores, Galil Brutus, deve ter ouvido perto de cem discursos em que se atacava duramente o presidente egípcio e, quase sempre, o apresentavam como traidor. Brutus limitava-se a tomar notas.

O apoio tributado à causa palestina foi o mais vasto e decisivo de quantas reuniões se realizaram. E isso complicava a posição egípcia. Foram poucos os que

ousaram levantar a voz em favor de Sadat, e quando o faziam, eram muito tímidos nas suas posições. Um deles, foi o rei do Nepal, Birendra Bir Bickram Sha Deva, que se limitou a considerar os acordos de Campo David "um passo intermédio", sem ir muito longe.

O conflitivo ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal foi dúbio e confuso. "O problema de Jerusalém e a libertação de todos os territórios árabes ocupados devem estar no centro do nosso combate, até a vitória final, sem nenhum tipo de compromisso", disse ele.

Houve um rumor na sala, pois parecia que o voto do Senegal, defensor público do Egito, seria agora a favor do bloco árabe. Mas, não. O sr. Mustafá Niase, chanceler do presidente Senghor, concluiu ao contrário: "O Senegal se opõe a toda a forma de sanção contra o Egito".

O chanceler egípcio seguiu a mesma tática. Reivindicou a desocupação das terras árabes, a libertação de Jerusalém, a autodeterminação dos palestinos. No exato momento em que Sadat se encontrava em Haifa, com Menahem Begin, fazendo exatamente o contrário do que dizia o seu chanceler, este pedia que se lhe tributassem as honras de um "revolucionário", no meio de referências à luta dos egípcios em favor da causa árabe.

"É certa a história do Egito, mencionada pelo representante do governo egípcio — disse o presidente do Iraque. Todos a sabemos. Mas a luta antiimperialista, anti-sionista, contra a exploração, não foi encabeçada por Anuar El-Sadat, mas pelo combatente general Gamal Abdel Nasser, a quem Sadat traiu. Traiu a sua história e falsificou todos os documentos sobre a luta do povo irmão, o povo egípcio combatente".

Saddam Hussein referiu-se ao papel dos Estados Unidos nos problemas internacionais. "Ago-

ra, os Estados Unidos é o Estado que maiores danos causou aos povos e é o maior e mais explorador Estado imperialista da Terra".

O ambiente favorecia por grande margem o afastamento do governo de Sadat, embora não fosse fácil a questão do procedimento a que se apegavam alguns delegados. No seu discurso inicial, ao contrário do problema do Campuchea em que fez veladas críticas ao Vietnã, exigindo a retirada de suas tropas daquele país, o marechal Tito deixou claro que não apoiava a posição de Sadat. Disse ele: "Olhando as coisas realisticamente, temos de dizer que os caminhos em separado não conduzem à paz".

Muitos representantes, principalmente de pequenos países, foram inflexíveis na defesa dos princípios do Movimento, claramente violados em Campo David. "Devemos ser intransigentes com os membros que traem o nosso Movimento, se é que queremos preservar a sua pureza de princípios", declarou o presidente de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa.

A solução encontrada exigiu uma maratona de discursos e negociações de quase trinta horas. Quando a sessão se tornou pública, havia marcas de cansaço em quase todas as fisionomias. Alguns delegados dormiam em suas poltronas.

Mas foi graças à sensatez do bloco árabe que se chegou a uma solução de consenso. No fundo, o que preocupava os árabes, eles o conseguiram. Uma enérgica condenação aos acordos de Campo David e Washington, e colocar o governo de Sadat sob vigilância, como preliminar de uma decisão final, se antes os egípcios, como os iranianos, não solucionassem o problema internamente.

Um dirigente palestino disse-nos que os resultados da Conferência foram muito positivos para a causa árabe. A Conferência

manteve as suas posições anteriores ou avançou ainda mais na análise do problema de Israel. "Aqui ficou claro — declarou-nos o secretário da Liga dos Estados árabes, embaixador Chedi Kibli, — que a luta árabe contra o sionismo tem o mesmo caráter dos movimentos de libertação e dos que se levantam contra o racismo".

Fidelidade aos princípios

Se algo caracterizou esta Reunião de Cúpula foi a fidelidade aos princípios em torno dos quais, desde Bandung, um número crescente de países se reuniu ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Esses princípios poderiam se resumir na luta anti-imperialista, da qual deve decorrer uma inflexível posição contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o sionismo. No fundo, os problemas têm uma aparência distante, mas são os mesmos. Porto Rico, Belize, Palestina ou Timor-Leste são casos típicos de colonialismo ou neocolonialismo, mas, em todos, a raiz imperialista está presente.

A 6ª Reunião de Cúpula manteve as suas posições em torno dos grandes problemas que são o próprio cerne dos movimentos de libertação. É possível que tenha havido omissões. Não se explica que, ao lado do apoio à luta pela democracia no Chile, não se tenha estendido igual luta à Argentina, o Uruguai, o Haiti, além de outros países latino-americanos. Uma declaração mais geral e mais abrangente poderia ter sido uma solução justa.

A preocupação — de evidente raiz européia — com o bloqueio ficou atendida no contexto do documento. Ao deixar expresso que para ser membro do Movimento, "o país deve ter adotado uma política independente, baseada na coexistência entre Estados com sistemas políticos e sociais diferentes, e não pertencer a nenhuma aliança mi-

litar multilateral concertada no contexto dos conflitos das grandes potências", atendia-se às preocupações de alguns países, sobretudo da Iugoslávia, com o futuro dos não-alinhados nas suas relações com o campo socialista.

Fidel Castro abordou com firmeza esse problema, o da "sovietização" dos Não-Alinhados, e o fez com tal estatura e definição de posição, que infundiu na Conferência, mesmo nos seus setores mais conservadores, a confiança de que a independência do Movimento e a sua identidade seriam inflexivelmente mantidas.

Isso não excluiu, no entanto, o que seria cair para o outro lado, que se expressasse o agradecimento ao campo socialista "pela ajuda prestada aos movimentos de libertação". Incluindo os países escandinavos entre os que recebiam o agradecimento do Movimento, a Conferência foi justa, mas deveria ter ampliado esse gesto às correntes revolucionárias e progressistas de outros países capitalistas, que têm uma longa história de cooperação com aqueles movimentos.

As transnacionais

"A progressão dos lucros realizados pelas transnacionais — 638 sobre 650 dessas empresas têm a sua sede nos Estados Unidos —, passou de 500 milhões de dólares em 1950, para 10 milhões em 1974" —, advertiu o presidente Ratsiraka, de Madagascar.

A não ser o delegado argentino, que tentou demonstrar as vantagens da atuação das transnacionais, "porque revitalizam as nossas economias", não houve vozes em defesa. É mesmo na intervenção argentina, a resposta foi contundente. O delegado moçambicano fez-lhe sentir que sua posição se assemelha a uma defesa do colonialismo. Simplesmente porque uma empresa, no meio da luta contra o processo

explorador, se vê forçada a deixar cair algumas migalhas aos povos que exploram, não significa nenhuma revitalização econômica.

Fidel deu dados de grande impacto sobre os gastos armamentistas. "Segundo publicações estatísticas — declarou —, o mundo investe anualmente mais de 300 bilhões de dólares em armas e gastos militares, e esta cifra é possivelmente modesta. Só as forças militares dos Estados Unidos gastam, por exemplo, 30 milhões de toneladas de petróleo nesse campo, mais que o gasto de energia de todos os países da América Central e Caribe juntos".

Com 300 bilhões de dólares poder-se-iam construir em um ano 600 mil escolas com capacidade para 40 milhões de crianças; ou 60 milhões de moradias confortáveis com capacidade para 300 milhões de pessoas, ou 30 mil hospitais com 18 milhões de camas, ou 20 mil fábricas capazes de gerar empregos a mais de 20 milhões de trabalhadores, ou habilitar para o regadio 150 milhões de hectares de terras que, com um nível técnico adequado, podem alimentar bilhões de pessoas.

Supor que dois terços da humanidade permanecerão indiferentes ao imenso desafio da libertação política e econômica que todos esses problemas refletem, é utópico. A 6ª Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados foi um momento de denúncia e de unidade. Os que pensavam fazer explodir de dentro esse grande conglomerado de nações emergentes, equivocaram-se. O que as une não são os seus sistemas políticos, nem sempre coincidentes, nem as suas posições ideológicas, frequentemente contraditórias, mas a consciência de que devem romper o círculo da exploração, da pobreza, da marginalização, enfim, tudo isso cujas matrizes remotas ou próximas estão no domínio e na imposição do imperialismo. (N.M) ●

América Latina: Adesão definitiva aos Não-Alinhados

É um fato conhecido que o Movimento dos Países Não-Alinhados constituiu nas suas origens fundamentais um bloco de países afro-asiáticos. Ligados por uma origem comum e compartilhando problemas econômicos e políticos muito específicos, os novos Estados surgidos do processo de descolonização da Ásia e da África, emergiram na cena internacional com uma vontade política comum para enfrentar os novos problemas que a dominação e a dependência lhes colocavam depois da obtenção da independência política após a Segunda Guerra Mundial. Isso constituía uma perspectiva que os países latino-americanos, já inseridos na sua relação "hemisférica", sobretudo com os Estados Unidos, e fortemente ligados a este no período da guerra fria, não podiam assumir.

Essa situação explica a completa ausência dos latino-americanos no prolongado processo de gestação da organização dos Não-Alinhados. Na Conferência de Bandung, organizada pelo presidente Sukarno da Indonésia, em 1955, não se fez representar qualquer país latino-americano, nem mesmo na qualidade de observador, no momento em que se definiram os princípios que inspiraram a ação deste novo bloco de países. E, em 1961, ao realizar-se a 1ª Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, entre os 25 membros originários do movimento só aparecia uma nação latino-americana, Cuba, que viu na nova estrutura o cenário para projetar o seu então agudo conflito com o governo dos Estados Unidos.

Outros três países participaram na qualidade de observadores: Brasil, Equador e Bolívia.

Comparecimento maciço

De Belgrado a Havana, no entanto, as coisas alteraram-se substancialmente. Agora o Movimento, que conta com 95 países membros, é uma força internacional indiscutível e a sua importância deriva, entre outras razões básicas, da sua universalidade. Os países latino-americanos tiveram que ir assumindo progressivamente esse dado da realidade e viram-se praticamente forçados a definir relações com o Movimento dos Países Não-Alinhados. Onze governos da região participaram na 6ª Conferência de Cúpula como membros plenos: Argentina, Bolívia, Cuba, Granada, Guiana, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Peru, Suriname e Trindade-Tobago; dois assistiram com estatuto especial, Belize e Porto Rico, que sem serem ainda Estados independentes receberam o apoio do Movimento na sua luta, enquanto que onze estiveram presentes na qualidade de observadores: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, México, Santa Lúcia, Uruguai e Venezuela. Isso significa que naquele continente só permanecem à margem desta organização quatro nações: Guatemala, Honduras, Panamá e Chile. Este último país, que desempenha um importante papel dentro dos Não-Alinhados nos princípios dos anos 70, na época do governo de Salvador Allende, foi suspenso da sua qualidade de país-membro pelo Birô de Coordenação, em 1973, por este con-

siderar que o atual governo do general Augusto Pinochet é o resultado de atos de ingerência indevida dos Estados Unidos, os quais foram determinantes na derrubada e assassinato do último presidente constitucional chileno.

Balanco positivo

Ao fazer o balanço da Conferência de Havana, além de considerações que apenas levam em conta elementos formais, como o número de países participantes, pode-se afirmar que a 6ª Conferência de chefes de Estado ou de governo dos Países Não-Alinhados constituiu, tanto pela forma como decorreu como pelas suas resoluções, o movimento de integração definitiva da América Latina no Movimento dos Países Não-Alinhados, ao ponto de, num futuro próximo, a não vinculação que determinados países mantêm passará a ser para eles um fator desfavorável de considerável importância.

E esta afirmação pode ser feita com sólidos argumentos: 1) um país latino-americano, Cuba, terá nos próximos três anos a direção do Movimento, e a partir desse cargo terá uma grande capacidade para projetar os acontecimentos políticos mais importantes na região; 2) cinco países da área latino-americana integrarão o Birô de Coordenação do Movimento dos Países Não-Alinhados, cujo número foi elevado para 36 (antes a América e o Caribe detinham apenas quatro lugares); 3) contudo, o fato fundamental é que a plataforma e o programa de trabalho do Movimento dos Países Não-Alinhados para o próximo triênio conterá uma série de assuntos cruciais para a concretização de um maior espaço internacional na região latino-americana, o que garante uma nova ênfase e maior atividade dos não-alinhados em relação à América Latina. (Luís Maira)

A unidade dos povos em luta

"Aqueles que são alvo dos desígnios imperialistas devem coordenar os seus esforços" — declarou-nos o presidente do Iraque. Considerações exclusivas sobre a unidade árabe, a presença de Israel na Nicarágua, o então recente "complô" em Bagdá e a queda do xá do Irã

O presidente do Iraque, Saddam Hussein, que vem desenvolvendo uma dinâmica política e diplomática de destaque foi, na 6ª Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, em Havana, o porta-voz do bloco árabe na discussão dos importantes temas propostos naquela reunião. Numa entrevista que concedeu, aos cadernos do terceiro mundo, durante a sua estadia na capital cubana, Saddam Hussein denunciou a atuação coordenada do imperialismo e destacou a importância da unidade dos povos na luta pelos seus direitos, em resposta às manobras do adversário. O presidente do Iraque respondeu às perguntas que lhe fizemos sobre o problema da unidade árabe, a queda do xá e as perspectivas da situação no Irã, muito especialmente o apoio que a jovem revolução nicaraguense recebe do seu país.

Foi só nos últimos anos que se assistiu a um estreitamento das relações entre o mundo árabe e a América Latina. A distância e a língua, entre outros fatores, estiveram na base desse afastamento. Como encara o Iraque as relações com a América Latina?

— Um dos nossos conceitos básicos é que as atividades do imperialismo em todo o mundo, não importa as formas que adotem, não importa de onde provenham, estão ligadas entre si, fazem parte de um esquema montado e organizado. Todos os seus movimentos se destinam a manter a situação tal como está. E é evidente a coordenação de informações e de atividades com forças paralelas.

Esses fatos demonstram que os povos que são alvo dos desígnios imperialistas também têm que coordenar esforços. Não importa a diferença dos seus programas nacionais. Esses países têm que es-



Hussein: resistir à opressão

tar unidos em torno do objetivo comum que é a resistência ao imperialismo e à opressão.

Por essa razão, cremos que a luta do Iraque e da Pátria Árabe deve estar estreitamente ligada à luta de outros povos e, muito particularmente à dos povos da América Latina.

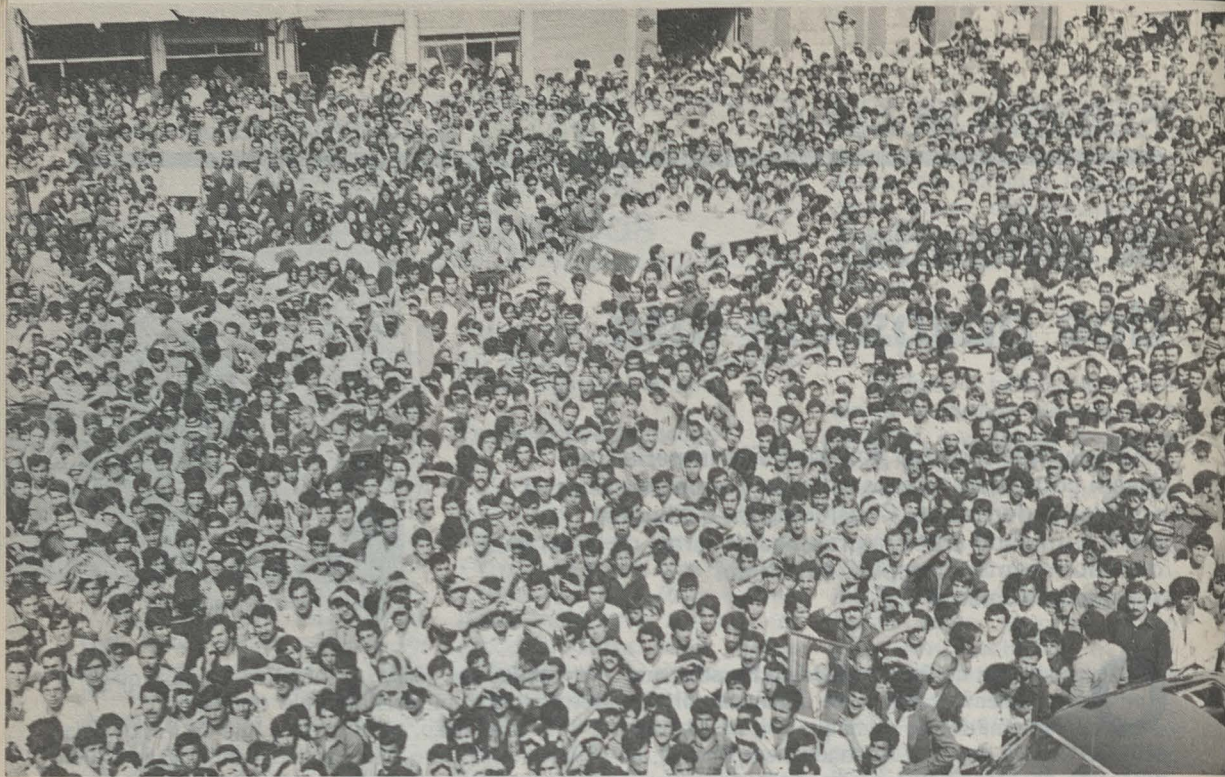
Israel na Nicarágua

Mencionou que nos meios utilizados pelo imperialismo há uma aliança com "forças paralelas". Na recente luta do povo nicaraguense pela conquista da liberdade, vimos, pela primeira vez, Israel atuar diretamente na América Latina ao lado de uma ditadura, ao apoiar militarmente Somoza. Como vê o Iraque a participação de Israel na Nicarágua sustentando a dinastia somozista?

— Nós consideramos Israel como uma entidade racista, fundada com o objetivo principal de servir aos propósitos imperialistas e apoiar as ações contrárias aos desejos dos povos árabes de ter governos independentes. Por essa razão não nos surpreende ver Israel atuar sempre ao lado das forças opressoras, contra os perseguidos, ao lado de governos corruptos contra os povos dominados. É sob esse prisma que vemos as atividades de Israel em qualquer lado em que elas se desenvolvam.

O Iraque foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o novo governo da Nicarágua antes da guerra terminar. Hoje a Nicarágua é um país destruído, que necessita do apoio internacional para consolidar a vitória. Em que medida pode o Iraque ajudar esse país nesta etapa de reconstrução?

— Não creio que tenha havido um único povo no mundo que, lutando pela sua liberdade e, que



“Um dia, a unidade árabe será conquistada. Essa é a vontade do povo árabe e o desafio da história”

ao pedir apoio moral e material ao Iraque, não o tenha recebido. Há anos que temos seguido essa política.

Tivemos relações e contatos com os militares nicaraguenses muito antes da sua vitória. Agora oferecemos-lhes apoio, de acordo com as nossas disponibilidades e com a possibilidade que eles têm de utilizar essa ajuda em projetos concretos. Estamos dispostos e com vontade de lhes prestar essa ajuda dentro das bases já estabelecidas.

A unificação do mundo árabe

Como encara o processo de unidade árabe?

— A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi separada em pedaços e numerosas forças internacionais estão atuando contra os seus interesses. Mas os povos árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por essa verdade histórica e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos ativamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada, de uma maneira ou de outra, e que isso vai ao encontro da vontade do povo árabe e do desafio da História porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.

Nós não deixamos, no entanto, de ter em conta as forças e os interesses contrários à causa árabe.

Conhecemos bem aqueles que sempre preferiram atuar como pequenas correntes subterrâneas das forças que trabalham na sombra, porque receiam atuar à luz do dia. Preferem ser riachos ocultos que mar largo. Nós preferimos andar na superfície. Para concretizar o processo de unificação — como já demonstramos tantas vezes no passado —, atuamos abertamente.

Essas forças subterrâneas enfrentam o processo unificador de múltiplas maneiras: dando golpes pelas costas, sabotando, distorcendo a verdade, fomentando a contra-informação e a contrapropaganda.

O que resumidamente queremos dizer é que o processo de unificação da Nação Árabe expressa sinceramente o desejo de todo o povo árabe, seja ele qual for, ainda que esse desejo se manifeste de maneira diferente de lugar para lugar.

O imperialismo e o sionismo são os principais inimigos da unidade. Eles vão tentar minar a unidade árabe de muitas formas. Mas essa ação, a longo prazo, se voltará contra eles. Porque o que conseguem com as suas atividades subversivas é que a Nação Árabe tome cada vez mais consciência de que sem unidade nunca se libertará dessas duas forças malignas.

Encontrávamo-nos em Bagdá quando tomaram o poder no Irã as forças dirigidas pelo aiatolá Khomeini. Vimos como o povo e o governo do Iraque

estavam satisfeitos com a vitória popular que pôs fim à ditadura. O xá era um inimigo evidente das forças árabes progressistas. Por essa razão as correntes mais avançadas de todo o mundo estavam em grande expectativa quanto ao futuro das relações entre os governos de Teerã e Bagdá. No entanto, as notícias que correm agora a esse respeito não são tão otimistas. Como o sr. prevê que se vai desenvolver o processo do Irã?

— É natural que a partida do xá tenha sido acolhida com alegria por todos os povos que lutam nas diferentes partes do mundo. O regime do xá estava ligado às engrenagens do imperialismo. Era um bastião do imperialismo e dos interesses que ele defende.

Mas a luta do Terceiro Mundo tem características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma tirania, mas em que medida pode erradicar de um regime essas características e instalar no seu lugar outro que corresponde aos interesses do povo?

Para alcançar uma mudança profunda do regime, são necessárias medidas muito concretas, de modo a defender claramente os interesses populares. Não basta remover um regime ditatorial e reacionário. Se os que tomaram o poder no seu lugar não forem revolucionários, nunca poderão reunir as condições que são necessárias ao processo das mudanças revolucionárias.

Para edificar um regime revolucionário, em que o povo detenha realmente os recursos do Estado e realize as suas aspirações de uma maneira responsável, têm que existir metas definidas e uma clara demarcação antiimperialista.

Mas não quer dizer que todos aqueles que se propõem a mudar um regime o consigam. Nem sequer se pode afirmar que todo revolucionário venha a poder transformar um regime reacionário em revolucionário. Pode acontecer que, se não tiver objetivos bem claros, venha a construir um regime que não tenha os requisitos necessários para que possa chamar-se de revolucionário. ●

Seychelles

Dez. Ed. port. no. 19

Um socialismo com projeto próprio



René: sólidas bases populares

O presidente Albert René denuncia as campanhas desestabilizadoras lançadas pelos grupos que perderam o poder no país e afirma que o povo é o avalista máximo do processo revolucionário que está em curso nas ilhas

A República das Seychelles é um arquipélago de 92 ilhas, com menos de 100 mil habitantes. O atual regime socialista, instalado em 1978 e encabeçado pelo presidente Albert René, estreitou seus vínculos com países progressistas africanos da costa do Índico e promoveu profundas mudanças estruturais e políticas.

Esta entrevista exclusiva com o presidente das Seychelles foi feita em Havana, durante a 6ª Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados. Depois dessa data, Albert René suportou algumas tentativas de invasão e de golpe de Estado por parte de grupos mercenários ligados

à África do Sul, porém a sua sólida implantação nas bases populares impediu, mais uma vez, o êxito da intentona.

Presidente, o seu país tem sido vítima de várias tentativas desestabilizadoras por parte dos grupos destituídos do poder. Qual é a sua opinião sobre a situação atual?

— Como se sabe, as Seychelles estão na rota do petróleo e isso está na base dos nossos problemas. Encontramo-nos numa área que os norte-americanos protegem com poderosos arsenais, e somos por isso, submetidos a pressões. Estamos

rodeados de bases militares: a de Diego Garcia, construída pelos norte-americanos; a da Ilha Reunião, francesa, e por todas as bases do Índico destinadas a assegurar os interesses ocidentais na região. Como Madagascar e as Seychelles têm governos de definição socialista, esses grupos de interesses lançam, sistematicamente, campanhas de desestabilização. Neste contexto optamos pela única via a seguir: mantermo-nos vigilantes e estabelecer as estruturas necessárias para podermos continuar no poder.

Como se mantém essa vigilância? Que estruturas montaram para assegurar a continuidade do processo?

— Temos dois processos: o primeiro, pela integração de todo o povo no sistema de defesa. Nas Seychelles todo homem, mulher e criança é um militante. Não descuidamos da vigilância de nenhum ponto das ilhas a fim de detetar qualquer movimento suspeito. O povo é a nossa força de defesa.

A segunda forma de defesa é uma *joint-action* (acordo militar) entre Madagascar, a Tanzânia e as Seychelles. Ainda há poucos meses desenvolvemos uma forma conjunta de exercícios militares e navais.

Os que fomentam a desestabilização não contam com nenhuma forma de apoio interno?

— O esforço para organizar uma contra-revolução interna não foi frutífero porque o nosso povo compreende que os que fomentam a desestabilização só querem prejudicá-lo. A nossa campanha de mobilização das massas foi um êxito que pode ser comprovado por qualquer pessoa que visite as Seychelles. A mobilização é total. Famílias inteiras fazem turnos de vigilância durante a noite para detetar uma possível invasão de mercenários. Porque o problema é externo e não interno.

Uma boa rede de informação

Perante uma eventual invasão mercenária, o pacto militar com Madagascar e a Tanzânia poderia ser uma ajuda?

— Bom, esse pacto mostra ao mundo que nesta região estamos unidos, o que torna as nossas forças armadas mais móveis e especializadas. Têm capacidade de ir de Tananarive (a capital de Madagascar) às Seychelles em três horas. Temos um contato por rádio muito rápido e posso contactar Ratsiraka, em Tananarive, da minha casa.

Igualdade de direitos

Qual é o papel da mulher na nova sociedade que estão construindo?

— Nas Seychelles, tratamos as mulheres como homens...

Boa resposta. Mas como se traduz isso na prática?

— Temos uma organização de mulheres que tem a sua própria representação no Congresso do nosso partido, da mesma forma que temos uma União Nacional de Trabalhadores que também está representada no Congresso e uma Associação Nacional da Juventude.

Nesse caso não as tratam como homens porque não há uma Federação de homens no Partido...

— Não, mas cremos que no caso da mulher há algumas responsabilidades específicas. Decidimos que a Federação Nacional das Mulheres se encarregasse das creches e escolas pré-primárias, que não estão diretamente a cargo da administração pública, mas das mulheres organizadas no Partido. Devemos, no entanto, confessar que não tivemos êxito total na nossa campanha de integração da mulher.

Por que diz isso?

— É que há mulheres que ainda preferem ficar em casa. Enfim, sabe, é o peso das tradições. Mas estamos fazendo progressos nesse campo.

E no campo da legislação, dos salários e das possibilidades de acesso à educação?

— São exatamente iguais os direitos dos homens e das mulheres. Nas Seychelles, a mulher não tem entraves legais de nenhuma ordem.

Construir uma economia socialista

No plano interno, quais os avanços mais significativos?

— Em junho de 1977, com a tomada do poder pelo *Seychelles People's United Party* (Spup), começou a nova revolução. Desde então estamos fazendo as mudanças estruturais necessárias para construir uma sociedade socialista. Nacionalizamos todas as escolas e estabelecimentos de saúde. Estamos agora fazendo a reforma agrária para dar ao povo terra para trabalhar, uma vez que ela anteriormente estava nas mãos dos latifundiários. Continuaremos com a tarefa de colocar os meios de produção ao serviço do povo.

Cremos estar em condições de estabelecer, nas Seychelles, um Estado socialista com um projeto próprio. Muita gente pensa que para se ser socialista é necessário copiar o que os outros fizeram. Nós, pelo contrário, pensamos que devemos estudar a melhor maneira de atingir essas metas de acordo com a realidade das nossas ilhas.

No que se refere à agricultura, por exemplo, que sistemas se devem implantar? Devemos criar

cooperativas? Empresas estatais? Ou talvez organizações com bases comunais? Estas opções estão sendo estudadas com base no conhecimento profundo da nossa realidade.

Antigamente a nossa economia estava totalmente dependente do turismo. Nós decidimos mudar o eixo central dessa economia dedicando-nos à agricultura, à pesca e ao desenvolvimento das outras ilhas que no passado não estavam habitadas. A população estava praticamente concentrada em três ilhas. Neste momento, queremos desenvolver as outras aproveitando as enormes possibilidades econômicas que se abrem nas duzentas milhas marítimas e sobre as quais já começamos a exercer a nossa soberania.

Temos uma superfície de cerca de um milhão de quilômetros quadrados, contando com o mar territorial; é uma área muito grande que permite que a nossa economia futura assente no desenvolvimento das potencialidades oceânicas.

Cooperação horizontal

Quando um país decide mudar as suas estruturas para seguir o caminho do socialismo surge, geralmente, o problema da falta de tecnologia para desenvolver novas áreas econômicas. Como se encara, nas Seychelles, este assunto?

— Cremos que muito se pode fazer no plano a que chamamos “cooperação horizontal”, quer dizer entre países em desenvolvimento. Por exemplo, solicitamos cooperação tecnológica à Índia. Pedimos que viessem às Seychelles observar algumas das nossas pequenas indústrias e que nos orientassem no seu melhoramento. Temos que saber o que podemos aprender uns com os outros. Se nos voltamos para os Estados Unidos, para a Europa ou mesmo para a União Soviética, constatamos muitas vezes, ou na maior das vezes, que o modo como produzem, a sua tecnologia, não se adapta às necessidades do nosso país.

Para um país como o nosso, tem tido mais interesse o apoio da Índia, por exemplo, que tem pequenas áreas regionais com uma economia a uma escala que pode assemelhar-se à nossa. Como nós, a Índia é produtora de copra. Assim, estamos estudando com eles a produção em pequena escala de azeite, sabão, margarina. Temos que nos apoiar nos países que têm uma tecnologia adequada às nossas necessidades.

Os avanços no plano político

Uma transformação profunda da economia exige também uma adequação dos organismos políticos. Como se processa a institucionalização do novo regime nas Seychelles?

— Nós agora somos um Estado com partido

único. Todos os membros do governo pertencem ao *Seychelles People's United Party*. A representação na Assembléia Nacional é também do Partido. De acordo com a nova Constituição, o Congresso do Partido representa o órgão de poder supremo das ilhas.

Avançamos muito no que se refere à estrutura política. É o povo quem faz chegar tudo ao governo. Os membros da Assembléia Nacional só fazem o que as bases do Partido lhes indicarem. É um pouco difícil no princípio, porque as pessoas estão acostumadas a que um membro do Parlamento diga o que bem lhe aprouver e que não tenha que prestar contas a ninguém durante cinco anos. Com o nosso sistema, as pessoas que são empossadas nos cargos pelas bases do Partido, têm de atuar de acordo com as diretrizes que elas lhes dão e se assim não fizerem terão de deixar o seu posto.

Esta legislação é extensiva ao cargo de presidente da República?

— Também para o presidente. Este é eleito pelo Congresso do Partido que pode afastá-lo do cargo por uma decisão amplamente majoritária. Temos, além disso, um regulamento que não é muito frequente nos outros países: o presidente só pode ser reeleito três vezes, depois do quê, deve retirar-se completamente das suas funções para que outros exerçam a presidência.

Mas pode tratar-se de um líder indiscutível...

— Pode ficar como assessor do governo, um cargo adequado às suas capacidades. Porque o que ocorre, geralmente se não se tomarem medidas, é que os dirigentes vão envelhecendo e não deixam o país evoluir.

A desnuclearização do oceano Índico

Um tema que tem sido preocupação constante dos governos da região é a desmilitarização e desnuclearização do Índico. As Nações Unidas e o Movimento dos Países Não-Alinhados faz eco dessas preocupações denunciando a política militarista na região. Qual é a sua opinião sobre esse assunto?

— Nós consideramos que esse problema merece uma atenção muito especial. A região tem, como se sabe, um grupo de partidos políticos progressistas que se reúne todos os anos para traçar linhas políticas e discutir o estabelecimento das ações diplomáticas a serem efetuadas em diferentes organizações e níveis. Até agora não tivemos muito êxito, pelo contrário, os norte-americanos aumentam a sua presença militar na base de Diego García. No entanto, fazemos pressões diplomáticas para que as instalações sejam abandonadas. ●

“A história nunca mente”

O dirigente máximo da OLP denuncia os planos expansionistas israelenses e reafirma a decisão dos palestinos de ter um Estado independente



Arafat: apoio internacional

Essa foi a primeira entrevista exclusiva que Yasser Arafat concedeu a cadernos do terceiro mundo. O momento já era difícil no Líbano, do ponto de vista militar, para a população palestina e os libaneses progressistas. No início de 1982 publicamos uma matéria de capa (ver nº 42 “Até onde irá Israel”), com uma segunda entrevista de Arafat, concedida ao nosso enviado especial Moacir Werneck de Castro, esta já abordando abertamente a denúncia de uma previsível invasão israelense ao sul do Líbano. Em junho deste ano — quando a invasão realmente começou em grande escala — os nossos editores Neiva Moreira e Beatriz Bissio estavam lá e dedicamos uma edição especial sobre o tema. Uma terceira entrevista com Arafat, já marcada, não chegou a se realizar por causa da invasão.

No ano passado você fez uma série de viagens, particularmente a países da Europa Ocidental, o que nós poderíamos chamar de uma ofensiva diplomática da OLP em áreas que antes pareciam ser aliadas sólidas do Estado de Israel. Qual a sua avaliação dessa ofensiva?

— Tivemos êxito sensibilizando muita gente sobre a situação de nosso povo e desmascarando a política do regime israelense, suas agressões contra nosso povo, seu papel real: ser instrumento dos monopólios imperialistas e colonialistas naquela área e testa-de-ferro dos norte-americanos, defendendo seus interesses na região. Também denunciávamos seus crimes contra a população civil, contra nossas crianças, usando armas altamente sofisticadas, algumas delas proibidas, como as bombas de fragmentação, bombas plásticas, napalm e outras que nem sequer sabemos o nome. Também

tivemos êxito em fazer com que organizações e Estados reconhecessem a OLP como o único representante do povo palestino, com nossas metas de um Estado Palestino independente, um país livre que deseja o regresso à nossa pátria de todos aqueles que foram expulsos do território nacional (60% da população palestina) e perseguidos pela Junta militar israelense.

O mini-Estado

Qual seria a posição dos países europeus diante da eventualidade de criação de um mini-Estado palestino independente?

— Em primeiro lugar, é preciso que fique claro que não há nenhuma iniciativa para um mini-Estado palestino independente. Só nos ofereceram a auto-administração. Porém, é verdade que alguns Estados europeus mencionaram o direito do povo palestino de ter uma pátria. Nada mais que isso: somente *slogans* e alguns comunicados conjuntos. Eles estão apoiando os israelenses, os ocupantes do meu país, a pátria do meu povo. Apóiam a ocupação da Palestina e mencionam algumas justificativas para isso. Dão a Israel respaldo econômico, financeiro, militar, político e diplomático. Mas depende do país. Alguns, como os Estados Unidos, lhes dão todos esses apoios. Outros, somente lhes dão alguns deles. Começamos a perceber, no entanto, ligeiras mudanças na opinião pública ocidental. Mas nada decisivo.

Você acredita que o mini-Estado seria uma solução viável?

— Não esqueça que sou o presidente da OLP e que fui eleito de acordo com um certo programa...

Como esquecer isso?

— Bem, eu tenho que lembrá-los disto porque um dos pontos importantes do nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, define que os palestinos têm direito de estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina abandonado pelos israelenses ou que tenha sido libertado. De acordo com essa resolução, estamos lutando para torná-la viável.

A tensa situação no Líbano

Nas últimas semanas a tensão no Líbano chegou ao auge. Talvez tenham sido os mais explosivos dias desde o fim da guerra civil. Em que direção esta situação poderá evoluir? Nós visitamos dias atrás as cidades de Tiro, Saida, Nabatieh e a frente sul. Lá a expectativa era de um recrudescimento das hostilidades israelenses, confirmada pelos recentes bombardeios, particularmente em Tiro.

— Estiveram lá? Ótimo. Mas aquilo não é nada em comparação com o que já vivemos aqui. Os israelenses afirmaram que vão intensificar a concentração de suas tropas na frente norte (de Israel) e informaram que essa medida militar foi tomada, primeiro, contra a OLP e, segundo, contra os sírios. Mais tarde, autoridades militares, como o ministro da Defesa de Israel, Ezer Weizmann, e o chefe do Serviço Secreto israelense, do Mossad, afirmaram que iam perseguir os palestinos com operações especiais. E, recentemente, foram feitas importantes declarações: brigadas militares, com unidades pára-quedistas, estariam se preparando para atacar alvos civis. Isto é muito sério. Falou-se também em intervenção para proteger os cristãos no norte e no sul do Líbano. Que quer dizer isto? A questão não é ficar a favor nem contra os cristãos. Não podemos nos esquecer que os israelenses participaram com as falanges de uma operação muito suja, quando mataram o filho do ex-presidente Frangé com toda sua família e não deixaram nenhum corpo com vida na área. E todas as vítimas eram cristãs! Mesmo assim, Weizmann disse que “nossas tropas no norte (de Israel) estão em completo estado de alerta”.

Você acredita que as operações realizadas nos últimos dias, os incidentes recentes em Beirute, estão vinculados com essa ofensiva global?

— Sim, com certeza. É uma parte dessa ofensiva. Estão falando abertamente de uma coordenação com as falanges em Beirute e no norte do Líbano. Já existem alguns peritos aqui, no chamado SKS, o departamento de segurança das falanges. Begin afirmou sem dissimulação que ele havia oferecido dinheiro, mais de um bilhão de libras liba-

nesas — além do apoio militar em armas, tanques e artilharia — às falanges e às forças reacionárias em geral.

Considera que um ataque neste momento pode desencadear um conflito mais global no Oriente Médio?

— No nosso quartel-general temos que colocar sobre a mesa todas as hipóteses. Temos que trabalhar com todas as probabilidades.

Você acredita que os norte-americanos estariam interessados numa explosão generalizada no Oriente Médio?

— Napoleão disse uma vez que é extremamente difícil combater ou enfrentar um general estúpido, porque nunca se sabe como ele poderá reagir, nem onde, nem quando. E eles, na minha opinião, são estúpidos.

Desigualdade de forças

Como você vê a correlação de forças entre os israelenses e a resistência palestina?

— É óbvio que em todas as lutas que tivemos com os israelenses havia uma terrível disparidade de forças. Não se pode comparar. Recordo-me que no ano passado Ezer Weizmann, numa intervenção no Parlamento israelense, disse, dirigindo-se a nós: “Estes palestinos têm que entender que nós temos mais artilharia do que eles”. Eu nunca disse que nós temos mais artilharia do que eles. Não se pode comparar. Eles têm milhares de peças de artilharia. Nós temos apenas dezenas. Mesmo assim, nós os enfrentamos. Temos determinação. Um líder norte-americano no Vietnã pediu, uma vez, à administração em Washington que lhe fornecesse 3 mil aviões de vários tipos: *Phantom*, helicópteros, B-52. Afirmou que logo que recebesse essa quantidade de aviões estaria em condições de vencer os vietnamitas. Quais foram os resultados? O embaixador norte-americano em Saigon (hoje, Ho Chi Minh) se viu obrigado a fugir num desses aviões.

Perguntamos isso porque notamos em você cansaço, mas não tensão nem preocupação.

— Podem estar tranquilos. Nós sabemos que o balanço de forças pende para o lado deles. Porque nós não estamos enfrentando Israel, estamos enfrentando os Estados Unidos, estamos enfrentando o Ocidente que apóia e arma Israel. Mas como já mencionei, a questão não está nas armas. Mas sim na determinação de vencer. E isso nós temos. De modo que estou certo de que mais cedo ou mais tarde haveremos de alcançar nossa vitória. Nós não estamos preocupados com o tempo, porque estamos ao lado da História. Eles estão contra. E a História nunca mente. ●

Um ano depois da vitória

Triunfando com as armas na mão, consolidando a vitória em campos e fábricas, organizando suas próprias formas de expressão e de participação, os nicaraguenses constroem uma nova sociedade

Já se passaram doze meses da entrada triunfante do lenço vermelho e negro no bunker daquele que os nicaraguenses já não chamam pelo nome, mas somente de "o genocida". E na tribuna que homenageou os 50 mil mortos, estavam Fidel Castro e o embaixador norte-americano na ONU, iugoslavos e soviéticos, social-democratas e democratas-cristãos, operários e empresários, guerrilheiros e padres.

Que gênio político é esse que conseguiu unir os contrários? Que força tem essa revolução que conseguiu transformar em centro da atenção mundial um país de apenas dois milhões e meio de habitantes, que este ano exportará uma quantia 100 vezes menor do que a *General Motors* pensa em vender nos Estados Unidos?

Mas, para onde vai a revolução nicaraguense? Tanto dentro quanto fora do país há muitos que aspiram a frear a revolução em suas conquistas democráticas, frustrando o seu conteúdo de transformação social. Este foi o comentário feito por um diplomata chileno que chegava de Washington, em conversa ouvida no Hotel Intercontinental: "Nós — e esse nós incluía o Departa-

mento de Estado — não nos preocupamos com o fato de que para aqui venha um socialismo como na Iugoslávia, ou que tenham boas relações com Cuba. Mas o que não podemos tolerar é que se soviétizem".

"Robelo e Somoza são a mesma coisa"

As mesmas palavras poderiam ter sido ditas pelo engenheiro Alfonso Robelo, líder do Movimento Democrático Nicaraguense, ex-integrante da Junta de Governo, convertido agora em opositor feroz da revolução que até ontem dizia apoiar.

Robelo é um dos poucos empresários realmente fortes que há na Nicarágua. Tem um capital de uns 20 milhões de dólares... em sua maior parte fora do país. "Dentro do ambiente de camaradagem que havia nos primeiros meses — nos conta o comandante Bayardo Arce — algumas vezes lhe falamos que estávamos esperando algum gesto dele, alguma contribuição como fizeram outros empresários, a repatriação de uma parte de seu capital... Mas jamais houve um gesto nesse sentido". Não é verdade, por outro lado, que os interesses em-



O fim do somozismo: no chão

presariais de Robelo só estivessem afetados pelo imposto de renda. Mas o que não deixa dúvidas é que em determinado momento Robelo se convenceu de que suas ambições políticas não tinham futuro.

O comandante sandinista acredita que foi nesse ponto que Robelo se prestou a colaborar com uma manobra articulada no exterior. E em maio, ao fazer coincidir sua renúncia com a de Violeta Barrios de Chamorro e do recém-designado vice-presidente do Conselho de Estado, o empresário da construção civil Francisco Cardenal, Robelo colocou o governo em um sério aperto (ver *cuadernos del tercer mundo*, nº 38).

Com que objetivo? "Não acreditamos — nos responde um membro do comando sandinista — que eles estejam tão iludidos a ponto de pensarem em uma regressão em nosso processo. Mas certamente estão interessados em que fiquemos onde estamos, ou que, na tentativa de cortar caminho, tropeçemos."

A tentação de "cortar caminho" e empreender uma radicalização acelerada — em momentos em que a iniciativa privada vacilava em apoiar a reconstrução, o

jornal *La Prensa* acirrava suas críticas e os dirigentes sandinistas mais destacados abandonavam o barco — foi com certeza muito grande.

As grandes massas nicaraguenesas teriam apoiado uma “linha dura”. Milhares de nicaragueneses saíram espontaneamente às ruas para pedir o paredão de fuzilamento para os que assassinassem alfabetizadores. O grito “Robelo e Somoza são a mesma coisa” rapidamente se tornou popular e as milícias fizeram uma queima simbólica de exemplares do *La Prensa*.

Sandinino ontem, hoje e sempre

Mas aí estava a armadilha. Os objetivos dos planos desestabilizadores que atualmente são desenvolvidos na Nicarágua são, precisamente, fomentar as divisões, estimular a fuga de capitais e de quadros técnicos, criar condições propícias para um “cordão sanitário” de isolamento internacional e obrigar o governo a adotar medidas repressivas, para justificar suas denúncias de que “uma tirania foi substituída por outra”.

A toda provocação, a FSLN responde: “Sandino ontem, Sandino hoje, Sandino sempre”. São as três revoluções simultâneas das quais fala o comandante Jaime Wheelock: libertação nacional, democracia, progresso social. É difícil distinguir onde começa uma e termina outra.

O pluralismo foi mantido, com a incorporação à Junta de Governo de duas prestigiadas personalidades “moderadas”, Ernesto Cruz e Rafael Córdoba Rivas. O Conselho de Estado continuou funcionando (e o próprio partido de Robelo terminou se incorporando, sob o risco de ficar à margem da vida política), se restabeleceu o diálogo com a iniciativa privada — sem intermediários políticos — e a Igreja como instituição reiterou seu apoio ao processo por intermédio de sua mais alta personalidade, Monsenhor Obando y Bravo, cujas inclinações pessoais o situariam provavelmente entre os conservadores em qualquer região menos agitada do mundo.

Tudo isso tem uma grande importância para a Nicarágua. Mas também tem repercussões internacionais. E os sandinistas estão muito conscientes de que os olhos da América Latina estão voltados para eles.

O “modelo” sandinista

Mas, afinal de contas, para onde vão os sandinistas? O Programa de Reativação Econômica em Benefício do Povo, elaborado pelo Ministério do Planejamento em consulta com a iniciativa privada e organizações populares e aprovado oficialmente pela Junta de Governo e pela Direção Nacional da FSLN define com precisão o *modelo*: trata-se de criar a *Nova Economia Sandi-*

nista mediante um processo de transformação “popular, democrático, gradual e nicaraguense”.

Entre as metas figuram o crescimento da produção, a redistribuição da renda e a democratização do aparelho estatal (em grande parte herdado do somozismo) mediante a participação das organizações populares. A economia é *mista*, mas claramente se define a Área de Propriedade do Povo (estatal) como “locomotiva da reativação” e fica explícito que o programa do atual “processo de transição” foi elaborado “assumindo uma perspectiva popular”.

Essa revolução tem, segundo o Programa de Reativação, quatro sujeitos históricos: o povo trabalhador, o governo, a empresa privada e a comunidade internacional. A “burguesia entreguista” que descapitaliza as empresas, foge com seus capitais para o exterior e boicota a produção, é caracterizada em todos os discursos como o inimigo dessa etapa. As regras do jogo estão traçadas e os empresários parecem tê-las aceito.

Os avanços conseguidos na mobilização do esforço e da criatividade popular são impressionantes. Dezenas de milhares de nicaragueneses estão vivendo, nas milícias populares, nos comitês de defesa, na organização feminina, de jovens e até de crianças, uma experiência cotidiana de participação na vida política.

(Roberto Remo) ●

A insurreição cultural

Cristina Canoura

A história da Cruzada Nacional de Alfabetização “Heróis e Mártires pela Libertação da Nicarágua” não começa nos primeiros dias de agosto de

1979, ao triunfar a guerra popular de libertação. Esse projeto nasceu muito antes, quando Carlos Fonseca Amador, estando na montanha e vendo seus compa-

nheiros ensinarem os camponeses a manejar as armas, lhes dizia: “E também ensinem-lhes a ler”. Essa palavra-de-ordem, assumida como compromisso nos momentos mais difíceis da luta guerrilheira, começou a tomar corpo e a adotar formas organizadas em fins do ano passado e começo deste.

Com uma porcentagem de 52% de analfabetos, herança de 45 anos de opressão, a alfabeti-



A alfabetização ligada à produção

zação não é vista na Nicarágua como um projeto relacionado à Revolução e paralelo a ela, mas sim que ela surge de sua própria essência e se coloca como objetivo prioritário dentro do Programa de Reconstrução Nacional e do Plano de Reativação Econômica para o ano de 1980.

Sem desviar recursos financeiros da produção, com um orçamento de apenas 20 milhões de dólares (em grande parte vindos da ajuda internacional, de governos e organismos privados) mais de cem mil alfabetizadores sob o lema "Punho para cima, livro aberto" se lançaram à "insurreiçao cultural".

Do ponto de vista administrativo, a Cruzada depende do Ministério da Educação e conta com o apoio de todas as divisões técnicas e administrativas deste. A Comissão Nacional de Alfabetização, presidida pelo ministro da Educação Carlos Tunnerman, traça as grandes linhas políticas com a colaboração de 18 organizações representadas: a Frente Sandinista, o exército, os camponeses, os sindicatos, a juventude, as mulheres e os ministérios da Educação, Bem-Estar Social, Saúde, Trabalho, Planejamento, Transporte e Interior. Esta mesma estrutura se repete a nível

departamental. Existe, além disso, uma Coordenação Nacional, à frente da qual está o sacerdote jesuíta Fernando Cardenal, designado para planejar a cruzada apenas 15 dias depois do triunfo revolucionário.

Foram estudadas as experiências de alfabetização em Cuba, Guiné-Bissau, Moçambique e outros países e se buscou o assessoramento de especialistas na matéria, como o professor brasileiro Paulo Freire. Depois começaram a se elaborar os materiais de apoio: cartilhas de matemática, cadernos de educação sandinista de leitura e redação e um guia do alfabetizador.

"Em cada canto libertado, um nicaraguense alfabetizado"

Com uma mística revolucionária que lembra a cada momento a guerra de libertação, milhares de adolescentes voluntários, quase crianças, provenientes das escolas secundárias públicas e privadas, junto com universitários e professores, partiram para o interior a fim de alfabetizar.

O censo prévio realizado em princípios do ano levantou dados assustadores: mais da metade dos nicaraguenses são analfabetos e em algumas zonas a porcentagem chega a 80%. Entre as crianças de 10 a 14 anos, o analfabetismo atinge 74% em certas zonas. E quatro de cada cinco analfabetos são maiores de 14 anos.

Além do treinamento pedagógico, os "brigadistas" (como são conhecidos os alfabetizadores) receberam treinamento de campo, por intermédio do Movimento Escotista, e noções de primeiros socorros e higiene, de maneira a poderem colaborar em tarefas também prioritárias como a campanha de erradicação da malária.

Duas estruturas a nível urbano são responsáveis pela tarefa de garantir que a alfabetização alcance também os centros de

trabalho, mercados e bairros populares. Trata-se das Milícias Operárias Alfabetizadoras (MOA) e os Alfabetizadores Populares (AP).

As primeiras estão implantadas em fábricas ou empresas, de acordo com as necessidades das mesmas, ou se transferem para cobrir vazios que possam existir nessa mesma área. "Produção e alfabetização, uma só operação", diz uma das palavras-de-ordem da Cruzada. E fiél a ela, a Central Sandinista de Trabalhadores assumiu o compromisso de manter o nível de produção em todos aqueles centros de trabalho onde parte do seu pessoal operário se voltou para o trabalho de alfabetizar: os que ficaram cobrem o trabalho dos que saíram.

Os Alfabetizadores Populares são donas-de-casa, empregados do Estado e todos aqueles que querem participar da campanha de alfabetização mas não podem ir para o campo ou para a montanha e passar vários meses lá.

Os Comitês de Defesa Sandinista e as organizações de massas cumprem nesse terreno um papel fundamental ao já disporem de uma estrutura de funcionamento que permite ter uma clara visão das necessidades em cada lugar e centralizar a disponibilidade de alfabetizadores.

Ao reencontro com a história

Alternando as tarefas educativas com o trabalho produtivo próprio de cada região, estes jovens alfabetizadores se lançaram também à conquista da história. Visando criar um grande Museu da Cruzada, os brigadistas se transformaram em arqueólogos e coletores das tradições nacionais, recopilando lendas, cantos populares, relatos folclóricos; pesquisando para detetar possíveis tesouros arqueológicos ou jazidas minerais; recuperando a história oral da Guerra de Libertação Nacional. ●

Por uma África livre

O presidente angolano explica como a independência do Zimbabue incidiu no contexto africano, analisa a situação na Namíbia e define as metas do MPLA-Partido do Trabalho para completar a libertação de sua pátria

Altair L. Campos



O dirigente angolano

José Eduardo dos Santos, 39 anos, presidente da República Popular de Angola, chegou à chefia do Estado após a morte de Agostinho Neto, por indicação unânime do Comitê Central do Movimento de Libertação de Angola – Partido do Trabalho. O presidente foi militante e combatente no MPLA pela libertação da dominação colonial portuguesa. Engenheiro especializado em petróleo e comunicações, José Eduardo dos Santos aborda não só importantes temas do processo revolucionário angolano, como também analisa a libertação do Zimbabue e a luta do povo da Namíbia pela independência.

Presidente, na sua opinião qual a repercussão da independência do Zimbabue em relação à África Austral?

— A independência do Zimbabue representou, em primeiro lugar, um grande triunfo para o seu povo e, em segundo lugar, ela foi também uma grande vitória para todos os países da Linha da Frente que, durante longos anos, não pouparam esforços para dar o seu apoio efetivo, tanto no plano material como no plano logístico e diplomático, aos combatentes da Frente Patriótica. Essa vitória teve repercussões tão positivas na África Austral que ela veio estimular todos os outros povos que, nessa zona de nosso continente, se encontram ainda em luta contra a dominação colonial e racista.

A que ponto vai esse incentivo?

— Um elemento fundamental foi a brilhante vitória da Frente Patriótica, que veio demonstrar que um povo organizado e decidido a lutar de armas na mão pode vencer os seus inimigos por mais

fortes que eles sejam. Essa lição é importante não só para os combatentes na Namíbia e da África do Sul, que neste momento ainda travam uma luta extremamente difícil, mas também para aqueles que, nesses países, teimam em manter os regimes de dominação e opressão.

O senhor acredita então que, a partir de agora, haja um maior apoio da África, em geral, ao novo país independente, como também à Namíbia e ao povo da África do Sul?

— A vitória da Frente Patriótica veio despertar uma maior consciência nos países africanos no sentido de preservar a unidade de todas as forças progressistas, de forma a levar ao povo do Zimbabue um apoio moral, diplomático e político nessa nova fase da sua luta para a edificação de uma nova sociedade, soberana e independente. Assim, os países da Linha da Frente, nesse contexto, têm feito os maiores esforços para ajudarem o novo governo de União Nacional do Zimbabue a consolidar as vitórias já alcançadas. Isso permitirá que esse governo possa de fato edificar, no quadro da Unidade Nacional, as tarefas de reconstrução nacional, como também um Zimbabue forte, próspero, que traga a felicidade para as massas populares do país.

A libertação da Namíbia

E quanto à Namíbia e à África do Sul?

— Essa vitória do povo do Zimbabue e os esforços que os países da Linha da Frente têm desenvolvido para que se estabeleçam, de fato, a paz e a estabilidade na África Austral, leva-nos agora a pensar de forma mais objetiva no problema da Namíbia. Não há dúvida que as eleições realizadas no

Zimbabue vieram demonstrar que é possível encontrar soluções pacíficas e justas para os problemas complicados em que estão mergulhadas as partes em conflito armado, desde que haja um empenho sincero dos dois lados. E, por isso, nós pensamos que também a Namíbia, no quadro do Plano das Nações Unidas para o Processo de Independência do país, poderá encontrar as bases para que as partes interessadas e envolvidas no conflito possam dar passos concretos no sentido de se chegar ao fim das confrontações armadas que se verificam neste momento entre o povo da Namíbia e o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente o território namibiano.

Libertar a África Austral

Qual é a verdadeira razão desse conflito armado?

— O povo da Namíbia conduz uma luta justa, pela defesa dos seus interesses legítimos, dos seus direitos à independência, à liberdade e à soberania. Direitos aliás reconhecidos pela Organização das Nações Unidas. E nesse contexto, a República Popular de Angola, como membro da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana e, portanto, como parte integrante da Comunidade Internacional, condena o *apartheid* e a ocupação ilegal do território namibiano por parte do regime racista da África do Sul, assumindo com responsabilidade o seu dever de país integrante da Comunidade Internacional, que luta pela defesa dos direitos inalienáveis dos povos de escolherem o seu próprio destino.

Dai o apoio à Swapo de Sam Nujoma... E quanto a outros Movimentos de Libertação africanos?

— Nós temos prestado auxílio ao povo da Namíbia através da sua organização de vanguarda, a Swapo, a única organização, aliás, que conduz uma luta efetiva, tanto no plano militar como no plano político e diplomático, para que a Namíbia se torne de fato um país livre e independente.

Mas nós não oferecemos a nossa solidariedade só aos Movimentos de Libertação da África Austral, isto é, aos movimentos de libertação que conduzem a luta na Namíbia e na África do Sul. Nós temos dado igualmente apoio político, diplomático e até material a vários Movimentos de Libertação que conduzem lutas justas pela sua independência, tanto no continente africano, como fora dele. Não é demais recordar que nós, durante a luta do povo do Zimbabue, por exemplo, demos apoio material, político e diplomático aos camaradas da Frente Patriótica e, neste momento, temos levado o nosso apoio aos combatentes de Timor-Leste, aos combatentes do Saara Ocidental, aos combatentes da Organização para a Libertação da Palestina e também de outras organizações que

conduzem de fato lutas justas pela liberdade e pela independência dos seus respectivos povos.

O MPLA

Presidente, o que é hoje o MPLA?

— O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi uma organização que congregou as largas massas camponesas e operárias, e também as largas camadas patrióticas da nossa sociedade, compostas por intelectuais revolucionários, por empregados dos diferentes serviços públicos, independente da sua origem social, da sua classe ou do credo religioso, na luta pela independência nacional. Foi portanto, um amplo movimento implantado no seio das massas populares, e que iria suportar durante vários anos uma luta de guerrilhas em condições difíceis, para que nosso país se libertasse de fato da ocupação colonial portuguesa.

E após a independência?

— Com a proclamação da nossa independência, foi realizado o objetivo traçado pelo MPLA. Em seguida, era necessário continuar a lutar pela realização do seu programa máximo, uma vez que o programa mínimo previa como objetivo a conquista da independência nacional. Ora, para alcançar os novos objetivos traçados, isto é, para realizar o programa máximo, do então MPLA, era preciso que este largo movimento se adaptasse às novas condições de luta, uma vez que só um partido de classes poderia conduzir a luta para a implantação de um Estado Democrático e Popular, caminhando para a construção de um socialismo científico.

E surge o 1º Congresso...

— Assim, durante o 1º Congresso do MPLA, foi tomada a decisão de transformar o nosso Movimento em Partido do Trabalho, orientado pela teoria marxista-leninista. E para a materialização dessa decisão, foi também programado um amplo movimento de retificação da estrutura do MPLA-Movimento, a fim de selecionar dos seus membros aqueles que reunissem condições para integrar as fileiras do Partido.

E qual foi o passo seguinte?

— Paralelamente a esse trabalho de retificação, foi também decidido desenvolver um trabalho de ampliação e consolidação das organizações de massa que naturalmente integrariam todos os cidadãos angolanos, independente da sua classe, das suas opiniões políticas e das suas crenças religiosas. E assim foram desenvolvidos grandes esforços no sentido de se organizarem os principais sindicatos dos ramos de atividade, tarefa que culminou, naturalmente, com a consolidação da nossa

central sindical que é a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Por outro lado, também se reestruturou e consolidou a Organização das Mulheres Angolanas, e temos dado passos muito importantes na organização das Uniões Provinciais de Camponeses, que deverão agrupá-los em cooperativas ou em associações de camponeses, que são as Associações de Produção. Essa tarefa terminará, evidentemente, com a criação da União Nacional dos Camponeses Angolanos.

Num projeto desse nível, há sempre o perigo de manipulação, de desvios. Por melhores que sejam as intenções, quais as garantias reais de que seja cumprido o objetivo original?

— Em todas essas organizações de massa, trabalham membros do nosso partido, o que garante a aplicação das orientações do Congresso e das decisões do Comitê Central e de outros órgãos dirigentes do nosso partido. E essa garantia é exercida através da influência que esses membros do nosso partido exercem nas organizações de massa pelo seu dinamismo na realização das tarefas, tanto no campo da produção como no campo da superação cultural, através, por exemplo, das campanhas de alfabetização. É isso se passa ainda no campo da superação técnica e da educação política e ideológica dos membros dessas organizações de massa. E assim se estabelece não só a ligação entre o partido e as organizações de massa, mas também fica garantida a transmissão das orientações, das decisões do nosso partido e do nosso governo a todas as organizações de massa, uma vez que o nosso partido de vanguarda é a força dirigente de toda a nossa sociedade.

E dentro do MPLA-Partido do Trabalho, como se processa a ligação entre os diversos escalões?

— Como claramente se poderá deduzir, há uma ligação estreita entre o Partido e as massas populares através das Organizações de Massa. Nós temos as próprias estruturas do Partido que estão montadas conforme os princípios de organização estabelecidos pelo MPLA-Partido do Trabalho. Os Princípios da Produção, por exemplo. Nós organizamos as nossas células nos centros de trabalho. As células seguem-se os comitês de local de trabalho, os comitês de setor, que se situam em determinadas áreas geográficas. E temos os comitês municipais e os comitês provinciais, que dirigem a atividade do Partido também em determinada área geográfica de escalão superior. Todo esse trabalho de edificação partidária foi realizado como disse antes, através de um processo de retificação das estruturas do MPLA como Movimento. Caso contrário, não estaríamos fazendo um balanço do trabalho desenvolvido.

Quais são os avanços registrados na implantação do Poder Popular?

— Uma tarefa importante que ainda teremos que realizar neste ano é a implantação do Poder Popular, e, conseqüentemente, a criação da Assembleia do Povo. Como bem definiu o guia imortal da nossa Revolução, o saudoso presidente Agostinho Neto, nós não pretendemos criar uma sociedade conduzida por uma elite de políticos ou de diplomatas. Pretendemos, sim, garantir o exercício do poder pelas massas populares.

Pressões imperialistas

A República Popular de Angola continua sendo um dos alvos principais dos ataques imperialistas, externa e internamente...

— Evidentemente, os inimigos do nosso povo não aceitam as nossas opções políticas e ideológicas, e, por isso, temos sido vítimas de ataques, tanto no plano militar, como no plano diplomático. Um exemplo são os constantes ataques armados do regime racista da África do Sul contra o nosso país, através do território da Namíbia. Temos lembrado várias vezes que o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente a Namíbia, criou um instrumento dócil... É o grupo fantoche Unita. Pretória o financia, arma, municia e infiltra seus mercenários no nosso território, através da nossa fronteira sul, para desestabilizar a vida pacífica das populações que estão neste momento empenhadas na realização das tarefas programadas pelo nosso partido para a reconstrução nacional. E esses ataques vêm sempre acompanhados no plano internacional de uma campanha de propaganda mentirosa, difamatória, contra a República Popular de Angola, contra o seu governo, contra o seu partido e contra os seus dirigentes, com o objetivo de criar uma falsa imagem do que se passa de fato no nosso país.

E qual tem sido a atitude da República Popular de Angola?

— Nós temos convidado jornalistas e entidades estrangeiras a visitarem a República Popular de Angola para constatarem *in loco* quais foram os sucessos registrados na edificação da nova sociedade e da criação do novo homem.

Qual é o objetivo estratégico do imperialismo?

— O imperialismo teme, evidentemente, que este povo, unido em torno do seu partido de vanguarda, possa realizar com êxito o programa do nosso partido e construir a sociedade socialista que trará a solução para os graves problemas que herdamos da sociedade colonial. ●

“Nem paternalismos, nem hegemonias”

Após um giro por vários países africanos, em fins de 1980, o chanceler brasileiro foi entrevistado por *cadernos do terceiro mundo* a fim de que nossos leitores conhecessem a sua avaliação dos resultados dessas visitas

Clóvis Sena

O chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro declarou que o Brasil rejeita ajudas paternalistas, atitudes hegemônicas, pois seria absurdo pensar que se pretenda desenvolver com a África um tipo de cooperação que ele próprio rejeita. Se os países africanos têm aceito e se propõem a desenvolver as relações de cooperação com o Brasil, é porque ambos os lados reconhecem vantagens nessa cooperação.

O ministro do Exterior brasileiro disse que o Brasil não pretende servir de instrumento para meras triangulações, assim como não se propõe a alijar dos mercados quem quer que seja. E explica mais: não há um diálogo político com a África do Sul que permita ao Brasil intervir diretamente junto a Pretória para a solução da questão namibiana ou para encaminhar qualquer outro tema político.

Poderia nos fazer um balanço de sua missão na África?

— A missão à África obedeceu à diretriz presidencial que atribui prioridade ao relacionamento do Brasil com os países africanos. Meu objetivo foi, em primeiro lugar, manter contato pessoal com as autoridades da Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola e delas ouvir, diretamente, suas opiniões sobre a situação regional, sobre as relações com o Brasil etc. As trocas de idéias em todos os países visitados proporcionaram, sem dúvida, um melhor conhecimento recíproco e, assim, reforçaram o grau de confiança mútua. Outro objetivo da missão foi passar em revista o que já existe em matéria de cooperação econômica, comercial, técnica, cultural, verificar novas oportunidades de trabalho conjunto. Também esse objetivo foi alcançado, identificando-se novos caminhos



Guerreiro com Nyerere (Tanzânia)

para o fortalecimento das relações do Brasil com aqueles países. O balanço geral da missão foi positivo.

Que impressão lhe deixou o contato com os governantes africanos?

— Os contatos com todos os governantes visitados foram caracterizados por um profundo grau de franqueza, cordialidade e descontração. Foram exatamente esses atributos que permitiram um melhor conhecimento de parte a parte, uma melhor compreensão dos problemas, opiniões e posições respectivas. Fui recebido por todos esses governantes de forma calorosa. Isso muito me sensibilizou e revela o grau de interesse que têm no Brasil e nas coisas brasileiras. Esse interesse é recíproco.

Paternalismo e hegemonia

Em certos setores brasileiros afirmava-se que era possível desenvolver o comércio com as ex-colônias portuguesas sem levar em consideração o contexto ideológico dos seus governos. Referindo-se expressamente a essas relações econômicas, o presidente Samora Machel frisou que Moçambique quer uma cooperação entre iguais e não uma ajuda paternalista. Outros governos sustentaram posições semelhantes. O senhor crê que, à luz dessas opiniões, a política comercial brasileira para a África tem alguma retificação a fazer?

— O Brasil, tal como os países africanos, rejeita ajudas paternalistas, enfim, atitudes hegemônicas. Seria, pois, absurdo pensar que o Brasil pretenda desenvolver com a África um tipo de cooperação que ele próprio rejeita. Se os países africanos têm



O chanceler brasileiro com Mugabe, do Zimbábue: vantagens na cooperação bilateral

aceito e se propõem a desenvolver as relações de cooperação com o Brasil, é porque ambos os lados reconhecem vantagens nessa cooperação. Conforme já ressaltai em outras oportunidades, os países visitados sabem muito bem onde estão seus interesses. Isso se aplica, também, naturalmente, às relações comerciais. Se o Brasil apresenta a possibilidade de ser um mercado adicional ou opcional para os países africanos, o fato é de seu interesse, assim como é do interesse brasileiro. É dentro desse espírito que se tem desenvolvido o comércio entre o Brasil e a África. Não há qualquer retificação a fazer.

Ainda nesse campo, uma das preocupações constantes que se nota nos Estados africanos progressistas é que o intercâmbio com outros países do Terceiro Mundo não seja uma mera triangulação, isto é, a compra indireta de produtos, tecnologia e serviços das grandes potências industrializadas, através de vendedores — o Brasil inclusive — que seriam meros intermediários. Considera que essas advertências também se ajustam às exportações brasileiras? E, nesse caso, o que poderia fazer o governo do Brasil para corrigir essa situação?

— A resposta a essa pergunta está contida na anterior. Não há nada a ser corrigido na política comercial brasileira com relação à África. Cabe apenas criar maiores facilidades e estimular o trabalho dos operadores econômicos oficiais e privados. O Brasil não pretende servir de instrumento para meras triangulações, assim como não se propõe a alijar dos mercados quem quer que seja. A circunstância de a ecologia de certas áreas africanas ser semelhante à nossa, o fato de já se terem desenvolvido no Brasil tecnologias facilmente adaptáveis às condições climáticas e ao estágio de desenvolvimento africano são, sem dúvida, elementos que tornam nossos produtos e serviços atraentes a países em condições semelhantes. O comércio Brasil-África é efetuado por empresas estatais ou

privadas da mesma forma como se realiza com o resto do mundo. O Brasil exporta produtos e serviços totalmente nacionais ou com altíssimo percentual de valor agregado brasileiro. Alargando um pouco a questão, deixo bem claro que o Brasil não pretende nem quer o papel político de mediador entre os países industrializados e o Terceiro Mundo, assim como, no plano econômico, o de mero intermediário e de ponte para interesses de terceiros países. O Brasil fala e age por si mesmo.

Foi bem recebido na África o incondicional apoio brasileiro à independência da Namíbia. Por apoiar esse princípio, Angola tem sido vítima de brutais agressões sul-africanas. O Brasil mantém relações diplomáticas e econômicas com o governo de Pretória, que ocupa a Namíbia e ataca Angola. Existe no Itamarati alguma iniciativa concreta, a nível diplomático, em apoio à independência e para deter a guerra da África do Sul contra Angola?

— O apoio brasileiro à causa da Namíbia é conhecido e tem se desenvolvido há anos e de forma invariável em todos os foros multilaterais. Nada mais fizemos, durante a viagem à África, do que reiterá-lo. Da mesma forma, o Brasil tem se solidarizado com Angola pelas agressões sofridas em função de seu apoio à causa da independência da Namíbia.

Quanto ao relacionamento do Brasil com a África do Sul, ele se limita ao fato de mantermos relações diplomáticas e comerciais, em nível de encarregado de negócios e para fins políticos. Não há, na verdade, um diálogo político entre os dois governos que permita ao Brasil intervir diretamente junto a Pretória para a solução da questão namibiana ou para encaminhar qualquer outro tema político. Alguns governantes africanos visitados chegaram a levantar essa hipótese, mas logo concluíram, após a exposição que lhes fiz do estado atual de nossas relações com a África do Sul, que ela seria inviável. ●

“A revolução da Nicarágua é um exemplo”

Poucos meses antes de morrer, em circunstâncias ainda não esclarecidas, o dirigente panamenho revelou a sua participação nos bastidores da luta contra o somozismo e fez uma avaliação dos resultados obtidos por ele na sua luta pelo controle do Canal do Panamá



Torrijos: morte não esclarecida

Na extensa entrevista exclusiva que concedeu a cadernos do terceiro mundo, no Rio de Janeiro, o general Torrijos quebrou um longo silêncio e revelou alguns episódios desconhecidos da época da guerra na Nicarágua, confirmando que sofreu pressões para deixar de ajudar a Frente Sandinista. E fez uma confidência: seu próprio filho, Martín, esteve na Frente Sul.

Falou, também, extensamente, sobre o papel das forças armadas panamenhas na vida do Estado e analisou a experiência da Guarda Nacional, que ele lidera, para tirar algumas conclusões que considera válidas para as outras nações do continente.

De seu quarto de hotel com vista para a avenida Atlântica, reiterou sua confiança na década de 80 por considerá-la mais auspiciosa para os povos latino-americanos, cujo processo de emancipação considera “irreversível”.

Os militares e o poder

Poderia avaliar a situação no seu país desde que o sr. proporcionou a entrega do governo aos civis? Como vê o momento atual?

— Tínhamos dois objetivos fundamentais na revolução de 68. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considerei que esses objetivos tinham sido atingidos. Assim, quando o mundo político interno panamenho julgava, equivocadamente, que as forças armadas estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no poder, surpreendentemente para eles, nós nos afastamos. Em política, como em ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar “ligeiramente

grávida”. Assim, nós decidimos não ficar.

As forças armadas atualmente garantem a vigência da Constituição para que uma nova ordem política funcione. Introduzimos algo novo: os três poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo — atuam com independência mas mantêm-se em comunicação com as forças armadas. Estabelecemos esse artigo constitucional para evitar que as forças armadas irrompam com armas, canhões e fuzis na vida pública. Trata-se de um princípio constitucional novo e real. A América Latina está cheia de constituições que dizem que as forças armadas são essencialmente obedientes e alheias ao poder político, respeitando a Constituição e a independência dos poderes. Mas, de fato... os militares estão dentro do cenário político. E quando entram em cena, fazem-no com botas e não com votos. Ficou claro?

Naturalmente.

— As forças armadas, em geral, estão despolitizadas. Usam o critério de que o país pode ser governado sob os parâmetros de uma Divisão e de um Regimento. No Panamá, demos-lhes uma nova definição: as forças armadas são obedientes ao poder político, mas têm também uma missão: fazem parte de um plano de desenvolvimento.

Os oficiais, tenentes, capitães, majores etc., têm cursos de formação política com orientadores de todas as tendências.

Orientadores, como?

— Militantes de todos os partidos que vão dar cursos de política às forças armadas. Vão os conservadores, a ultraesquerda, a ultradireita, os liberais, todos. Assim, as forças armadas vão formando sua própria personalidade.

O papel das forças armadas

Isso é particularmente renovador na América Latina. E, nesse contexto, como situaria o "modelo peruano"?

— As forças armadas também devem fazer prevalecer os valores humanitários. Elas devem contribuir para o desenvolvimento. E gostaria de destacar uma diferença em relação ao caso do Peru: nós, no Panamá, não irrompemos na vida pública como "o governo das forças armadas". Só havia um coronel ministro, na pasta da Agricultura.

Logo depois de assumirmos o poder, recrutamos a juventude mais talentosa, de diferentes procedências (esquerda, direita, centro) e fomos forjando uma nova geração de dirigentes. Sabíamos quem era quem. Por quê? Porque durante muito tempo tínhamos sido requisitados para reprimir essa juventude. Na repressão, na luta, começamos a valorizar a qualidade do "inimigo", nesse caso, esses jovens. Eles próprios se surpreenderam quando mandamos chamá-los.

Pode-se dizer que as forças armadas praticamente se limitaram a dar apoio aos planos de desenvolvimento que eles elaboraram. E, nesses anos, levantamos o país. Levantamos sua economia. Convertimos uma caricatura de país numa nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de escolas. Demos ao povo um novo conceito de saúde. Colocamos a saúde não como a ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá apareceu. Demonstramos ao mundo que não íamos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.

Estive, há muitos anos, com o general Velasco Alvarado. Disse-lhe que acreditava na sua liderança, que acreditava na sua Revolução mas não acreditava que essa Revolução pudesse ser conduzida, exclusivamente, por um único setor da sociedade, o setor uniformizado. Manifestei-lhe minha opinião no sentido de que devia ir incorporando todas essas gerações formadas em San Marcos, em La Molina — e cito essas duas Universidades porque são um ponto de referência no desenvolvimento da América Latina. Nossos primeiros técnicos agrônomos formaram-se em La Molina, a universidade tecnológica peruana.

Nenhuma sociedade suporta um governo setorial. Nem só de padres, nem só de jornalistas, professores ou militares. Porque nesses governos não há intercâmbio, não há confrontação de idéias. Não há criatividade.

Comandante, e o Canal do Panamá? Como anda o cumprimento dos Tratados?

— Nós conseguimos incorporar a Zona do Canal à geografia da dignidade nacional, sem qualquer custo social. Mas para isso, tínhamos que estar preparados para pagar algum preço.

Qual?

— O da paciência. No entanto, eu estava preparado para tirá-los todos à bomba.

Acha que podia fazê-lo?

— Não teria sido político, mas havia condições. O Canal é totalmente indefeso. Tão indefeso como uma criança recém-nascida. É uma obra para a paz, para o comércio, para o intercâmbio, para fins pacíficos. É indefensável. E nada teriam podido fazer contra a vontade dos nativos, dos panamenhos.

E os norte-americanos se conduziram corretamente no cumprimento dos Tratados? Criaram dificuldades?

— As dificuldades previstas. Ninguém perde com boa vontade tantos privilégios...

Além do problema em si da recuperação da soberania, existe o aspecto econômico. O que significou, nesse campo, o acordo do Canal?

— O objetivo da luta era a soberania. Mas a soberania também é rentável. Antes do Tratado, o Panamá recebia só dois milhões de dólares por ano do total da renda do Canal. Nosso governo recusou-se a continuar recebendo esse dinheiro para mostrar ao mundo que não estávamos alugados mas sim ocupados. Era uma ocupação *de facto* e não se paga a quem está sob ocupação. Mas, este ano, já recebemos 74 milhões de dólares em dinheiro pela renda do Canal, como consequência dos Tratados.

Imagino quanto dinheiro o Panamá tenha perdido...

— É isso. Estávamos ocupados. O Canal é uma fonte de receita por seus aspectos colaterais como serviços, portos, aeroportos, alfândega. É a área mais comercial do mundo. Uma cintura estratégica onde o oceano Pacífico e o oceano Atlântico se dão um beijo de 80 quilômetros de extensão.

As eleições

Houve eleições recentemente no Panamá. Como o sr. as viu do seu gabinete de comando da Guarda? ?

— Nenhuma eleição é inteiramente ordeira. Tem algum componente carnavalesco nela. Um carnaval pátrio, patriótico. Estavam em jogo 19 posições para legisladores. O partido do governo, Partido Democrático Panamenho, ficou com 10. E a oposição ficou com nove. Foi uma boa votação. Uma lição de exercício democrático.

Não se estava pondo em jogo o governo. Minha pessoa não estava sendo testada.

Pela primeira vez, o Partido Comunista elegeu um representante. Isso é bom, porque se a esquerda tem expressão numa Assembléia, ela não se vê obrigada a recorrer a instâncias clandestinas, como no passado.

Na América Central, as forças armadas têm tradição golpista. O senhor crê que isso esteja totalmente superado no Panamá?

— Sim. Esse processo fez-nos superar essa tradição. Ao tomar parte num plano de desenvolvimento, as forças armadas não têm que recorrer à violência.

A “Escuela de las Américas” hoje

Existe um aspecto muito curioso nisso tudo. As forças armadas panamenhas que estão do lado da Zona do Canal optam por posições independentes com relação às escolas norte-americanas que ali funcionam. Como explica isso? Só pela presença de um líder carismático como o general Torrijos? Ou é algo mais do que a figura do líder o que impulsiona a mudança?

— Não, não é por personalismo. É pela ocupação. Um país ocupado é um país ressentido. E nós estávamos ressentidos porque o comando sul, que está na Zona do Canal, sempre nos utilizava como primeira linha de combate contra nosso povo. Foi-se criando uma outra mentalidade. Eles tentam “coca-colizar” as pessoas. Tirar-lhes a identidade. Mas agora estão vendo que a coisa está escapando de suas mãos.

Como definiria a atual relação?

— Creio que os norte-americanos estão aprendendo no comando sul mais de nós do que nós deles. Nas forças armadas dos Estados Unidos está havendo mudanças significativas.

Essas mudanças refletem-se nos conteúdos das Escolas do Canal ou, ao contrário, a carga ideológica ali continua sempre a mesma?...

— Não, também muda. A *Escuela de las Américas* está mudando. A ponto de alguns países do Cone Sul de nosso continente não mandarem mais alunos porque dizem que são escolas subversivas.

Excessivamente liberais?

— Sim. Falam de Direitos Humanos. Mas principalmente porque agora existem instrutores panamenhos e nós estamos imprimindo nossa personalidade à *Escuela de las Américas*.

Isso, a partir dos Tratados?

— Sim. Mas dentro de cinco anos, de acordo com os Tratados, a *Escuela* desaparecerá. Devo dizer que não há nenhuma escola má. O que há são maus produtos. Maus programas.

A vitória da Nicarágua

Foi muito importante o papel do Panamá na luta do povo da Nicarágua. Como o descreveria, o senhor que esteve dentro dos momentos decisivos?

— A geografia política da América Central tinha chegado a uma hora de mudança. As forças armadas tinham estado no poder por muito tempo. Já não era possível manter essa situação. O Pentágono e a Casa Branca compreenderam isso e começaram a tirar o respaldo, a negar a paternidade dessas mesmas forças armadas. As mudanças vêm com mais violência onde há mais fascismo. A resposta ao fascismo é a violência.

A juventude da Nicarágua — que nunca renunciou à luta — organizou-se em três ou quatro frentes, conseguiu que Daniel Oduber (então presidente da Costa Rica) lhe desse um “santuário”; e deuse a coincidência de que em três países da área estivessem convivendo no governo Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Daniel Oduber e Omar Torrijos.

Quer dizer, três presidentes com bastante sensibilidade para identificarem-se com a luta do povo nicaraguense.

— E também, depois, Rodrigo Carazo, quando mudou o governo na Costa Rica. Ele teve uma atitude corajosa. Viveu a fase culminante da luta.

E a contribuição do povo: 50 mil mortos. Apesar desse custo social, foi a Revolução mais serena e mais ajuizada. Quando todos pensavam que a juventude sandinista ia radicalizar, eles atuaram de forma totalmente diferente, fazendo uma revolução com habeas-corpus. Você imagina isso?

Dizem que existem pressões fronteiriças sobre o governo da Nicarágua. É verdade?

— Sim, há pressões. A revolução nicaraguense não está sendo exportada. Mas é um exemplo. E os exemplos são imitados. A revolução, particularmente na Nicarágua, ainda corre um certo grau de perigo, se as coisas não mudarem em Honduras, se não mudarem em El Salvador e na Guatemala. Pode-se viver com um vizinho hostil, mas dormir, não se pode.

El Salvador se “libanizou”

Então, acredita que o destino da revolução nicaraguense corre paralelo ao do povo centro-americano em seu conjunto?

— Aquilo que ocorre nesses países vizinhos, particularmente em El Salvador e Guatemala é bastante determinante. Atualmente, El Salvador tem uma violenta luta de classes, com a diferença de que, agora, os dois lados estão armados. E com um agravante: nenhum dos dois — nem o setor governante e as forças armadas, nem a esquerda — têm liderança suficiente para ordenar o cessar-fogo.

O que existe é uma criminalidade patológica. E não seria estranho que uma intervenção se fizesse necessária, nem da OEA (Organização dos Estados Americanos) nem do Pacto do Rio de Janeiro, mas das Nações Unidas, para ordenar esse cessar-fogo. Uma força militar. Porque a situação se agravou tanto que El Salvador se “libanizou”.

Acredita que a esquerda salvadorenha tenha avançado em seu processo unitário?

— Na esquerda salvadorenha nota-se um maior grau de organização e um maior desejo de diálogo. O Panamá tem servido de intermediário para um diálogo com as forças armadas.

Que tipo de diálogo?

— Somos intermediários para que eles conversem. Para que cada um se dê um espaço. Em política, há uma palavra-chave: espaço. É incrível a capacidade que eles demonstraram para se entenderem.

O Panamá não pode recusar-se a ter um papel. Servimos de orientadores, porque a juventude militar, a jovem oficialidade de certas forças armadas da América Central tem confiança na guarda do Panamá. E os grupos de esquerda também. Por essa capacidade de diálogo que demonstraram, estamos conseguindo inverter a ordem das coisas: em vez de lutarem à bala, que conversem; que a esquerda entenda que as forças armadas existem; e que as forças armadas entendam que a esquerda também existe.

Que os militares entendam que não há poder de fogo que possa silenciar uma revolução. Que a esquerda entenda que apesar de a revolução poder ser feita sem as forças armadas, o custo social que ela, a esquerda, tem que pagar é muito alto: quando se chega à vitória, a única coisa que se garante é um *black-out* da liderança, porque os grandes dirigentes foram mortos. É o caso da Nicarágua. Hoje não são mais de 40 ou 50 rapazes que estão à frente do processo. E o maior problema que enfrentam agora é a escassez de quadros.

“Tiremos todos as mãos”

Estávamos no México quando se deu a vitória na Nicarágua. Houve alguns momentos, nos meses anteriores à tomada do poder, em que parecia imi-

nente que o Pentágono e os amigos de Somoza poderiam provocar uma intervenção. E que essa intervenção poderia também estender-se ao Panamá. Existiu realmente esse perigo?

— Sim, houve esse perigo. O comando sul foi reforçado. Os vôos se intensificaram. O Panamá teve fortes e prolongadas discussões com o Departamento de Estado. Carlos Andrés Pérez, Carazo e o Panamá, conseguiram que eles compreendessem que o processo era irreversível. O próprio Carter me chamou por telefone, dizendo-me que tinha tirado as mãos da América Central,

E o que o sr. respondeu?

— Que as tirássemos todos.

Assim, com essas mesmas palavras?

— Assim mesmo. Mas ele não é prepotente. Depois, conversamos muito. Chamou-me uma vez às cinco da manhã. Carlos Andrés Pérez e eu tínhamos planejado uma operação. E, por causa dessa conversa, Carter ficou incluído no plano.

Carter, Carlos Andrés Pérez e o senhor?

— Sim, sim. E quando alguém faz um plano com a Casa Branca, a coisa tem que sair bem. Os aviões já não precisam voar a 100 metros de altura. Não têm que voar rasante, os radares os guiam. Isso é uma mudança.

A revolução na Nicarágua teria sido feita com ou sem Carter. Mas acho que o número de mortos teria sido muito mais significativo sem Carter.

Houve momentos difíceis. Carazo me chamava e dizia: “Omar, a luta está perdida”. Era impressionante o número de mortos que voltava da frente sul. Era impressionante a criminalidade da Guarda Nacional. Mas igualmente impressionante, era a valentia dessa geração sandinista, sem armas, mal-equipada, maltreinada..

Nós sabíamos que quando se desafia um ditador de 45 anos de poder e com tantos milhões de dólares, tem que ser para ganhá-lo. Se perdéssemos, as consequências poderiam ser fatais para a Costa Rica e para o Panamá.

Foi só quando Carlos Andrés Pérez colocou componentes da força aérea venezuelana na Costa Rica e no Panamá, que nós nos sentimos mais tranquilos.

Uma reunião histórica

O Panamá também teve um papel ativo no processo de unificação interna das correntes sandinistas.

— Na casa de campo da guarda, em Rio Hato, uma antiga base militar, poucos meses antes do triunfo na Nicarágua, reunimo-nos com todos os

grupos sandinistas, para unificar os critérios. Terminamos com uma ceia. Havia quatorze comandantes. Dos quatorze, mataram quatro. Cada vez que um desses rapazes morria, minha alma se despedaçava.

Uma vez contei essa história a Gabriel García Márquez. Sentados, os dois à mesma mesa, eu lhe dizia: "Aqui estava sentado Dalton, aqui estava Fulano, aqui estava Sicrano..." E ele me respondeu: "Então, não a usemos mais". Ele é meio macabeiro e o fato de estar sentado onde antes se tinham reunido os sandinistas, alguns deles assassinados...

...essa mesa é histórica. Por que não a mandaram para um museu?

— Eu vou mandá-la para os sandinistas.

Quem estava na reunião?

— Estavam Tomás Borge, Edén Pastora, Dalton, os irmãos Ortega, Germán Pomares, Wheelock, Dora María, a comandante "Dois"; estava, também o chefe da resistência em Manágua, que morreu em León.

"Estamos arriscando a vida"

Fora a cooperação do Panamá, que outra foi decisiva?

— A de Carlos Andrés Pérez. Eu me comunicava muito com ele. "Omar, vem para Orchila", disse-me uma manhã. Orchila é uma ilha que só tem um aeroporto. Carlos Andrés Pérez colocou-a na geografia da dignidade, porque ali Pérez Jiménez costumava chegar com seu gabinete enchê-la de mulheres.. Depois, dizia: "Aquele que conseguir uma *muchacha*, fica com ela".

Eu cheguei às 10 horas da manhã e ali mesmo traçamos o plano de ajuda à Nicarágua. Eu lhe disse: "Espero que estejas consciente de que quando alguém entra num plano como este, não há regresso. Estamos desafiando a dinastia mais forte, melhor equipada monetariamente e mais criminoso da América. Indiretamente, estamos arriscando a vida". Ele me respondeu: "Estou consciente". E entramos. Esse plano foi concebido poucos meses antes da vitória.

É verdade que alguém muito próximo ao senhor participou da luta na Nicarágua?

— Tenho um filho, Martín, que tem suas próprias atividades políticas e sociais. Ele participava nas tarefas de abastecimento com base no Panamá. Tinha 15 anos nessa época. Sua mãe, um dia, me perguntou: "Onde está Martín?" Respondi-lhe que não sabia. Faltavam três semanas para a vitória. Martín estava na frente sul, com Edén Pastora, o comandante "Zero".

Um processo irreversível

Como vê o futuro da América Central na década de 80?

— O processo de mudanças é irreversível, embora possa haver alguns retrocessos transitórios. A América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos atuem com equilíbrio e madurez no dia em que tomarem o poder. Que haja diálogo.

Estaria ficando em evidência, no caso centro-americano, que a política do "dominó" é certa?

— A política do "dominó" é um princípio operativo normal. Mas, o que foi que fizeram os norte-americanos, inteligentemente? Puseram-se atrás do dominó, para que ele não os agarre. Para ficarem fora do tabuleiro. Mas estão dispostos a conviver com um certo reordenamento político.

A tecnologia brasileira

O que mais o impressionou ou interessou nessa viagem ao Brasil?

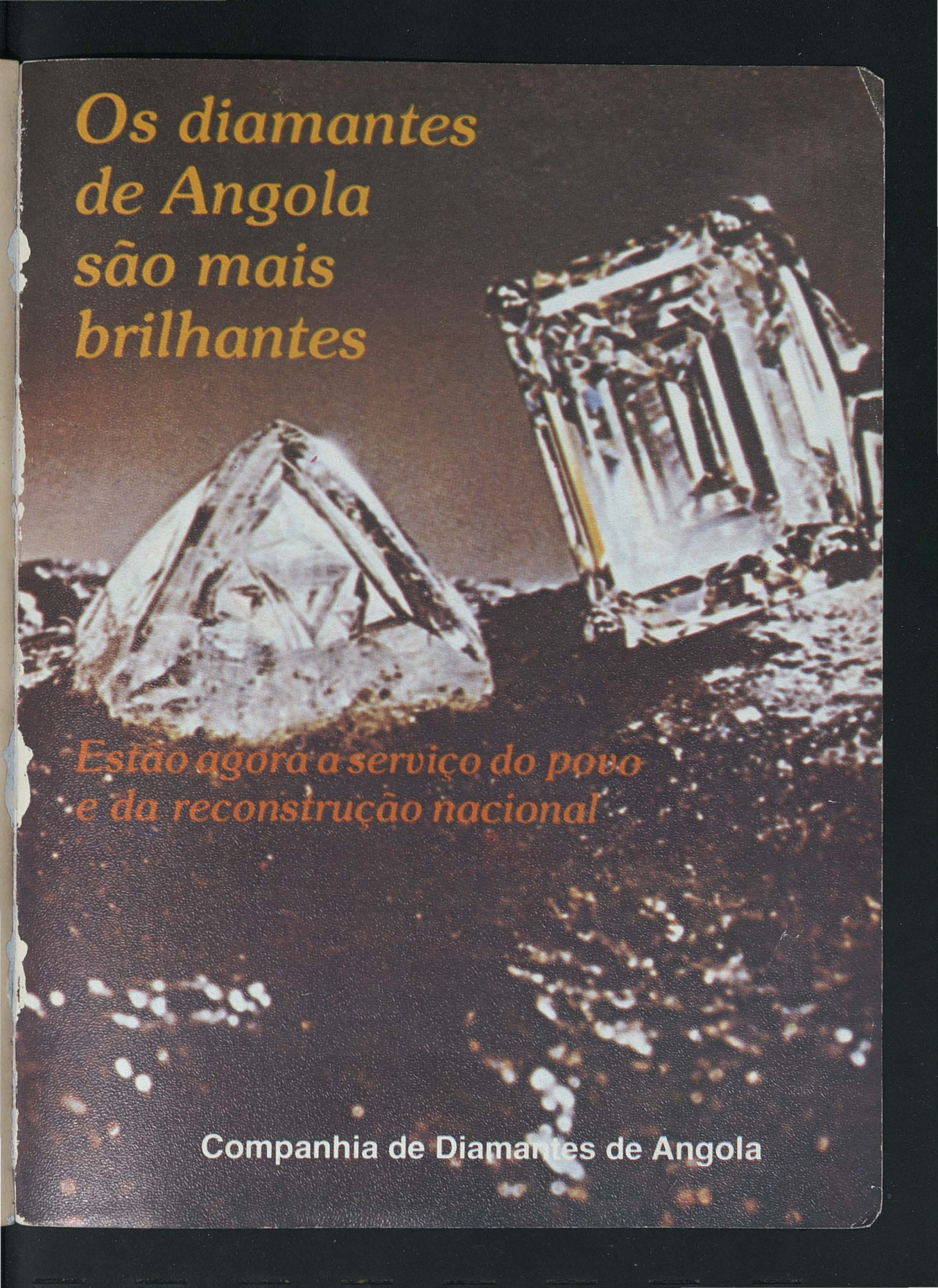
— Convenci-me que a teoria do expansionismo brasileiro é falsa. O Brasil é um país de dimensões hemisféricas e o brasileiro que aspira expandir-se, o mais que ele pode fazer é conhecer uma porcentagem de seu próprio solo. E outra coisa: o Brasil faz o bem e não faz propaganda disso. Nós, por exemplo, há muitos anos, temos bolsistas nas universidades brasileiras e isso criou um fluxo de tecnologia, com as pessoas que regressam ao Panamá, sendo um importante fator em nosso desenvolvimento. Contava-me um dos diretores da fábrica de aviões "Bandeirante" que quando uma unidade da força aérea do Panamá fez-lhe uma visita, só duas pessoas não falaram em português, o que significa que todos eles tinham sido formados aqui.

O processo de descolonização africano

— Passando agora a outro continente, como vê o processo de descolonização na África?

— Na 6ª Reunião de Cúpula de Havana, estive conversando com dirigentes desses países, particularmente com Samora Machel. Fiquei surpreendido com a capacidade natural de liderança que tem esse homem. E com os conhecimentos que tem da economia de seu país, polegada por polegada. Samora Machel tem toda a graça e a sabedoria de seu povo concentrada nele. É, sem dúvida, uma grande esperança para o continente africano.

Acho que as duas partes, africana e latino-americana, têm muito a ganhar com essa relação que deve ser estabelecida. Nós temos que nos conhecer mutuamente. Penso, no futuro, fazer uma viagem pela África. (Neiva Moreira).

The image features two large, faceted diamonds resting on a dark, textured surface. The diamond on the left is a brilliant-cut diamond, while the one on the right is a step-cut diamond. Below them, a field of smaller, scattered diamonds is visible. The background is a dark, gradient brown.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES